

3. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE

3.1 Licenciamento Ambiental

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*).

Entre os meios pelos quais se vale o Poder Público para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, está a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, a que se dará publicidade, nos termos do artigo 225, §1º, do inciso IV da Constituição Federal.

Com efeito, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana¹.

O artigo 6º da PNMA estabelece que os órgãos e entidades da União, dos Estados e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, que está estruturado da seguinte forma:

- ✓ Órgão Superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;
- ✓ Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor, ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões

¹ Artigo 2º, *caput*, da Lei Federal nº 6.938/81.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	1	Mai/2009	Rev. 0

compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

- ✓ Órgão Central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a Política Nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;
- ✓ Órgão Executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), para subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação;
- ✓ Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;
- ✓ Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

Nos mesmos termos da Constituição Federal, de acordo com o disposto no §1º, do Artigo 6º, da PNMA, ao Estado compete a elaboração de normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os estabelecidos pelo CONAMA. Por força do §2º do mesmo artigo, os Municípios também poderão legislar em matéria ambiental de forma supletiva e complementar, respeitadas as normas e padrões estaduais e federais.

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	2	Mai/2009	Rev. 0

ambiental, dependem de prévio licenciamento ambiental do órgão competente, integrante do SISNAMA², sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

O Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece, em seu artigo 17, parágrafo 1º, que o CONAMA fixará os critérios básicos que nortearão os estudos de impacto ambiental, abordando os seguintes itens:

- "a) diagnóstico ambiental da área;*
- b) descrição da ação proposta e suas alternativas; e*
- c) identificação, análise e previsão dos impactos significativos, positivos e negativos."*

Já o artigo 19 aduz que o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças no trâmite do procedimento de licenciamento:

"I - Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento de atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo;

II - Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação, de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado;

III - Licença de Operação (LO), autorizando, após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação."

Além disso, outros aspectos relacionados ao procedimento de licenciamento ambiental, estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, são regulamentados pela Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, que, em seu artigo 1º, adota as seguintes definições:

² Artigo 10, caput, da Lei Federal nº 6.938/81.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	3	Maio/2009	Rev. 0

"I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco."

Reiterando o disposto na Lei Federal nº 6.938/81, a Resolução CONAMA nº 237/97 dispõe que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis³.

A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de

³ Artigo 2º, caput, da Resolução CONAMA nº 237/97.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	4	Mai/2009	Rev. 0

prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA) (Artigo 3º, *caput*, da Resolução CONAMA nº 237/97).

A mesma resolução, em seu artigo 10, determina que o procedimento de licenciamento ambiental obedecerá as seguintes etapas:

"I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade."

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	5	Maio/2009	Rev. 0

Além disso, o órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação (artigo 12, *caput*).

Os prazos de validade de cada tipo de licença devem ser estabelecidos pelo órgão ambiental competente, sendo especificados no respectivo documento, com base nos aspectos elencados nos incisos do Artigo 18 da mesma Resolução, *in verbis*:

"I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a cinco anos;

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, quatro anos e, no máximo, dez anos."

A renovação da Licença de Operação (LO) deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente⁴.

Por fim, cumpre analisar a Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que é referência em matéria de avaliação de impacto ambiental, por dispor sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

⁴ Artigo 18, §4º, da Resolução CONAMA nº 237/97.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	6	Mai/2009	Rev. 0

Referida Resolução, em seu artigo 1º, *caput*, define impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetam (i) a saúde, segurança e o bem estar da população; (ii) atividades sociais e econômicas; (iii) a biota; (iv) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e (v) a qualidade dos recursos ambientais.

O artigo 2º da Resolução CONAMA nº 01/86 determina que dependerá de elaboração de EIA/RIMA, a ser submetido à aprovação do órgão estadual competente, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

“V – Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários.”

Insta ressaltar que, de acordo com o artigo 5º da Resolução CONAMA nº 01/86, o Estudo de Impacto Ambiental deverá obedecer às seguintes diretrizes gerais:

“I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.”

Relevante abordar, em breve consideração, que alternativas tecnológicas consistem em equipamentos, ações, providências, obras ou projetos que envolvam tecnologias contemporâneas confiáveis relacionadas ao transporte dutoviário de

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	7	Maio/2009	Rev. 0

álcool e derivados claros do petróleo e à minimização de potenciais efeitos dessa atividade.

O presente Estudo de Impacto Ambiental do **Poliduto Oeste Paulista** deve desenvolver, nos termos do artigo 6º da referida Resolução CONAMA, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

- ✓ Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, com a completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando o meio físico, biótico e socioeconômico;
- ✓ Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais;
- ✓ Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas;
- ✓ Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos), indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

No que tange ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), de acordo com o artigo 9º da Resolução CONAMA nº 01/86, este deve refletir as conclusões do EIA e ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão, onde as informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, proporcionando o entendimento das vantagens e desvantagens do **Poliduto Oeste Paulista**. Assim, o RIMA deve conter, no mínimo, o seguinte:

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	8	Maior/2009	Rev. 0

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral) ⁵.

O órgão estadual de meio ambiente terá prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado. Referido prazo terá o seu termo inicial na data do recebimento dos estudos ambientais (artigo 10, *caput*).

⁵ Artigo 9º, *caput*, da Resolução CONAMA nº01/86.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	9	Maio/2009	Rev. 0

O RIMA será acessível ao público, respeitado o sigilo industrial. Ademais, os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, devem receber cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação⁶.

3.2 COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO AMBIENTAL LICENCIADOR

Nos termos da legislação vigente, o **Poliduto Oeste Paulista** está entre os empreendimentos que devem ser licenciados pelo órgão ambiental estadual, no caso, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA.

O artigo 10 da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938/81, determina que *"a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, **dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente**, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis"*. (grifo nosso)

Outro não é o disposto pelo artigo 17 do Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, ao determinar a obrigatoriedade do prévio licenciamento perante o órgão ambiental estadual competente.

Especificamente sobre a atividade de transporte de álcool e combustíveis claros derivados do petróleo, a Resolução CONAMA nº 01/86 é clara, conforme se observa:

*"Artigo 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a **serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente**, e do*

⁶ Artigo 11, caput e §1º da Resolução CONAMA nº01/86.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	10	Mai/2009	Rev. 0

IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

(...)

*V – **Oleodutos**, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários.*

(...)”

Importa ressaltar, ainda, que a Resolução CONAMA nº 237/97, ao abordar a temática da competência para o licenciamento ambiental, estabeleceu em seu artigo 5º, que empreendimentos “*cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios*” devem ser licenciados pelo órgão estadual competente.

Nesse sentido, e em razão do seu traçado, os impactos do **Poliduto Oeste Paulista** estão circunscritos no território do Estado de São Paulo, o que determina à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo competência para licenciar o empreendimento.

Por fim, destaca-se que o artigo 7º, da Resolução CONAMA nº 237/97, dispõe expressamente que os empreendimentos devem ser licenciados em apenas um único nível de competência, qual seja, no presente caso, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA.

A Constituição Estadual Paulista aborda o tema do licenciamento ambiental. Conforme disposto no artigo 192, parágrafo 1º, a outorga de licença ambiental, por órgão ou entidade governamental competente, integrante de sistema unificado para esse efeito, será feita com observância aos critérios gerais fixados em lei, além de normas e padrões estabelecidos pelo Poder Público e em conformidade com o planejamento e zoneamento ambientais.

A licença ambiental, renovável na forma da lei, para a execução e a exploração de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quando potencialmente

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	11	Maio/2009	Rev. 0

causadores de significativa degradação do meio ambiente, será sempre precedida, conforme critérios que a legislação especificar, de aprovação do EIA/RIMA⁷.

A Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, ao tratar da competência estadual para licenciamento ambiental, determina que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento, no órgão estadual competente, integrante do SEAQUA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis (artigo 19).

O Decreto Estadual nº 53.027, de 26 de maio de 2008, que reorganizou a Secretaria do Meio Ambiente, prevê como obrigação da SMA, órgão central do SEAQUA, dentre outras arroladas em seu artigo 2º, a execução das atividades relacionadas com o licenciamento e a fiscalização ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado (inciso I, alínea 'f').

Ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA, compete a elaboração de pareceres técnicos para dar embasamento à tomada de decisão do Secretário Adjunto quanto ao Licenciamento Ambiental (inciso III do artigo 24).

Para tanto, seu Centro de Avaliação de Empreendimentos de Infra-Estrutura e do Centro de Avaliação de Empreendimentos Industriais e Agropecuários é responsável pela orientação e gerenciamento de atividades de avaliação de estudos de impacto ambiental, relativas a empreendimentos energéticos, agroindustriais e de mineração, desenvolvidas por seus Núcleos Técnicos⁸, além de ter a seguinte atribuição, elencada no artigo 27:

“II – emitir pareceres para subsidiar o processo de licenciamento ambiental.”

Uma vez demonstrada a competência do órgão ambiental licenciador, o procedimento a ser seguido junto à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo é descrito a seguir, em capítulo próprio.

⁷ Artigo 192, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo.

⁸ Artigo 26 do Decreto Estadual nº 53.027/08.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	12	Maio/2009	Rev. 0

3.3 Licenciamento Ambiental no Estado de São Paulo

O procedimento de licenciamento ambiental no Estado de São Paulo segue as diretrizes gerais das normas federais, já analisadas em capítulo anterior, além de obedecer a trâmites peculiares e dispositivos específicos estabelecidos pela legislação estadual.

A Constituição Estadual Paulista, em seu artigo 192, parágrafo 1º, determina que a outorga de licença ambiental, por órgão ou entidade governamental competente, de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, será feita com observância dos critérios gerais fixados em lei, além de normas e padrões estabelecidos pelo Poder Público e em conformidade com o planejamento e zoneamento ambientais.

A licença ambiental será renovável na forma da lei, e será precedida, conforme critérios específicos da legislação, da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo relatório (artigo 192, parágrafo 2º).

Ainda, segundo a Constituição Estadual, o Poder Público criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, destacando-se os seguintes fins, previstos no artigo 193:

“I. Propor uma política estadual de proteção ao meio ambiente;

(...)

XI. controlar e fiscalizar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, bem como o uso de técnicas, todos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, incluindo o trabalho;

(...)

XX. controlar e fiscalizar obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do meio ambiente, adotando medidas preventivas ou corretivas e aplicando as sanções administrativas pertinentes.”

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	13	Maio/2009	Rev. 0

Referido sistema de administração da qualidade ambiental será coordenado por órgão da administração direta, integrado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente e pelos órgãos executivos incumbidos da realização de atividades de desenvolvimento ambiental⁹.

O controle da poluição do meio ambiente no Estado de São Paulo foi regulamentado pela Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, que criou o Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente.

Referida norma considera poluição do meio ambiente a presença, lançamento ou liberação, nas águas, ar ou solo, de qualquer forma de matéria ou energia cujas quantidade e concentração estejam em desacordo com o legalmente estabelecido ou que possam tornar as águas, o solo ou o ar:

I - impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II - inconvenientes ao bem estar público;

III - danosos aos materiais, à fauna e à flora;

V - prejudiciais à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade¹⁰.

A instalação, construção ou ampliação, bem como a operação ou funcionamento de fontes de poluição, dependerá de expedição de Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO), conforme o artigo 5º da mesma norma, que também dispõe, acerca de cada modalidade de licença ambiental, o que segue:

“§ 2º - A Licença Ambiental Prévia - LAP, será expedida na parte preliminar do planejamento de uma "fonte de poluição" conterà os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação e será por prazo determinado.

§ 3º - A Licença Ambiental de Instalação - LAI autorizará o início da implantação de acordo com as especificações constantes do projeto aprovado e será outorgada por prazo determinado.

⁹ Artigo 193, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo.

¹⁰ Artigo 2º da Lei Estadual nº 997/76.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	14	Maio/2009	Rev. 0

§ 4º - A Licença Ambiental de Operação - LAO autorizará o início da atividade licenciada e, quando couber, o funcionamento dos equipamentos de controle ambiental exigidos, de acordo com o previsto nas licenças ambientais prévia e de instalação e será outorgada por prazo determinado, sem prejuízo da eventual declaração de desconformidade do empreendimento ou atividade, do ponto de vista ambiental, ocorrida posteriormente, ensejando a adoção, pelo empreendedor, de medidas corretivas a serem implantadas de acordo com programas fixados pela autoridade competente."

O Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, aprovou o Regulamento da Lei nº 997/76. Referido Regulamento considera, no artigo 4º, fontes de poluição todas as obras, atividades, instalações, empreendimentos, processos, dispositivos, moveis ou imóveis, ou meios de transporte que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ao meio ambiente.

A aplicação dos dispositivos da Lei Estadual em análise e seu Regulamento pertencem à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB, órgão constituído por meio da Lei Estadual nº 118, de 29 de junho de 1973. Suas atribuições encontram-se dispostas no artigo 6º do Regulamento em análise, das quais se destaca o dever de autorizar a instalação, construção, ampliação, operação e funcionamento das fontes de poluição.

O artigo 57 do Regulamento define, para efeito de obtenção das licenças ambientais, quais as fontes de poluição, sem mencionar, dentre as atividades arroladas, o transporte de álcool e combustíveis claros derivados do petróleo, como fará o Poliduto Oeste Paulista.

O planejamento de uma fonte de poluição dependerá de Licença Prévia, que deverá conter os requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação do empreendimento¹¹. Quanto à Licença de Instalação, será obrigatória nos seguintes casos, previstos no artigo 58-A:

¹¹ Artigo 58 do Regulamento do Decreto Estadual nº 8.468/76.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	15	Maio/2009	Rev. 0

"I - a construção, a reconstrução, ampliação ou reforma de edificação destinada à instalação de fontes de poluição;

II - a instalação de uma fonte de poluição em edificação já construída.

III - a instalação, a ampliação ou alteração de uma fonte de poluição."

Tais licenças serão requeridas pelo interessado, que recolherá os valores estabelecidos e fornecerá a documentação necessária exigida pelo órgão ambiental, conforme determina o artigo 59 do Regulamento em estudo.

A Licença de Operação é obrigatória para os casos previstos no artigo 62 do Regulamento, quais sejam:

"I - a utilização de edificação nova ou modificada, destinada à instalação de uma fonte de poluição;

II - o funcionamento ou a operação de fonte de poluição em edificação já construída;

III - o funcionamento ou a operação de uma fonte de poluição instalada, ampliada ou alterada;

IV - os loteamentos, desmembramentos, condomínios e conjuntos habitacionais, antes de sua ocupação e os cemitérios."

Por fim, o artigo 64 assevera que poderá ser emitida Licença de Operação a Título Precário (LOTP), cujo prazo de validade não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias, nos casos em que o funcionamento ou operação da fonte forem necessários para testar a eficiência do sistema de controle de poluição do meio ambiente.

O Decreto Estadual nº 24.932, de 24 de março de 1986, institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente. Tal dispositivo também criou a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Segundo seu artigo 1º, são os seguintes os objetivos do Sistema Estadual do Meio Ambiente:

"I - promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	16	Maio/2009	Rev. 0

II - coordenar e integrar as atividades ligadas à defesa do meio ambiente;

III - promover a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente;

IV - incentivar o desenvolvimento de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

V - estimular a realização de atividades educativas e a participação da comunidade no processo de preservação do meio ambiente."

Referido Sistema é composto por todos os órgãos ou unidades integrantes da estrutura organizacional da Administração Centralizada e Descentralizada do Estado que sejam responsáveis por programas e projetos de defesa, preservação e melhoria do meio ambiente ou exerçam controle e fiscalização de atividades que degradem ou preservem a qualidade ambiental. Da mesma forma, fazem parte desse sistema os órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização de atividades ligadas à qualidade ambiental¹².

A Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, instituiu a Política Estadual do Meio Ambiente – PEMA e constituiu o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental – SEAQUA.

O objetivo do SEAQUA, conforme o artigo 6º da lei mencionada, é organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional instituídas pelo Poder Público, garantida a participação da coletividade, para a execução da PEMA, visando à proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais.

Constituem o SEAQUA, segundo dispõe o artigo 7º, os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado e dos Municípios instituídos pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, administração de recursos naturais e manutenção e recuperação da qualidade de vida. Sua estrutura segue o disposto nos incisos do artigo em análise, quais sejam:

¹² Artigos 14 e 17 do Decreto Estadual nº 24.932/86.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	17	Maio/2009	Rev. 0

“(...) II. Órgão Central: a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar, controlar, como órgão estadual, a Política Estadual do Meio Ambiente, bem como as diretrizes governamentais fixadas para a administração da qualidade ambiental;

III. Órgãos Executores: os instituídos pelo Poder Público Estadual com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão estadual, a política e diretrizes governamentais fixadas para a administração da qualidade ambiental;

IV. Órgãos Setoriais: os órgãos ou entidades integrantes da administração estadual direta, indireta e fundacional, cujas atividades estejam associadas às de proteção da qualidade ambiental e de vida ou àqueles de disciplinamento de uso dos recursos ambientais e aqueles responsáveis por controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente;

V. Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental nas suas respectivas áreas de atuação.”

À Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA são atribuídas as seguintes competências¹³, além de outras que lhe são legalmente conferidas:

“I. coordenar o processo de formulação, aprovação, execução, avaliação e atualização da Política Estadual do Meio Ambiente;

II. efetuar análises das políticas públicas setoriais que tenham impacto no meio ambiente;

III. aprovar os planos, programas e orçamentos dos órgãos executores e coordenar a execução;

IV. articular e coordenar os planos e ações decorrentes da Política Estadual do Meio Ambiente com os órgãos setoriais e locais;

¹³ Artigo 13 da Lei Estadual nº 9.509/97.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	18	Maio/2009	Rev. 0

V. gerir as interfaces com os Estados limítrofes e com a União no que concerne a políticas, planos e ações ambientais;

VI. definir a política de informações para gestão ambiental e acompanhar a sua execução;

VII. prover o suporte da Secretaria Administrativa e das Câmaras Técnicas do

CONSEMA."

Quanto ao licenciamento ambiental, a Lei Estadual nº 9.509/97 estabelece que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, serão licenciados no órgão estadual competente, integrante do SEAQUA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis¹⁴.

Ressalvado o sigilo industrial, os pedidos de licenciamento, sua renovação e a concessão da licença serão publicadas, de forma resumida, no Diário Oficial do Estado e em periódico de grande circulação regional ou local, às expensas do interessado, conforme o parágrafo 4º do artigo 17.

Nesse ínterim, o Poder Público Estadual expedirá as seguintes licenças (artigo 20):

"I. Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos na fase de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais e federais de uso do solo e desenvolvimento;

II. Licença de Instalação (LI), autorizando o início da implantação de acordo com as especificações constantes do Projeto Executivo aprovado; e

¹⁴ Artigo 17 da Lei Estadual nº 9.509/97.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	19	Maio/2009	Rev. 0

III. Licença de Operação (LO), autorizando após as verificações necessárias, o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação."

O protocolo do procedimento de licenciamento ambiental junto ao órgão competente será instruído com o comprovante de recolhimento do Preço de Análise, condição *sine qua non* para que a documentação seja avaliada pela administração pública¹⁵.

O Decreto Estadual nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002, que regulamentou dispositivos da Lei Estadual nº 9.509/97, repete o texto acerca das licenças ambientais a serem expedidas pelos órgãos ambientais competentes do Estado de São Paulo.

Não obstante, referido Decreto, em seu artigo 2º, prevê os seguintes prazos para cada modalidade de licença ambiental:

"I - licença prévia: no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;

II - licença de instalação: no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

III- licença de operação: deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 2 (dois) anos e, no máximo, 10 (dez) anos."

O parágrafo 2º do mesmo artigo determina que poderá ser concedida autorização para teste, previamente à concessão da licença de operação, em caráter excepcional e fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecida em razão do período necessário para avaliar a eficiência das condições, restrições e

¹⁵ Artigo 25 da Lei Estadual nº 9.509/97.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	20	Maio/2009	Rev. 0

medidas de controle ambiental, impostas à atividade ou ao empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Ademais, qualquer órgão ou entidade da administração direta, indireta e fundacional, integrante ou não do SEAQUA, que deva emitir parecer ou exarar manifestação em procedimento de licenciamento ambiental, terá prazo de 60 (sessenta) dias para apresentá-los, contados da data da instrução dos autos com a documentação necessária¹⁶.

O artigo 9º do Decreto Estadual nº 47.400/02 dispõe que o órgão do SEAQUA competente para o licenciamento ambiental poderá estabelecer prazos diferenciados para cada modalidade de licença, desde que observado o prazo máximo de seis meses, contado da data do protocolo do requerimento até seu deferimento ou indeferimento.

No caso de apresentação de EIA/RIMA, bem como em casos em que estiverem pendentes a realização de audiências públicas, referido prazo é estendido para 12 (doze) meses, conforme o parágrafo primeiro do mesmo artigo.

O preço de análise do requerimento será devido em todos os casos em que for pleiteada concessão de licença ambiental, em qualquer de suas modalidades, ou manifestação técnica¹⁷. O valor será fixado conforme as seguintes hipóteses (artigo 12):

"I - pelos órgãos central e executores da Secretaria do Meio Ambiente, em razão dos custos despendidos pelo órgão ambiental que deva se manifestar;

II - pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, nos termos da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976 e sua regulamentação."

Posteriormente, por meio do Decreto Estadual nº 53.027, de 26 de maio de 2008, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo foi reorganizada, passando a atuar com o seguinte campo funcional, previsto em seu artigo 2º:

¹⁶ Artigo 8º do Decreto Estadual nº 47.400/02.

¹⁷ Artigo 11 do Decreto Estadual nº 47.400/02.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	21	Maio/2009	Rev. 0

"I - como órgão seccional do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, de que trata a Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e como órgão central do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, constituído pela Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997:

a) a coordenação do processo de formulação, aprovação, execução, avaliação e atualização da Política Estadual do Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997;

b) a análise e o acompanhamento das políticas públicas setoriais que tenham impacto no meio ambiente;

c) a aprovação dos planos, programas e orçamentos dos órgãos executores da Política Estadual do Meio Ambiente e a coordenação de sua execução;

(...)

f) a execução das atividades relacionadas com o licenciamento e a fiscalização

ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado."

A estrutura básica de funcionamento da Secretaria do Meio Ambiente foi elencada no artigo 3º, e passa a ser a seguinte:

"I - Gabinete do Secretário;

II - Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA;

III - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;

IV - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN;

V - Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA;

VI - Coordenadoria de Planejamento Ambiental -CPLA;

VII - Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHi;

VIII - Instituto de Botânica - IBt;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	22	Maio/2009	Rev. 0

IX - Instituto Florestal - IF;

X - Instituto Geológico - IG.

Parágrafo único - A Secretaria do Meio Ambiente - SMA conta, ainda, com:

1. as seguintes entidades vinculadas:

a) Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo;

b) Fundação Parque Zoológico de São Paulo;

c) Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB;

2. os seguintes fundos vinculados:

a) Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, instituído pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 46.842, de 19 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 48.767, de 30 de junho de 2004;

b) Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, instituído pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 10.843, de 5 de julho de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004, alterado pelo Decreto nº 51.478, de 10 de janeiro de 2007."

Integram o Gabinete do Secretário a Chefia de Gabinete, a Assessoria Técnica e o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA, além de outros componentes arrolados nos incisos do artigo 4º do Decreto Estadual nº 53.027/08.

O DAIA, conforme artigo 24 do mesmo Decreto Estadual tem as seguintes atribuições:

"I - desenvolver arcabouço técnico e metodológico de avaliação de impacto ambiental;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	23	Maio/2009	Rev. 0

II - estabelecer critérios e propor normas para orientar a elaboração dos estudos de impacto ambiental a serem submetidos ao Departamento para fins de licenciamento;

III - elaborar pareceres técnicos para dar embasamento à tomada de decisão do Secretário Adjunto, quanto ao licenciamento ambiental."

O Centro de Avaliação de Empreendimentos Industriais e Agropecuários, órgão integrante o DAIA, tem por finalidade orientar e gerenciar as atividades de avaliação de estudos de impacto ambiental, relativas a empreendimentos energéticos, agroindustriais e de mineração, desenvolvidos por seus Núcleos Técnicos (artigo 26), que têm as seguintes atribuições, em suas respectivas áreas de atuação:

"I - analisar estudos ambientais referentes às atividades degradadoras do meio ambiente, potencial ou efetivamente geradoras de impactos ambientais, de acordo com a legislação específica;

II - emitir pareceres para subsidiar o processo de licenciamento ambiental;

III - manifestar-se sobre a viabilidade ambiental dos empreendimentos submetidos à sua avaliação, bem como definir medidas mitigadoras e/ou compensatórias, quando cabíveis;

IV - elaborar e executar planos de vistorias, fiscalização e monitoramento das atividades licenciadas;

V - fiscalizar o cumprimento das medidas mitigadoras e/ou compensatórias exigidas no licenciamento."

Ao Secretário do Meio Ambiente compete propor a política e as diretrizes a serem adotadas com relação ao meio ambiente no Estado de São Paulo, bem como decidir pelas proposições encaminhadas pelos dirigentes dos órgãos subordinados e expedir licenças ambientais mediante proposta fundamentada do Secretário Adjunto (artigo 94).

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	24	Maio/2009	Rev. 0

O Secretário Adjunto, por sua vez, tem poder de indeferir, com base em parecer técnico do DAIA, pedidos de licença ambiental, conforme o inciso VI do artigo 95.

Ao Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA incumbe apreciar relatórios de impacto sobre o meio ambiente, na forma da legislação vigente, conforme o inciso VIII do artigo 123. Referido Conselho compõe-se da seguinte forma, prevista no artigo 124:

“I - o Secretário do Meio Ambiente, que é seu presidente;

II - 3 (três) representantes da Secretaria do Meio Ambiente - SMA, sendo:

a) 1 (um) da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN;

b) 1 (um) da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA;

c) 1 (um) da Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHi;

III - 1 (um) representante de cada um dos seguintes órgãos ou entidades:

a) Secretaria de Economia e Planejamento;

b) Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania;

c) Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

d) Secretaria da Educação;

e) Secretaria da Saúde;

f) Secretaria dos Transportes;

g) Secretaria da Cultura;

h) Secretaria de Desenvolvimento;

i) Secretaria da Habitação;

j) Secretaria dos Transportes Metropolitanos;

l) Secretaria de Saneamento e Energia;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	25	Maio/2009	Rev. 0

- m) Procuradoria Geral do Estado;*
- n) Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública;*
- o) Universidade de São Paulo - USP;*
- p) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP;*
- q) Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;*
- r) Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB;*
- s) Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo;*
- t) Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;*
- u) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP;*
- v) Associação Paulista de Municípios - APM;*
- x) Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo - OAB-SP;*
- z) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;*
- z1) Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB-SP;*
- z2) Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES;*
- IV - 1 (um) representante eleito pelos sindicatos de trabalhadores urbanos do Estado de São Paulo, regularmente cadastrados na Secretaria do Meio Ambiente - SMA;*
- V - 6 (seis) representantes eleitos pelas entidades com tradição na defesa do meio ambiente, regularmente cadastradas na Secretaria do Meio Ambiente - SMA."*

Quanto à obrigatoriedade do EIA/RIMA, tratada na Resolução SMA nº 1, de 02 de janeiro de 1990, o responsável pela obra ou atividade deverá apresentar referidos estudos conforme termos e critérios estabelecidos pela Secretaria do Meio Ambiente, observados, no que couber, os dispositivos das Resoluções emitidas pelo CONAMA.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	26	Maior/2009	Rev. 0

O prazo para apresentação do EIA/RIMA junto à SMA será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da notificação dessa exigência, caso não recorrida a determinação do órgão ambiental ou concedida prorrogação do prazo pelo mesmo (artigo 5º da mesma Resolução).

Exigidas complementações do EIA/RIMA, o responsável terá 10 (dez) dias úteis para entregá-las à Secretaria do Meio Ambiente, sob pena de arquivamento do procedimento de licenciamento ambiental, conforme dispõe os artigos 1º e 3º da Resolução SMA nº 40, de 24 de dezembro de 1992.

Conforme a Resolução SMA nº 32, de 06 de dezembro de 2002, ficam dispensadas de manifestação da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA, órgão responsável pela administração das Áreas de Proteção Ambiental no Estado, os procedimentos de licenciamento de empreendimentos e atividades, de baixo impacto ambiental, quando localizados em APAs criadas por legislação estadual, regulamentadas ou não, desde que enquadradas nas seguintes situações:

“II. Atividades que envolvam a supressão de vegetação nativa nos estágios pioneiros e iniciais de desenvolvimento e o corte de árvores nativas isoladas e intervenções em áreas de preservação permanente desprovidas de vegetação nativa;

III. Intervenções pontuais em áreas de preservação permanente desprovidas de vegetação nativa, em áreas urbanas consolidadas”.

Os procedimentos de análise dos estudos de impacto ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo foram aprovados pela Resolução SMA nº 54, de 30 de novembro de 2004, e encontram-se dispostos em seu Anexo.

O artigo 5º de referida norma assevera que a concessão de licença prévia (LP) a atividades ou empreendimentos considerados como efetivamente causadores de significativa degradação do meio ambiente, que dependerá da aprovação de EIA/RIMA, se iniciará com a protocolização do Plano de Trabalho, ao qual se dará publicidade, acrescido das contribuições de eventual audiência pública.

Aprovado este estudo, a SMA emitirá Licença Prévia, fixará seu prazo de validade e indicará o órgão responsável pela emissão das licenças posteriores (artigo 8º).

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	27	Maio/2009	Rev. 0

O interessado, então, solicitará a Licença de Instalação, instruindo o requerimento com a comprovação do cumprimento das exigências estabelecidas pelo órgão ambiental, conforme artigo 9º. O mesmo procedimento é efetuado para a obtenção da Licença de Operação pelo interessado.

Já a renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do termo final do prazo de validade do documento, que ficará prorrogado até manifestação final do órgão competente¹⁸.

O procedimento de avaliação pelo órgão ambiental, seguido passo a passo, consta do anexo da norma em tela, e diz respeito ao procedimento interno a ser seguido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A Deliberação CONSEMA nº 33/04 reitera os termos ora mencionados, ao tratar do licenciamento ambiental na SMA.

A Resolução SMA nº 26, de 23 de agosto de 2005, determina, por sua vez, a obrigatoriedade de entrega, pelo empreendedor, de certidão de uso e ocupação do solo, a ser emitida, com relação ao empreendimento em análise, pelas Prefeituras dos Municípios atravessados pelo **Poliduto Oeste Paulista**.

Complementando o acima disposto, a Resolução SMA nº 12, de 09 de março de 2009, que dispõe sobre as certidões municipais de uso e ocupação do solo e sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental no âmbito do SEAQUA, determina que os referidos documentos devem ser apresentados na fase de obtenção de Licença Prévia, sendo dispensados para a obtenção das Licenças de Instalação e Operação (artigo 2º).

3.4 Audiência Pública e Participação Popular

A Constituição Federal do Brasil de 1988 dispõe no artigo 225, inciso IV, §1º, que, visando assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o Poder Público está incumbido de exigir Estudo de Impacto Ambiental para

¹⁸ Artigo 11 da Resolução SMA nº 54/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	28	Maio/2009	Rev. 0

instalação de obra potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, ao qual se dará publicidade.

A Resolução CONAMA nº 01/86, que dispõe acerca de critérios básicos e diretrizes gerais para elaboração do EIA e seu respectivo RIMA, estabelece que o Relatório de Impacto Ambiental deverá ser acessível ao público, bem como o órgão ambiental deverá promover realização de Audiência Pública para informar a população acerca do projeto, seus impactos ambientais e discussão do RIMA¹⁹.

Nesse mesmo sentido, a Resolução CONAMA nº 237/97, que regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente, dispõe no artigo 3º, *caput*, que a licença ambiental para empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente causadores de degradação do meio ambiente dependerá de EIA/RIMA, ao qual se dará publicidade, garantida a realização de Audiências Públicas.

No âmbito federal, a Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987, regulamenta a realização das audiências públicas.

No âmbito estadual, a Constituição Paulistana dispõe em seu artigo 192 que a execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quer pelo setor público, quer pelo privado, serão admitidas se houver resguardo do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Mais ainda, a licença ambiental para a execução e a exploração destas atividades, quando potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, será sempre precedida, conforme critérios que a legislação especificar, da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo relatório a que se dará prévia publicidade, garantida a realização de audiências públicas²⁰.

Nesse sentido, o CONSEMA, por meio da Deliberação CONSEMA nº 34/01 dispôs acerca da realização das audiências públicas no âmbito do Estado, reuniões estas com objetivo de informar a sociedade e conhecer a opinião pública sobre a

¹⁹ Artigo 11, §2º da Resolução CONAMA nº 01/86

²⁰ §2º do artigo 192 da Constituição do Estado de São Paulo.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	29	Maior/2009	Rev. 0

implantação de determinado empreendimento ou proposta de atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental²¹.

As audiências Públicas serão realizadas para empreendimentos objeto de EIA/RIMA, o qual deverá encontrar-se em análise junto à SMA. Além disso, o CONSEMA poderá, a qualquer momento, mediante deliberação, determinar Audiências Públicas para analisar planos, programas e empreendimentos que prescindam de EIA/RIMA e que possam causar significativa degradação ambiental, independentemente do procedimento do licenciamento ambiental²².

Consoante ao disposto no artigo 3º da Deliberação CONSEMA nº 34/01, a realização de audiência pública será promovida pela Secretaria do Meio Ambiente, sempre que julgar necessária, ou quando for fundamentadamente solicitada ao Departamento de Avaliação Ambiental (DAIA)²³:

- a) pelo Poder Público Estadual ou Municipal do Estado de São Paulo;
- b) pelo CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente;
- c) pelo Ministério Público Federal ou do Estado de São Paulo;
- d) por entidade civil sem fins lucrativos, constituída há mais de um ano e que tenha por finalidade social a defesa de interesse econômico, social, cultural ou ambiental, que possa ser afetada pela obra ou atividade, objeto de avaliação de impacto ambiental;
- e) por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos que tenham legítimo interesse que possa ser afetado pela obra ou atividade”.

Apresentado o estudo ambiental de empreendimento ou atividade em licenciamento na Secretaria do Meio Ambiente - SMA, o empreendedor, a partir da data de protocolização desse estudo, fará publicar e divulgar em jornal e em outros veículos de comunicação, em especial de radiofusão, notas informativas de abertura no prazo de 45 dias, para que seja solicitada Audiência Pública²⁴.

²¹ Artigo 1º da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

²² §§1º e 2º da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

²³ Artigo 3º da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

²⁴ §2º do artigo 3º da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	30	Maio/2009	Rev. 0

Ademais, deverá colocar o estudo ambiental, o plano ou programa, em local de acesso público, à disposição de todos os interessados, durante o período mínimo de quinze dias úteis anteriores à realização da Audiência²⁵.

A convocação de Audiência Pública será feita pela SMA por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 20 dias úteis, conforme o disposto no §5º da Deliberação CONSEMA em tela.

Ressalte-se que as Audiências Públicas serão realizadas sempre no município ou na área de influência em que o empreendimento, atividade, plano ou programa estiverem previstos para serem implantados, tendo prioridade para escolha o município onde os impactos ambientais forem mais significativos²⁶.

Outrossim, se a área de influência da obra ou atividade abranger dois ou mais municípios, a SMA, por iniciativa própria ou movida por deliberação do CONSEMA, poderá convocar mais de uma Audiência Pública, podendo realizá-la, também, na capital do Estado²⁷.

Nos termos do artigo 4º da Deliberação CONSEMA em comento, as Audiências Públicas de empreendimentos ou atividades sujeitos a licenciamento ambiental poderão ser realizadas a qualquer momento do processo de análise e tramitação do estudo na SMA antes da conclusão do Parecer Técnico final por ela elaborado.

No que tange a composição das audiências públicas, serão integradas por uma mesa diretora, uma tribuna e um plenário. A mesa diretora das Audiências Públicas terá a seguinte composição:

I - Secretário do Meio Ambiente ou seu representante;

II - Coordenador da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais - CPRN da Secretaria do Meio Ambiente, ou seu representante;

III - Secretário Executivo do CONSEMA, ou seu representante;

²⁵ Artigo 11 da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

²⁶ §8º do artigo 3º da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

²⁷ §9º do artigo 3º da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	31	Mai/2009	Rev. 0

IV - Um membro do CONSEMA, escolhido de comum acordo entre os conselheiros presentes à Audiência Pública”²⁸.

O Secretário do Meio Ambiente será o presidente da audiência pública, ou seu representante, coordenadas pelo Secretário Executivo do CONSEMA, ou seu representante, conforme dispõe o § 2º do artigo 5º da Deliberação CONSEMA em comento, cabendo ao Secretário Executivo a responsabilidade pelo registro das pessoas participantes da Audiência Pública em livro de presença apropriado e preparação de relatório-síntese da reunião²⁹:

Nos termos do artigo 6º da Deliberação CONSEMA nº 34/01 serão formalmente convidados para participar das Audiências Públicas:

- “a) os Prefeitos e as Câmaras de Vereadores dos municípios da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;
- b) os membros titulares e suplentes do CONSEMA;
- c) as entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA;
- d) os representantes do Ministério Público federal e estadual da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;
- e) o(s) órgão(s), a(s) entidade(s) ou o representante do conjunto dos cidadãos que tiverem solicitado Audiência Pública”.

Consoante ao disposto no artigo 7º da Deliberação CONSEMA nº 34/01, serão convidados, para manifestação na Audiência Pública, o empreendedor e o coordenador da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do estudo ambiental assessorados pelos técnicos necessários ao completo esclarecimento da questão.

Insta mencionar que, à luz do disposto no artigo 10 da Deliberação CONSEMA nº 34/01, as Audiências Públicas deverão ter a seguinte organização, qual seja:

“1ª Parte - abertura:

²⁸ Artigo 5º, §1º da Deliberação CONSEMA nº 34/01.

²⁹ §3º do artigo 5º da Deliberação CONSEMA nº 50/92.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	32	Mai/2009	Rev. 0

I - saudação inicial realizada pelo Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante;

II - esclarecimentos sobre o processo de licenciamento, feitos pelo coordenador da CPRN, ou seu representante;

2ª Parte - exposições sobre o projeto em discussão:

I - empreendedor, ou seu representante (15 minutos);

II - equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental (30 minutos);

3ª Parte - manifestação do(s) representante(s) do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no CONSEMA (30 minutos totais);

4ª Parte - manifestação de representantes das entidades da sociedade civil (5 minutos para cada um);

5ª Parte - manifestação de pessoas em particular (3 minutos para cada uma);

6ª Parte - manifestação de representantes de órgãos públicos (5 minutos para cada um);

7ª Parte - manifestação dos membros do CONSEMA (5 minutos para cada um);

8ª Parte - manifestação dos Parlamentares (5 minutos para cada um);

9ª Parte - manifestação dos Secretários Municipais, dos Prefeitos e dos Secretários de Estado (5 minutos para cada um);

10ª Parte - respostas e comentários:

I - equipe responsável pela elaboração do estudo ambiental (15 minutos);

II - conselheiro do CONSEMA que estiver compondo a mesa nos termos do Artigo 5º, Parágrafo 1º, inciso IV (10 minutos);

III - empreendedor, ou seu representante (5 minutos).

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	33	Maio/2009	Rev. 0

11ª Parte - encerramento, realizado pelo Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante”.

A sessão terá início com a formação da mesa, no horário previsto no edital, sendo que o coordenador continuará recebendo inscrições para participação nos debates até 60 minutos após a abertura dos trabalhos, podendo ampliar esse prazo em caráter excepcional, por deliberação da Mesa³⁰

3.5 Plano Diretor Municipal, Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo

A Constituição Federal determina em seu artigo 182, *caput*, que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes previstas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

O Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município, dispõe sobre as exigências fundamentais de ordenação da cidade, a serem cumpridas pelas propriedades urbanas em atendimento à função social (artigo 182, §1º e §2º da Constituição Federal).

O parcelamento do solo urbano encontra-se disciplinado pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que considera lote o terreno servido de infraestrutura básica, cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe³¹.

O artigo 2º, §5º, da Lei Federal nº 6.766/79 dispõe que a infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

Insta mencionar que não será permitido o parcelamento do solo:

“I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

³⁰ Artigo 9º da Deliberação CONSEMA nº 34/01

³¹ Artigo 2º, §4º, da Lei Federal nº 6.766/79, incluído pela Lei 9.785/99.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	34	Maió/2009	Rev. 0

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção³²."

A Lei de parcelamento do solo urbano estabelece que as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependem de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e da aprovação da Prefeitura Municipal (artigo 53 da Lei Federal nº 6.766/79).

O artigo 53-A da mesma Lei Federal considera de interesse público os parcelamentos vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa de Prefeituras Municipais ou entidades autorizadas por Lei, em especial as regularizações de parcelamentos e de assentamentos.

A política urbana de que trata a Constituição Federal é regulamentada pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, em que se encontram estabelecidas normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O artigo 2º do Estatuto da Cidade prevê que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais³³:

³² Artigo 3º, parágrafo único Lei Federal nº 6.766/79.

³³ Incisos I, III, IV, VII, VIII, IX, X, XII, XIII e XIV da Lei Federal nº 10.257/01.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	35	Maio/2009	Rev. 0

- ✓ garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- ✓ cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- ✓ planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- ✓ integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- ✓ adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;
- ✓ justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- ✓ adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- ✓ proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- ✓ audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	36	Mai/2009	Rev. 0

✓ regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes anteriormente transcritas (artigo 39 da Lei Federal nº 10.257/01).

Importa mencionar que o Plano Diretor deve ser aprovado por Lei Municipal e consiste em instrumento básico da política de desenvolvimento, expansão urbana e planejamento municipal³⁴. O artigo 41 do Estatuto da Cidade determina que o Plano Diretor é obrigatório para cidades:

- ✓ com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes;
- ✓ integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- ✓ integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- ✓ inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Outros instrumentos que visam gestão do território e desenvolvimento econômico-social são estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, a exemplo dos planos nacionais, regionais e estaduais, além do planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões³⁵.

Ademais, o Plano Diretor deve conter, no mínimo, a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para

³⁴ Artigo 40, §1º, da Lei Federal nº 10.257/01.

³⁵ Artigo 4º, incisos I e II, da Lei Federal nº 10.257/01.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	37	Maio/2009	Rev. 0

utilização, sistema de acompanhamento e controle, dentre outros instrumentos previstos no Estatuto da Cidade³⁶.

Sendo assim, para a instalação de Centros de Coleta e Tancagem – CCTs do Poliduto Oeste Paulista há que se atentar, nos municípios em que se localizarão tais bases, para a legislação municipal que trate do Plano Diretor, bem como para dispositivos que tratem de zoneamento, parcelamento e uso e ocupação do solo.

Nesse sentido, foi analisada a legislação incidente em cada Centro de Coleta e Tancagem.

No caso de Catanduva e Promissão, os CCTs têm como local escolhido usinas de açúcar e álcool já licenciadas: Usina São Domingos, para o CCT de Catanduva, e Usina Equipav, para o CCT de Promissão.

Faz-se, portanto, necessária a análise da Licença de Operação de cada uma das Usinas, de modo a verificar se as atividades dos Centros de Coleta e Tancagem constam no rol daquelas licenciadas em cada empreendimento, ou se será necessário um novo licenciamento para o desenvolvimento de tais atividades.

Com relação aos Municípios de Castilho e Santa Clara D'Oeste, bases dos CCTs a serem instalados nos extremos dos eixos leste e oeste do Poliduto Oeste Paulista, ambos são carentes de legislação específica sobre o ordenamento territorial.

Inicialmente, os Municípios sob análise possuem menos de 20.000 (vinte mil) habitantes³⁷, o que exclui a responsabilidade de terem, em seu sistema jurídico vigente, Plano Diretor Municipal.

Além disso, Santa Clara D'Oeste e Castilho não possuem Lei de Uso e Ocupação do Solo ou qualquer outro dispositivo jurídico que discipline o zoneamento ou o parcelamento do solo urbano e/ou rural.

³⁶ Artigo 42 da Lei Federal nº 10.257/01.

³⁷ Segundo informações das próprias Prefeituras, Castilho tem aproximadamente 17.000 (dezessete mil) habitantes, ao passo que Santa Clara D'Oeste possui 6.000 (seis mil).

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	38	Maio/2009	Rev. 0

Sendo assim, a Certidão de Uso e Ocupação do solo emitida por estes Municípios considera, levando em consideração a localização escolhida para os respectivos Centros de Coleta e Tancagem, a adequação do empreendimento ao ordenamento jurídico ambiental estadual e federal.

Por fim, cumpre destacar, na Lei Orgânica de cada um dos Municípios, os dispositivos que incidem sobre os CCTs.

Em Santa Clara D'Oeste, a Lei Orgânica Municipal vigente foi aprovada e promulgada por meio da Emenda à Lei Orgânica nº 01, de 02 de outubro de 2008, que revisou e atualizou a lei anterior.

Referida norma confere ao Município competência para prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, valendo-se, para tanto, da atribuição de legislar sobre assuntos de interesse local, sem prejuízo de outros mecanismos, nos termos do artigo 5º, caput e inciso I.

Quanto à proteção ao meio ambiente e o combate à poluição, o artigo 6º da norma em questão atribui competência administrativa comum ao Município em relação aos poderes da União e do Estado de São Paulo, conforme artigo 6º, inciso VI.

Ao Prefeito de Santa Clara D'Oeste, segundo o artigo 58, inciso VI, da Lei Orgânica, incumbe o poder de expedir decretos, portarias, certidões e outros atos administrativos, tal como fez ao expedir Certidão de Uso e Ocupação do Solo ao Centro de Coleta e Tancagem do Poliduto Oeste Paulista.

A Política Urbana e do Meio Ambiente de Santa Clara D'Oeste, instituída nos termos do artigo 146 da mesma norma, tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos habitantes.

Por sua vez, a Lei Orgânica do Município de Castilho, promulgada em 31 de agosto de 2005, confere à Municipalidade, dentre outros objetivos prioritários, a gerência de interesses locais como fator essencial de desenvolvimento, a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, conforme artigo 4º, incisos I e V.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	39	Maior/2009	Rev. 0

Ainda, à Municipalidade compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse, respeitadas as seguintes atribuições (artigo 15):

“XI – planejar o uso e ocupação de seu solo, especialmente em zona urbana;

XII – regular a edificação, loteamento, arruamento, zoneamentos urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à coordenação de seu território.”

A proteção ao meio ambiente, o combate à poluição e a preservação das florestas, da fauna e da flora são competências administrativas Municipais comuns às do Estado de São Paulo e da União, nos termos dos incisos V e VI do artigo 16.

Por fim, a Política do Meio Ambiente do Município de Castilho, instituída nos termos do artigo 179 da Lei Orgânica, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

3.6 Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81) prevê, como um de seus instrumentos de implementação, o zoneamento ambiental³⁸. O Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002, regulamenta esse instrumento e estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

De acordo com o artigo 2º do Decreto Federal nº 4.297/02, o ZEE, instrumento de organização do território a ser seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Nos termos do artigo 3º, *caput*, do referido Decreto Federal: *“O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou*

³⁸ Artigo 9º, inciso II da Lei Federal nº 6.938/81.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	40	Maior/2009	Rev. 0

indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas.”

O processo de elaboração e implementação do ZEE deve buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais (artigo 4º, inciso I do Decreto Federal nº 4.297/02).

No entanto, o Estado de São Paulo ainda não elaborou seu Zoneamento Ecológico Econômico.

3.7 Fauna e Flora

A Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, dispõe que os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, por meio da Portaria IBAMA nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989, tornou pública a lista oficial de espécies de fauna brasileira ameaçada de extinção.

Além disso, a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 3, de 27 de maio de 2003, reconheceu como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à mencionada norma federal, sendo protegidas de modo integral, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Importante ressaltar que a Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007, estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos potencialmente causadores de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei Federal nº 6.938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 01/86 e nº 237/97.

As solicitações para concessão de autorização de captura, coleta ou transporte de fauna silvestre em áreas de empreendimento e atividades deverão

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	41	Maió/2009	Rev. 0

ser formalizadas e protocoladas junto a Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP/IBAMA), ou na Superintendência do estado onde se localizará o empreendimento, para avaliação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias³⁹.

O artigo 3º da IN IBAMA nº 146/07, estabelece que deverão ser concedidas autorizações de captura, coleta e transporte de fauna silvestre específicas para cada uma das seguintes Etapas de Manejo: Levantamento de Fauna; Monitoramento de Fauna; e Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna.

O Levantamento de Fauna na área de influência do empreendimento precede qualquer outra atividade relacionada à fauna silvestre, e deverá conter:

“I - lista de espécies da fauna descritas para a localidade ou região, baseada em dados secundários, inclusive com indicação de espécies constantes em listas oficiais de fauna ameaçada com distribuição potencial na área do empreendimento, independentemente do grupo animal a que pertencem. Na ausência desses dados para a região, deverão ser consideradas as espécies descritas para o ecossistema ou macro região;

II - descrição detalhada da metodologia a ser utilizada no registro de dados primários, que deverá contemplar os grupos de importância para a saúde pública regional, cada uma das Classes de vertebrados, e Classes de invertebrados pertinentes. Em caso de ocorrência, no local do empreendimento, de focos epidemiológicos, fauna potencialmente invasora, inclusive doméstica, ou outras espécies oficialmente reconhecidas como ameaçadas de extinção, o IBAMA poderá ampliar as exigências de forma a contemplá-las.

III - a metodologia deverá incluir o esforço amostral para cada grupo em cada fitofisionomia, contemplando a sazonalidade para cada área amostrada;

IV - mapas, imagens de satélite ou foto aérea, inclusive com avaliação batimétrica e altimétrica, contemplando a área afetada pelo

³⁹ Artigo 2º, caput, da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07. De acordo com o parágrafo único do artigo 2º, o pedido de renovação da autorização deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo da autorização anterior.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	42	Maior/2009	Rev. 0

empreendimento com indicação das fitofisionomias, localização e tamanho das áreas a serem amostradas;

V - identificação da bacia e microbacias hidrográficas e área afetada pelo empreendimento. Deverão ser apresentados mapas com a localização do empreendimento e vias de acesso pré-existentes;

VI - informação referente ao destino pretendido para o material biológico a ser coletado, com anuência da instituição onde o material será depositado; (anexo formulário de destinação/recebimento, assinado pelas partes);

VII - currículo do coordenador e dos responsáveis técnicos, que deverão demonstrar experiência comprovada no estudo do táxon a ser inventariado.

Parágrafo único - O Levantamento de Fauna deve ser apresentado pelo empreendedor e será avaliado para emissão do TR definitivo".⁴⁰

Como resultados do Levantamento de Fauna em áreas do empreendimento, deverão ser apresentados (artigo 5º da IN IBAMA nº 146/07):

"I - lista das espécies encontradas, indicando a forma de registro e habitat, destacando as espécies ameaçadas de extinção, as endêmicas, as consideradas raras, as não descritas previamente para a área estudada ou pela ciência, as passíveis de serem utilizadas como indicadoras de qualidade ambiental, as de importância econômica e cinegética, as potencialmente invasoras ou de risco epidemiológico, inclusive domésticas, e as migratórias e suas rotas;

II - caracterização do ambiente encontrado na área de influência do empreendimento, com descrição dos tipos de habitats encontrados (incluindo áreas antropizadas como pastagens, plantações e outras áreas manejadas). Os tipos de habitats deverão ser mapeados, com

⁴⁰ Artigo 4º da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	43	Mai/2009	Rev. 0

indicação dos seus tamanhos em termos percentuais e absolutos, além de indicar os pontos amostrados para cada grupo taxonômico;

III - esforço e eficiência amostral, parâmetros de riqueza e abundância das espécies, índice de diversidade e demais análises estatística pertinentes, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada área amostrada;

IV - anexo digital com lista dos dados brutos dos registros de todos os espécimes - forma de registro, local georreferenciado, habitat e data;

V - estabilização da curva do coletor;

VI - detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados (vivos ou mortos), informando o tipo de identificação individual, registro e biometria".

O artigo 6º, *caput*, da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07 dispõe que os impactos sobre a fauna silvestre na área de influência do empreendimento, durante e após sua implantação, serão avaliados mediante realização de monitoramento, tendo como base o Levantamento de Fauna. Outrossim, em caso de empreendimentos que contenham estruturas e equipamentos que minimizem o impacto sobre a fauna, deverá estar previsto o monitoramento desses para avaliar o seu funcionamento e eficiência. (artigo 9º, *caput* da IN IBAMA nº 146/07)

A necessidade de elaboração do Programa de Resgate ou Salvamento de Fauna será definida pelo IBAMA. A concessão de autorização para realização de resgate ou salvamento de fauna na área do empreendimento e sua respectiva área de influência far-se-á mediante a apresentação dos resultados obtidos no Programa de Monitoramento de Fauna e apresentação do Programa de Resgate ou Salvamento de Fauna⁴¹.

⁴¹ Artigos 10, *caput*, e 11, *caput*, da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	44	Maio/2009	Rev. 0

Insta mencionar que o Programa de Resgate ou Salvamento de Fauna deverá ser apresentado no âmbito do Plano Básico Ambiental (PBA) ou do Plano de Controle Ambiental (PCA), devendo conter o seguinte:

I - descrição da estrutura física, incluindo croqui das instalações relacionadas ao Programa de Resgate, suas localizações e vias de acesso. Quando necessária, deverá estar prevista a instalação de centro de triagem, onde os animais ficarão temporariamente alojados;

II - descrição e quantificação dos equipamentos utilizados;

III - composição das equipes de resgate, incluindo currículo dos responsáveis técnicos. Para a definição do número de equipes (incluindo equipe de apoio), deverão ser considerados os dados referentes à velocidade do desmatamento ou regime de enchimento do reservatório e acessos existentes. O número de equipes de resgate deverá ser compatível com a área total do ambiente a ser suprimido;

IV - programa do curso de capacitação pessoal para a equipe de resgate;

V - plano específico de desmatamento que deverá direcionar o deslocamento da fauna e auxiliar na execução do resgate, utilizando dispositivos que limitem a velocidade de desmatamento e favoreçam a fuga espontânea da fauna.

VI - destinação pretendida para cada grupo taxonômico da fauna resgatada, prevendo a remoção dos animais que poderão ser relocados para áreas de soltura previamente estabelecidas de acordo com o art. 9º, inciso V ou encaminhados para centros de triagem, zoológicos, mantenedouros, criadouros ou ainda destinados ao aproveitamento do material biológico em pesquisas, coleções científicas ou didáticas;

VII - detalhamento da captura, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares coletados, vivos

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	45	Maior/2009	Rev. 0

ou mortos, informando o tipo de identificação individual (marcação duradoura consagrada na literatura científica), registro e biometria".⁴²

A Instrução Normativa IBAMA nº 146/07 estabelece, em seu artigo 19, que o Programa de Monitoramento terá cronograma e prazo de execução definidos de acordo com análise do IBAMA, e deverá conter:

✓ Planos e Programas previstos nessa IN, as particularidades definidas no TR definitivo e os protocolos específicos aprovados pelo IBAMA, incluindo o tipo de marcação a ser utilizado (material constituinte e local de fixação);

✓ Seleção e justificativa de áreas controle para monitoramento intensivo de ictiofauna, fitoplâncton, zooplâncton, as espécies ameaçadas de extinção, as endêmicas da bacia e as consideradas raras. O tamanho total de áreas controle a serem monitoradas deverá ser representativo, contemplando todos os habitats distribuídos ao longo de, no mínimo, toda área de influência direta;

✓ Seleção de áreas de soltura de animais, considerando-se a distribuição natural das populações e a ocorrência de acidentes geográficos que constituam barreiras naturais à dispersão das espécies;

✓ Mapas das áreas controle e das áreas de soltura em escala compatível com o nível de detalhamento para análise, contemplando, inclusive, os acidentes geográficos;

✓ Cronograma detalhado das campanhas de monitoramento a serem realizadas, tanto nas áreas de soltura, quanto nas áreas controle;

✓ Programas específicos de conservação e monitoramento para as espécies ameaçadas de extinção, endêmicas e raras presentes em lista oficial, e espécies endêmicas ou recém descritas.

⁴² Artigo 13 da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	46	Maio/2009	Rev. 0

Para cada etapa do manejo de fauna deverão ser enviados ao IBAMA relatórios técnico-científicos, com descrição e resultados de todas as atividades realizadas na área de influência do empreendimento (artigo 23 da IN IBAMA nº 146/07).

Como resultado do Monitoramento deverão ser apresentados:

I - lista de espécies, os parâmetros de riqueza e abundância das espécies;

II - índices de eficiência amostral e de diversidade, por fitofisionomia e grupo inventariado, contemplando a sazonalidade em cada unidade amostral;

III - demais parâmetros estatísticos pertinentes, do mesmo modo que os relatórios dos programas específicos descritos no art. 9º inciso VII.

IV - discussões e conclusões acerca dos impactos gerados pelo empreendimento na fauna, observando a comparação entre áreas interferidas e áreas controles;

V - proposição de medidas mitigadoras para os impactos detectados pelo monitoramento.⁴³

Além disso, como resultado do resgate deverão ser informados a identificação utilizada para cada animal translocado e pontos georreferenciados de destino, exceto nos casos comprovadamente inviáveis.⁴⁴

Importante observar, nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07, que todos animais capturados durante o Levantamento e Monitoramento deverão ser identificados até o menor nível taxonômico possível.

Nos programas, deverão ser apresentadas as listagens das instituições interessadas em receber material zoológico (criadouros, zoológicos, museus e instituições de ensino e pesquisa), anexando manifestação oficial de cada uma delas, e, nos resultados dos estudos, deverão ser apresentadas manifestações

⁴³ Artigo 23, §1º da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

⁴⁴ Artigo 23, §2º da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	47	Maio/2009	Rev. 0

oficiais das instituições que receberam material zoológico, incluindo o número de tombamento⁴⁵.

Os documentos, programas e relatórios protocolados no IBAMA deverão:

- ✓ Estar rubricados por página e assinados pelos responsáveis técnicos de cada grupo taxonômico;
- ✓ Ser entregues pelo menos 02 (duas) cópias dos documentos, apresentados em meio impresso e digital⁴⁶;
- ✓ Apresentar Cadastro Técnico Federal dos profissionais e o registro nos Conselhos de Classe⁴⁷.

Outrossim, cumpre informar que, conforme prevê o artigo 30 da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07, o IBAMA, por decisão justificada tecnicamente, poderá modificar os procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre de acordo com as características do empreendimento.

No âmbito estadual, a Constituição Paulista incumbiu ao Estado a obrigação de criar, mediante lei, um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de⁴⁸:

"X - proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção, criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos".

Por sua vez, Decreto Estadual nº 42.838, de 04 de fevereiro de 1998, declarou espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente

⁴⁵ Artigos 26, caput e 27, caput, da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

⁴⁶ Artigo 28 da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

⁴⁷ Artigo 29 da Instrução Normativa IBAMA nº 146/07.

⁴⁸ Artigo 193 da Constituição Estadual de São Paulo.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	48	Mai/2009	Rev. 0

ameaçadas de extinção do Estado de São Paulo, constantes da lista anexa ao referido Decreto Estadual.

Referida norma foi complementada pelo Decreto Estadual nº 53.494, de 2 de outubro de 2008, que declarou, em seus anexos, as espécies da fauna silvestre ameaçadas, quase ameaçadas, colapsadas, sobrexplotadas, ameaçadas de sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo.

A Portaria DEPRN nº 42, de 23 de outubro de 2000 estabeleceu procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para instrução de processos de licenciamento no âmbito do DEPRN.

Nesse sentido, consoante ao disposto no artigo 2º da referida Portaria Estadual, para implantação de atividades, obras ou empreendimentos onde seja necessária a supressão de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração, deverão ser apresentados estudos e ações efetivas visando a manutenção saudável das espécies da fauna nativa, principalmente quando existir no local espécies ameaçadas de extinção previstas no Decreto Estadual nº 42.838/98, já descrito no presente capítulo.

No ato de abertura de processos de licenciamento ambiental serão exigidos pelo DEPRN, acrescidos dos que já estão deliberados na Portaria DEPRN nº 17/98⁴⁹ os seguintes estudos da fauna silvestre, de acordo com os seguintes casos⁵⁰:

⁴⁹ "Artigo 1º da Portaria DEPRN nº 17/98: No ato de abertura de processos de licenciamento ambiental serão exigidos pelo DEPRN, os seguintes documentos:

1. Requerimento, em 2 vias, assinado pelo proprietário ou representante legal (modelo fornecido pelo DEPRN);
2. Prova dominial;
3. Roteiro de acesso até o local a ser licenciado;
4. Planta planialtimétrica do imóvel em 4 vias, em escala compatível com a área do imóvel, contendo informações sobre a vegetação, corpos d'água, caminhos, estradas e edificações existentes dentro da propriedade, bem como sobre os confrontantes e coordenadas geográficas que as diferenciem. Deverá ser assinada pelo proprietário e por técnico habilitado junto ao CREA.
5. Memorial da obra ou empreendimento acompanhado de planta do projeto executivo, ambos assinados pelo proprietário e por técnico habilitado, contendo também as seguintes informações:
 - a) Identificação do(s) tipo(s) e estágio(s) de desenvolvimento da vegetação natural que recobre a propriedade, conforme Resolução CONAMA 1, de 31/01/94, Resolução Conjunta IBAMA/SMA 1, de 17/2/94 e Resolução CONAMA 7/96 para Mata Atlântica, e Resolução SMA 55, de 13/6/95 para Cerrado.
 - b) Indicação das áreas de Preservação Permanente definidas pelo artigo 2o. do Código Florestal ou por legislação municipal, cuja própria deverá ser anexada. Tais informações devem ser plotadas em plantas.
 - c) Identificação das espécies arbóreas especialmente protegidas, referenciadas em planta; (espécies imunes de corte, patrimônio ambiental ou ameaçadas de extinção);
 - d) Identificação de possíveis habitat críticos da fauna silvestre;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	49	Maior/2009	Rev. 0

"1. Para intervenções inferiores a 1,0 ha em áreas recobertas por vegetação nativa em estágio médio e avançado de regeneração, devem ser apresentados:

- a) Lista de fauna silvestre presente na área, com discriminação da metodologia, utilizando nomenclatura científica e popular,
- b) Descrição das áreas adjacentes ao fragmento estudado, a fim de caracterizar o uso e ocupação de seu entorno,
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho de Classe do profissional responsável (ART).

2. Para intervenções entre 1,0 ha e 5,0 ha em áreas recobertas por vegetação nativa em estágio médio e avançado de regeneração, devem ser apresentados:

- a) Lista de fauna silvestre presente na área, com discriminação da metodologia, utilizando nomenclatura científica e popular,
- b) Descrição das áreas adjacentes ao fragmento estudado, a fim de caracterizar o uso e ocupação de seu entorno,
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho de Classe do profissional responsável (ART),
- d) Propostas de medidas mitigadoras dos impactos sobre a fauna silvestre a serem causados pelo empreendimento.

3. Para intervenções superiores a 5,0 ha em áreas recobertas por vegetação nativa em estágio médio e avançado de regeneração, devem ser apresentados:

- a) Lista de fauna silvestre presente na área, com discriminação da metodologia, utilizando nomenclatura científica e popular,

e) Eventuais medidas compensatórias para realização da obra/empreendimento;
 f) Fotografia do local, referenciadas em planta.
 6. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) recolhida por profissional legalmente habilitado;
 7. Certidão da Prefeitura Municipal favorável à atividade, obra ou empreendimento, quando se tratar de imóvel situado na zona urbana.
 8. Cópia do comprovante de quitação da multa ou do documento de regularização perante o DEPRN, no caso do imóvel a ser licenciado ter sido objeto de Auto de Infração Ambiental";
⁵⁰ Artigo 3º da Portaria DEPRN nº 42/00.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	50	Maio/2009	Rev. 0

- b) Descrição das áreas adjacentes ao fragmento estudado, a fim de caracterizar o uso e ocupação de seu entorno,
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho de Classe do profissional responsável (ART),
- d) Propostas de medidas mitigadoras dos impactos sobre a fauna silvestre a serem causados pelo empreendimento.
- e) Monitoramento completo das áreas por períodos sazonais para determinação da eficácia dos resultados,
- f) Plano de manejo das espécies ameaçadas de extinção encontradas, ou em casos específicos a serem determinados pelo técnico responsável”.

No entanto, seu parágrafo 2º define que casos de terrenos com áreas inferiores a 1.000 m², inseridos em zonas urbanizadas, isto é, que apresentem quatro ou mais equipamentos públicos urbanos, conceituados no artigo 5º da Lei Federal nº 6.766/79 (rede de abastecimento de água, rede coletora de esgotos, rede coletora de águas pluviais, linha de transmissão de energia elétrica, linha de telefone, rede de gás canalizado e serviço de coleta periódica de lixo), poderá ser dispensada a documentação relativa aos estudos de fauna, a critério do técnico responsável.

A pesar disso, o técnico responsável do DEPRN poderá solicitar a inclusão de dados mais específicos, de acordo com a complexidade do caso, conforme especificado no parágrafo 1º.

Com relação à flora, a Portaria IBAMA nº 37-N, de 03 de abril de 1992, traz Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, incluindo todas suas subespécies, se existirem.

No mesmo sentido, a Resolução da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo nº 48, de 21 de setembro de 2004, publicou a lista oficial das espécies da flora do Estado ameaçadas de extinção, seguindo recomendações do Instituto de Botânica de São Paulo.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	51	Maior/2009	Rev. 0

A Lei Estadual nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado como patrimônio nacional.

O artigo 2º da referida lei estadual considera como integrante do Bioma Mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento:

- ✓ Floresta Ombrófila Densa;
- ✓ Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias;
- ✓ Floresta Ombrófila Aberta;
- ✓ Floresta Estacional Semidecidual; e
- ✓ Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

Ademais, a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica far-se-ão dentro de condições que assegurem:

I - a manutenção e a recuperação da biodiversidade, vegetação, fauna e regime hídrico do Bioma Mata Atlântica para as presentes e futuras gerações;

II - o estímulo à pesquisa, à difusão de tecnologias de manejo sustentável da vegetação e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de recuperação e manutenção dos ecossistemas;

III - o fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico;

IV - o disciplinamento da ocupação rural e urbana, de forma a harmonizar o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ecológico”.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	52	Maio/2009	Rev. 0

Assim, estando o **Poliduto Oeste Paulista** inserto no Bioma da Mata Atlântica, sua implementação deverá obedecer às disposições da Lei Estadual nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

3.8 Áreas de Preservação Permanente – APPs

A Lei Federal nº 4.771/65 que institui o Código Florestal define Área de Preservação Permanente (APP) como área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º dessa Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas⁵¹.

O artigo 2º do Código Florestal estabelece que são consideradas de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

“a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

⁵¹ Artigo 1º, §2º, inciso II da Lei Federal nº 4.771/65.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	53	Maio/2009	Rev. 0

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação".

Desta forma, importante destacar que, nos termos da alínea "a" do artigo 2º acima mencionado, a demarcação de APP deve sempre considerar o nível mais alto do leito do corpo d'água.

No caso de áreas urbanas, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei Federal nº 4.771/65, as APPs estão compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, observando-se o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites mencionados anteriormente.

O artigo 3º do Código Florestal estabelece, ainda, que as florestas e demais formas de vegetação natural podem ser declaradas como área de preservação permanente, por ato do Poder Público, desde que destinadas:

"a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	54	Maió/2009	Rev. 0

- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público”.

O §1º do artigo 3º da Lei Federal nº 4.771/65 determina que somente será admitida supressão total ou parcial de florestas de APPs, com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o inciso IV do §2º do artigo 1º do mesmo diploma legal, define, como de utilidade pública, as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de energia, a exemplo do Poliduto Oeste Paulista.

Assim, a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente somente poderá ser autorizada em casos de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto⁵².

Outrossim, referida supressão de APP em caso de utilidade pública dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente⁵³.

Quando tratar-se de APP situada em área urbana, a supressão dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante

⁵² Artigo 4º, caput, da Lei Federal nº 4.771/65.

⁵³ Artigo 4º, §1º da Lei Federal nº 4.771/65.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	55	Mai/2009	Rev. 0

anuência prévia do órgão ambiental estadual competente e fundamentada em parecer técnico (§2º, artigo 4º Lei Federal nº 4.771/65).

De acordo com o Código Florestal, *"o órgão ambiental competente indicará, previamente à emissão da autorização para a supressão de vegetação em área de preservação permanente, as medidas mitigadoras e compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor."*⁵⁴

Ainda com relação à utilidade pública, cumpre mencionar a Lei Federal nº 7.029, de 13 de setembro de 1982, que dispõe sobre o transporte dutoviário de álcool. Mencionada norma federal considerou caso de utilidade pública a construção de duto destinado ao transporte de álcool (alcoolduto)⁵⁵.

A Lei Federal nº 7.754, de 14 de abril de 1989, estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e considera de preservação permanente, na forma do Código Florestal, as florestas e demais formas de vegetação natural existentes nas nascentes dos rios (artigo 1º, *caput*).

De acordo com o artigo 2º, *caput*, da Lei nº 7.754/89, será constituída, nas nascentes dos rios, área em forma de paralelogramo, denominada Paralelogramo de Cobertura Florestal, na qual são vedadas a derrubada de árvores e qualquer forma de desmatamento.

As dimensões dos Paralelogramos de Cobertura Florestal serão fixadas em regulamento, levando-se em consideração a extensão e a largura dos rios cujas nascentes serão protegidas⁵⁶. Importante observar que o mencionado regulamento não foi publicado, portanto, inexistem medidas para o Paralelogramo.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, pela Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente e apresenta definições para sua aplicação, quais sejam:

(...)

⁵⁴ Artigo 4º, §4º da Lei Federal nº 4.771/65.

⁵⁵ Artigo 2º da Lei Federal nº 7.029/82.

⁵⁶ Artigo 3º, *caput*, da Lei Federal nº 7.754/89.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	56	Maio/2009	Rev. 0

“II - nascente ou olho d’água: local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea;

III - vereda: espaço brejoso ou encharcado, que contém nascentes ou cabeceiras de cursos d’água, onde há ocorrência de solos hidromórficos, caracterizado predominantemente por renques de buritis do brejo (*Mauritia flexuosa*) e outras formas de vegetação típica;

IV - morro: elevação do terreno com cota do topo em relação a base entre cinquenta e trezentos metros e encostas com declividade superior a trinta por cento (aproximadamente dezessete graus) na linha de maior declividade;

V - montanha: elevação do terreno com cota em relação a base superior a trezentos metros;

VI - base de morro ou montanha: plano horizontal definido por planície ou superfície de lençol d’água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota da depressão mais baixa ao seu redor;

VII - linha de cumeada: linha que une os pontos mais altos de uma seqüência de morros ou de montanhas, constituindo-se no divisor de águas;

VIII - restinga: depósito arenoso paralelo a linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, também consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do substrato do que do clima. A cobertura vegetal nas restingas ocorrem mosaico, e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivos e arbóreo, este último mais interiorizado;

IX - manguezal: ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	57	Maio/2009	Rev. 0

natural conhecida como mangue, com influência flúvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os estados do Amapá e Santa Catarina;

X - duna: unidade geomorfológica de constituição predominante arenosa, com aparência de câmore ou colina, produzida pela ação dos ventos, situada no litoral ou no interior do continente, podendo estar recoberta, ou não, por vegetação;

XI - tabuleiro ou chapada: paisagem de topografia plana, com declividade média inferior a dez por cento, aproximadamente seis graus e superfície superior a dez hectares, terminada de forma abrupta em escarpa, caracterizando-se a chapada por grandes superfícies a mais de seiscentos metros de altitude;

XII - escarpa: rampa de terrenos com inclinação igual ou superior a quarenta e cinco graus, que delimitam relevos de tabuleiros, chapadas e planalto, estando limitada no topo pela ruptura positiva de declividade (linha de escarpa) e no sopé por ruptura negativa de declividade, englobando os depósitos de colúvio que se localizam próximo ao sopé da escarpa"⁵⁷.

De acordo com o artigo 3º da Resolução nº 303/02 constitui APP a área situada:

"I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de:

a) trinta metros, para o curso d'água com menos de dez metros de largura;

b) cinquenta metros, para o curso d'água com dez a cinquenta metros de largura;

c) cem metros, para o curso d'água com cinquenta a duzentos metros de largura;

⁵⁷ Artigo 2º da Resolução CONAMA nº 303/02.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	58	Maio/2009	Rev. 0

d) duzentos metros, para o curso d'água com duzentos a seiscentos metros de largura;

e) quinhentos metros, para o curso d'água com mais de seiscentos metros de largura;

II - ao redor de nascente ou olho d'água, ainda que intermitente, com raio mínimo de cinquenta

metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;

III - ao redor de lagos e lagoas naturais, em faixa com metragem mínima de:

a) trinta metros, para os que estejam situados em áreas urbanas consolidadas;

b) cem metros, para as que estejam em áreas rurais, exceto os corpos d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros;

IV - em vereda e em faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de cinquenta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado;

V - no topo de morros e montanhas, em áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação a base;

VI - nas linhas de cumeada, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura, em relação à base, do pico mais baixo da cumeada, fixando-se a curva de nível para cada segmento da linha de cumeada equivalente a mil metros;

VII - em encosta ou parte desta, com declividade superior a cem por cento ou quarenta e cinco graus na linha de maior declive;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	59	Maio/2009	Rev. 0

VIII - nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa;

IX - nas restingas:

a) em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima;

b) em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues;

X - em manguezal, em toda a sua extensão;

XI - em duna;

XII - em altitude superior a mil e oitocentos metros, ou, em estados que não tenham tais elevações, à critério do órgão ambiental competente;

XIII - nos locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias;

XIV - nos locais de refúgio ou reprodução de exemplares da fauna ameaçadas de extinção que constem de lista elaborada pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal;

XV - nas praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre.

Parágrafo único. Na ocorrência de dois ou mais morros ou montanhas cujos cumes estejam separados entre si por distâncias inferiores a quinhentos metros, a Área de Preservação Permanente abrangerá o conjunto de morros ou montanhas, delimitada a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura em relação à base do morro ou montanha de menor altura do conjunto, aplicando-se o que segue:

I - agrupam-se os morros ou montanhas cuja proximidade seja de até quinhentos metros entre seus topos;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	60	Maior/2009	Rev. 0

II - identifica-se o menor morro ou montanha;

III - traça-se uma linha na curva de nível correspondente a dois terços deste; e

IV - considera-se de preservação permanente toda a área acima deste nível”.

Os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente são regulamentados pela Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006.

A norma mencionada trata dos casos excepcionais em que o órgão ambiental competente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental.

O artigo 1º, §3º da Resolução nº 369/06 estabelece que a autorização para intervenção ou supressão de vegetação em APP de nascente, assim definida no artigo 3º, inciso II da Resolução CONAMA nº 303/02⁵⁸, fica condicionada à outorga do direito de uso de recurso hídrico, conforme o disposto no artigo 12 da Lei Federal nº 9.433/97⁵⁹.

Relevante destacar o disposto no artigo 2º da Resolução CONAMA nº 369/06, *in verbis*:

“Artigo 2º O órgão ambiental competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-

⁵⁸ Artigo 3º, inciso II – “ao redor de nascente ou olho d’água, ainda que intermitente, com raio mínimo de cinquenta metros de tal forma que proteja, em cada caso, a bacia hidrográfica contribuinte;”

⁵⁹ Artigo 12 - Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

§ 2º A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estará subordinada ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado na forma do disposto no inciso VIII do Artigo 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	61	Maio/2009	Rev. 0

Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, nos seguintes casos:

I - utilidade pública:

(...)

b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia”⁶⁰.

Mencionada intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente, para projetos de utilidade pública, somente poderá ser autorizada quando o requerente, entre outras exigências, comprovar:

“I - a inexistência de alternativa técnica e locacional às obras, planos, atividades ou projetos propostos;

II - atendimento às condições e padrões aplicáveis aos corpos de água;

III - averbação da Área de Reserva Legal; e

IV - a inexistência de risco de agravamento de processos como enchentes, erosão ou movimentos acidentais de massa rochosa”⁶¹.

A Resolução CONAMA nº 369/06 dispõe, ainda, em seu artigo 4º, *caput*, em conformidade com o já previsto pelo Código Florestal, que toda obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental, deverá obter do órgão ambiental competente autorização para intervenção ou supressão de vegetação em APP, em processo administrativo próprio, no âmbito do processo de licenciamento ou autorização, motivado tecnicamente, observadas as normas ambientais aplicáveis.

Da mesma forma, a intervenção ou supressão de vegetação em APP de que trata o *caput* do artigo 4º dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente (artigo 4º, §1º da Resolução CONAMA nº 369/06).

⁶⁰ Artigo 2º da Resolução CONAMA nº 369/06.

⁶¹ Artigo 3º da Resolução CONAMA nº 369/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	62	Maio/2009	Rev. 0

Ademais, a intervenção ou supressão de vegetação em APP situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal, desde que o município possua Conselho de Meio Ambiente, com caráter deliberativo, e Plano Diretor ou Lei de Diretrizes Urbanas. Para os municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, deverá haver anuência prévia do órgão ambiental estadual competente, fundamentada em parecer técnico⁶².

Conforme o artigo 5º, *caput*, da Resolução CONAMA nº 369/06, o órgão ambiental competente estabelecerá, previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, que deverão ser adotadas pelo requerente.

Para empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, serão definidas no âmbito do referido processo de licenciamento, sem prejuízo, quando for o caso, do cumprimento das disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), que trata de compensação ambiental⁶³.

Com efeito, nos termos do artigo 5º, §2º da Resolução CONAMA nº 369/06, as medidas de caráter compensatório consistem na efetiva recuperação ou recomposição de APP e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios.

Ademais, independe de autorização do Poder Público, o plantio de espécies nativas com a finalidade de recuperação de APP, respeitadas as obrigações acordadas, se existentes, e as normas e requisitos técnicos aplicáveis⁶⁴.

Em virtude de o **Poliduto Oeste Paulista** estar sujeito à elaboração de EIA/RIMA, o empreendedor deve apresentar até o dia 31 de março de cada ano, relatório anual detalhado, com a delimitação georreferenciada das APPs, com

⁶² Artigo 4º, § 2º da Resolução do CONAMA 369/06.

⁶³ Artigo 5º, §1º da Resolução CONAMA nº 369/06.

⁶⁴ Artigo 6º da Resolução CONAMA nº 369/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	63	Maior/2009	Rev. 0

comprovação do cumprimento das obrigações estabelecidas em cada licença ou autorização expedida⁶⁵.

Importante ressaltar que de acordo o artigo 16, *caput*, da Resolução CONAMA nº 369/06, as exigências e deveres previstos nessa Resolução são caracterizados como obrigações de relevante interesse ambiental.

A Constituição do Estado de São Paulo estabeleceu, no artigo 197, as áreas de proteção permanente, quais sejam:

I - os manguezais;

II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;

III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;

IV - as áreas estuarinas;

V - as paisagens notáveis;

VI - as cavidades naturais subterrâneas".

Com efeito, a intervenção de baixo impacto ambiental em APP foi regulamentada, no âmbito estadual, pelo Decreto Estadual nº 49.566, de 25 de abril de 2005.

Referido Decreto Estadual considera intervenção de baixo impacto ambiental a execução de atividades ou empreendimentos que, considerados sua dimensão e localização e levando-se em conta a tipologia e função ambiental da vegetação objeto de intervenção, bem como situação do entorno, não acarretem alterações adversas, significativas e permanentes, nas condições ambientais da área onde se inserem, tais como áreas desprovidas de vegetação nativa, em estágio pioneiro de regeneração ou corte de árvores isoladas, nativas ou exóticas⁶⁶.

Cumprido ressaltar que a manutenção de obras essenciais de infra-estrutura, destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia são

⁶⁵ Artigo 12, *caput*, da Resolução CONAMA nº369/06.

⁶⁶ Artigo 1º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	64	Maio/2009	Rev. 0

consideradas como de baixo impacto ambiental, a luz do disposto no inciso III do artigo 3º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

Os pedidos de autorização para intervenção eventual e de baixo impacto ambiental em áreas de preservação permanente, serão devidamente formalizados em procedimento administrativo próprio junto ao DEPRN⁶⁷, devendo indicar, em todas as situações, as medidas mitigadoras a serem obrigatoriamente adotadas pelos interessados e as justificativas em relação à inexistência de alternativa técnica e locacional à ação, atividade ou empreendimento proposto⁶⁸.

Além disso, as medidas mitigadoras deverão ser adequadas e proporcionais à função ambiental da APP objeto de intervenção⁶⁹.

Ressalte-se que não se caracteriza como intervenção de baixo impacto quando o objeto consistir em supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, ou de dunas e mangues, que somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública⁷⁰.

O Decreto Estadual nº 39.473, de 07 de novembro de 1994 estabelece normas de utilização das várzeas no Estado de São Paulo, condicionadas a autorização de uso específico expedida pela SMA, à vista de pareceres técnicos emitidos, previamente pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI⁷¹.

Ademais, não será autorizado o uso das áreas de várzeas em solos não compatíveis com seu aproveitamento técnico econômico; de interesse ecológico, quando assim declaradas pelo Estado; ou localizadas em bacia de captação de água para abastecimento público, a uma distância que possa comprometer a qualidade da água⁷².

A autorização de uso de áreas de várzeas fica condicionada às seguintes exigências, de acordo com seu estado de alteração:

⁶⁷ Cumpre informar que os Núcleos Técnicos do DEPRN tem como atribuição processar as solicitações para supressão de vegetação e intervenção em áreas de preservação permanente, emitindo autorizações, quando couber, conforme disposto no inciso I do artigo 51 do Decreto Estadual nº 53.027/08.

⁶⁸ Artigo 4º, §1º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

⁶⁹ §2º do artigo 4º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

⁷⁰ Artigo 5º do Decreto Estadual nº 49.566/05.

⁷¹ Artigo 1º do Decreto Estadual nº 39.473/94.

⁷² Artigo 2º do Decreto Estadual nº 39.473/94.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	65	Mai/2009	Rev. 0

- ✓ no caso de várzeas já drenadas e desprovidas de vegetação nativa decorrente do não uso ou da adoção do sistema de pousio, compromisso de recomposição das áreas de preservação permanente localizada na várzea objeto do pedido;
- ✓ no caso de várzeas incultas e com vegetação nativa, as autorizações de corte deverão atender à legislação ambiental em vigor⁷³.

Ressalte-se, por fim, que o pedido de autorização será protocolado na Casa da Agricultura da jurisdição do imóvel, que o encaminhará para os diversos órgãos afetos à autorização, sendo apreciado no prazo de 120 (cento e vinte) dias findo os quais será considerado deferida a autorização, salvo se exigências tiverem que ser cumpridas pelo interessado⁷⁴.

Por fim, ressalte-se que a Resolução SMA nº 09, de 26 de fevereiro de 2009, proíbe a supressão ou intervenção em “formações de restinga recentes do tipo barras, tômbolos, esporões e pontais arenosos, independente de se apresentarem cobertas com vegetação nativa” e “em áreas recobertas por vegetação de restinga, conforme classificação da Resolução CONAMA nº 07/1996, que exercer a função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues, qualquer que seja sua localização ou extensão.”

3.9 Florestas e Reflorestamento

As florestas existentes no território nacional e demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação estabelece, em especial o Código Florestal, instituído pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

O artigo 19, *caput*, da Lei nº 4.771/65, dispõe que a exploração de florestas e formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de prévia aprovação pelo órgão estadual competente do Sistema

⁷³ Artigo 3º do Decreto Estadual nº 39.473/94.

⁷⁴ Artigo 4º e parágrafo único do Decreto Estadual nº 39.473/94.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	66	Maio/2009	Rev. 0

Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme.

Importante observar, ainda, que o Código Florestal prevê que no caso de reposição florestal, há necessidade de serem priorizados projetos que contemplem utilização de espécies nativas⁷⁵.

A exploração de florestas e formações sucessoras prevista no artigo 19 do Código Florestal foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, que dispõe no artigo 10, *caput*, que a supressão e corte raso de vegetação arbórea natural somente será permitida mediante autorização de supressão para uso alternativo do solo, expedida pelo órgão competente do SISNAMA.

No caso do **Poliduto Oeste Paulista**, a autorização para supressão de florestas e formações sucessoras incumbe ao órgão ambiental estadual competente, no caso o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), vinculado à Secretaria do Meio Ambiente.

Ainda, de acordo com o artigo 10, §1º do Decreto Federal nº 5.975/06, *“entende-se por uso alternativo do solo a substituição de florestas e formações sucessoras por outras coberturas do solo, tais como projetos de assentamento para reforma agrária, agropecuários, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte”*.

Nas áreas passíveis de uso alternativo do solo, a supressão da vegetação que abrigue espécie ameaçada de extinção, dependerá da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras que assegurem a conservação da espécie⁷⁶.

O requerimento de autorização de supressão será disciplinado em norma específica pelo órgão ambiental competente, devendo indicar, no mínimo, as seguintes informações⁷⁷:

⁷⁵ Artigo 19, §3º, da Lei Federal nº 4.771/65.

⁷⁶ Artigo 37-A, §4º da Lei Federal nº 4.771/65.

⁷⁷ Artigo 10, §2º do Decreto Federal nº 5.975/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	67	Maio/2009	Rev. 0

- ✓ localização georreferenciada do imóvel, das áreas de preservação permanente e de reserva legal;
- ✓ cumprimento da reposição florestal;
- ✓ efetiva utilização das áreas já convertidas; e
- ✓ uso alternativo a que será destinado o solo a ser desmatado.

Cumpra mencionar que o aproveitamento da matéria-prima nas áreas onde houver a supressão para o uso alternativo do solo, será precedido de levantamento dos volumes existentes, conforme ato normativo específico do IBAMA⁷⁸.

Assim, o artigo 13, *caput*, do Decreto Federal nº 5.975/06, dispõe que a reposição florestal é a compensação do volume de matéria-prima extraído de vegetação natural pelo volume de matéria-prima resultante de plantio florestal para geração de estoque ou recuperação de cobertura florestal. É obrigada à reposição florestal a pessoa física ou jurídica que:

I - utiliza matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação natural;

II - detenha a autorização de supressão de vegetação natural".⁷⁹

Insta ressaltar que não haverá duplicidade na exigência de reposição florestal, em caso de supressão de vegetação, para empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental previsto no artigo 10 da Lei Federal nº 6.938/81⁸⁰, como é o caso do Poliduto.

Com efeito, o Decreto Federal nº 750, de 10 fevereiro de 1993 e a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 dispõe acerca da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, estabelecendo que seu corte, supressão e exploração far-se-ão de maneira diferenciada, conforme se trate

⁷⁸ Artigo 10, §4º do Decreto Federal nº 5.975/06.

⁷⁹ Artigo 14 do Decreto Federal nº 5.975/06.

⁸⁰ Artigo 16, *caput*, do Decreto Federal nº 5.975/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	68	Maio/2009	Rev. 0

de vegetação primária ou secundária, nesta última levando-se em conta o estágio de regeneração⁸¹.

Nesse sentido, consoante ao disposto no artigo 11 do Decreto Federal em comento, o corte e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica ficam vedados quando:

“I - a vegetação:

a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;

b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;

d) proteger o entorno das unidades de conservação; ou

e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

II - o proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#), no que respeita às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal”.

Mister se faz ressaltar que, para novos empreendimentos que impliquem no corte ou supressão de vegetação do Bioma Mata Atlântica deverão ser implantados preferencialmente em áreas já substancialmente alteradas ou degradadas⁸², como é o caso das faixas de domínio das rodovias estaduais, ao longo das quais se pretende instalar a maior parte do **Poliduto Oeste Paulista**.

⁸¹ Artigo 8º da Lei Federal nº 11.428/06.

⁸² Artigo 12 da Lei Federal nº 11.428/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	69	Maio/2009	Rev. 0

Outrossim, nos termos do artigo 14 do Decreto Federal nº 11.428/06, a supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Referida supressão dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, no caso em tela o DEPRN, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, conforme o disposto no §1º do artigo 14 da referida Lei Federal. Ademais, a supressão no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente, com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico⁸³.

Ressalte-se que as medidas supracitadas ficam condicionadas à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, bem como, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica⁸⁴.

O corte, supressão e exploração de vegetação secundária e em estágio inicial de regeneração, nos Estados em que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica for inferior a 5% (cinco por cento) da área original, submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em estágio médio de regeneração, ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas⁸⁵.

No que tange ao corte, supressão e manejo de espécies arbóreas pioneiras nativas em fragmentos florestais em estágio médio de regeneração, em que sua presença for superior a 60% (sessenta por cento) em relação às demais espécies,

⁸³ §2º do artigo 14 da Lei Federal nº 11.428/06.

⁸⁴ Artigo 17 da Lei Federal nº 11.428/06.

⁸⁵ Parágrafo único do Artigo 25 da Lei federal nº 11.428/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	70	Maio/2009	Rev. 0

poderão ser autorizados pelo órgão estadual competente, observado o disposto na Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965⁸⁶.

Os parâmetros de classificação da vegetação em estágios, no Estado de São Paulo, estão contemplados nas Resoluções CONAMA nº 01, de 31 de janeiro de 1994, convalidada pela Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007.

Nos termos do artigo 1º da mencionada Resolução CONAMA nº 01/94, *"vegetação primária é aquela de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies"*.

Na mesma linha, a Resolução CONAMA em análise, no artigo 2º determina que *"vegetação secundária ou em regeneração é aquela resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária"*, bem como define quais as características para que se identifique em que grau de regeneração a vegetação secundária está enquadrada.

Nesse mesmo sentido, corroborando com a definição do conceito de vegetação primária da Mata Atlântica, a Resolução Conjunta SMA/IBAMA nº 1, de 17 de fevereiro de 1994, considerou a categoria como de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estruturas e de espécie.

Na esfera estadual, a Lei Estadual nº 10.780, de 09 de março de 2001, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.762, de 28 de fevereiro de 2008, dispôs sobre a reposição florestal, obrigatória para as pessoas físicas ou jurídicas que explorem, suprimam, utilizem, consumam ou transformem produtos ou subprodutos florestais.

A reposição florestal será calculada sobre o volume dos produtos e subprodutos florestais explorados, suprimidos, utilizados, transformados ou consumidos, em quantidade nunca inferior à necessidade do empreendimento ou da supressão efetuada, de acordo com as características de cada caso, a serem

⁸⁶ Artigo 28 da Lei Federal nº 11.428/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	71	Maio/2009	Rev. 0

estabelecidas, através de portaria, pelo órgão responsável da Secretaria do Meio Ambiente (SMA)⁸⁷.

Nos termos do artigo 3º da norma estadual em comento, a reposição florestal poderá ser efetuada mediante as seguintes modalidades, a saber:

“I - através de recursos próprios com plantio em novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, para suprimento das necessidades do empreendimento, através de projetos técnicos aprovados pelo órgão responsável da Secretaria do Meio Ambiente. No caso de recuperação de áreas de preservação permanente e/ou reserva legal, o plantio deverá ser efetuado em terras próprias;

II - através de recolhimento de valor/árvore a uma associação de reposição florestal credenciada pelo órgão responsável da Secretaria do Meio Ambiente”.

A Resolução SMA nº 18, de 11 de abril de 2007, disciplina procedimentos para autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados, quando indispensável para o desenvolvimento de atividades, obras ou empreendimentos, emitida pelo DEPRN, por intermédio de suas Equipes Técnicas, após realização de análise técnica e mediante assinatura de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental que contemple plantio o compensatório⁸⁸.

Outrossim, a solicitação de autorização para supressão de exemplares arbóreos isolados nativos deverá ser instruída conforme Portaria DEPRN nº 51/05 e com o levantamento detalhado de todas as árvores isoladas existentes na propriedade contendo as seguintes informações:

- ✓ Identificação da espécie contemplando o nome científico e popular;
- ✓ Se trata de espécie arbórea ameaçada de extinção ou objeto de especial proteção;
- ✓ Altura do fuste;

⁸⁷ Artigo 2º da Lei Estadual nº 10.780/01.

⁸⁸ Artigo 1º da Resolução SMA nº 18/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	72	Maio/2009	Rev. 0

- ✓ Diâmetro na altura do peito - DAP;
- ✓ Quantidade;
- ✓ Volume;
- ✓ Fotos das árvores solicitadas para corte, aerofotos ou imagens de satélite com indicação das árvores propostas para supressão;
- ✓ Indicação das coordenadas geográficas de cada árvore, determinadas por aparelho GPS;
- ✓ Planta com a localização dos exemplares arbóreos;
- ✓ Projeto de plantio com indicação na planta das áreas que serão recompostas e coordenadas geográficas⁸⁹.

Ressalte-se que fica estabelecido prazo máximo de 90 dias para apreciação final da referida solicitação, a partir do recebimento do pedido, devidamente instruído com os documentos supra citados, prazo esse prorrogável pela Coordenadoria da CPRN, após decisão motivada da Diretoria Geral do DEPRN⁹⁰.

A autorização para supressão de exemplares arbóreos nativos isolados em áreas rurais será concedida para o máximo de 15 exemplares por hectare, considerada a área média do imóvel a ser ocupado por atividade, obra ou empreendimento, calculada pela soma dos pedidos de supressão realizados no período de três anos⁹¹.

Considerando o valor ambiental das espécies e sua importância estética na paisagem rural, a concessão de autorização para corte de árvores isoladas estará condicionada à manutenção de exemplares arbóreos nativos relevantes na proporção mínima de um exemplar a cada três hectares⁹².

Cumprе mencionar que, excepcionalmente, poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos nativos isolados ameaçados de extinção ou

⁸⁹ Artigo 3º da Resolução SMA nº 18/07.

⁹⁰ Parágrafo único do artigo 3º da Resolução SMA nº 18/07.

⁹¹ Artigo 4º da Resolução SMA nº 18/07.

⁹² Artigo 5º da Resolução SMA nº 18/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	73	Maior/2009	Rev. 0

considerados relevantes, caso verificada a hipótese de utilidade pública do empreendimento, conforme disposto no artigo 6º da Resolução SMA nº 18/07.

A autorização para supressão de vegetação isolada ensejará reposição da mesma, calculada de acordo como o número de exemplares arbóreos cujo corte for autorizado, conforme projeto a ser apresentado e aprovado pelo DEPRN, na seguinte proporção:

- ✓ Plantio de 25 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado na propriedade for inferior ou igual a 500;
- ✓ Plantio de 30 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado for superior a 500 e inferior ou igual a 1000;
- ✓ Plantio de 40 mudas para cada exemplar autorizado, quando o total de árvores com corte autorizado for superior a 1000.

A Resolução SMA nº 13, de 22 de fevereiro de 2008 dispôs acerca da concessão para supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público, concedida em ato administrativo próprio, desde que seja comprovada inexistência de alternativa locacional para a implantação da obra⁹³.

Nos termos do artigo 2º da norma estadual em tela, a concessão da autorização para corte de vegetação estará condicionada ao cumprimento das respectivas medidas de mitigação e compensação, a serem definidas no procedimento de licenciamento.

Com efeito, a Resolução SMA nº 15, de 13 de março de 2008 estabeleceu critérios e parâmetros para concessão de autorização para supressão de vegetação nativa considerando as áreas prioritárias para incremento da conectividade.

Concernente ao disposto no artigo 1º da referida norma estadual, a análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa no Estado de São Paulo, nos imóveis rurais, deverá considerar as categorias de importância para manutenção e restauração da conectividade biológica definidos no mapa denominado "Áreas

⁹³ Artigo 1º da Resolução SMA nº 13/08.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	74	Maió/2009	Rev. 0

Prioritárias para Incremento para Conectividade” do Projeto BIOTA FAPESP, disponível no portal da SMA no endereço www.ambiente.sp.gov.br-21projetos-default.asp#4.

Deste modo, em se tratando de áreas objeto de supressão de vegetação, contempladas no referido mapa do Projeto BIOTA FAPESP, deverá ser apresentado pelo solicitante estudo de fauna e flora, independente do estágio de regeneração em que se encontrar a vegetação a ser suprimida⁹⁴.

Respeitadas as limitações legais, a supressão de vegetação nativa ou sua exploração nestas áreas é passível de autorização desde que:

“I. A vegetação comprovadamente não abrigue espécies da fauna e flora silvestres ameaçadas de extinção, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção solicitada não ponha em risco a sobrevivência destas espécies;

II. Inexista alternativa técnica e locacional à obra ou empreendimento proposto”⁹⁵.

Consoante ao disposto no artigo 4º da Resolução SMA em tela, a concessão de autorização para supressão de vegetação, considerando as escalas de classificação presentes no mapa “Áreas prioritárias para incremento da conectividade”, deverá atender os seguintes critérios:

- ✓ Dentro da escala de 6 a 8 deverá ser compensada área equivalente a 6 (seis) vezes a área autorizada.
- ✓ Dentro da escala de 3 a 5 deverá ser compensada área equivalente a 2 (duas) vezes a área autorizada.
- ✓ Dentro da escala de 1 a 2 deverá ser seguida a legislação florestal em vigor.

Ademais, referida compensação deverá ser implantada, apenas, mediante recuperação de áreas degradadas, efetuada preferencialmente dentro das áreas prioritárias para manutenção e implantação da conectividade com classificação de 5

⁹⁴ Artigo 2º da Resolução SMA nº 15/08.

⁹⁵ Artigo 3º da Resolução nº 15/08.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	75	Maio/2009	Rev. 0

a 8, priorizando-se as áreas de preservação permanente e de interligação de fragmentos florestais remanescentes na paisagem regional⁹⁶.

Ressalte-se que, à luz do disposto no §2º do artigo 5º da Resolução SMA nº 15/08, poderão ser utilizadas como áreas para compensação:

“I. Áreas constantes do Banco de Áreas para Recuperação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente.

II. Áreas públicas, desde que não seja alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua recuperação, não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do Poder Público.

III. Áreas particulares, desde que não seja alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua recuperação, não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do proprietário, comprovada a dominialidade da área”.

Cumprе mencionar que, nos municípios com baixo índice de cobertura vegetal nativa (menor que 5% de seu território) conforme “Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo”, elaborado pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente, ou outro que venha substituí-lo, a concessão de autorização para supressão de vegetação nativa, em áreas não enquadradas nas situações previstas nos incisos I e II do artigo 4º da Resolução SMA nº 15/08, estará condicionada a compensação de área equivalente a 1 (uma) vez a área autorizada, dentro do mesmo município⁹⁷.

Os pedidos para supressão de vegetação nativa em propriedades inseridas integral ou parcialmente em áreas indicadas para criação de Unidades de Conservação pelo Projeto Biota FAPESP deverão ser alvo de manifestação do órgão competente do SIEFLOR⁹⁸.

Cumprе mencionar que o SIEFLOR, Sistema Estadual de Florestas, foi criado por meio do Decreto Estadual nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006.

⁹⁶ Artigo 5º, §1º da Resolução SMA nº 15/08.

⁹⁷ Artigo 6º da Resolução SMA nº 15/08.

⁹⁸ Artigo 7º da Resolução SMA nº 15/08.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	76	Maio/2009	Rev. 0

Referido sistema é composto pelas unidades de conservação de proteção integral, florestas estaduais, estações experimentais, hortos e viveiros florestais, e outras áreas naturais protegidas, que tenham sido ou venham a ser criados pelo Estado de São Paulo e estejam sob a administração do Instituto Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente, e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo⁹⁹.

Em 04 de março de 2009, entrou em vigor o Decreto Estadual nº 54.079, que alterou e acrescentou artigos ao Decreto acima mencionado, de modo a dividir algumas atribuições do SIEFLOR entre o Instituto Florestal, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo e a Secretaria do Meio Ambiente.

3.10 Unidades de Conservação

A Constituição Federal Brasileira dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e, para assegurar esse direito, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (inciso III, §1º, do artigo 225).

A Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentou mencionado dispositivo constitucional e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

A Lei do SNUC define Unidade de Conservação como *"espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de*

⁹⁹ Artigo 1º do Decreto Estadual nº 51.453/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	77	Maio/2009	Rev. 0

conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção”¹⁰⁰.

O SNUC é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais e tem os seguintes objetivos:

“I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

¹⁰⁰ Artigo 2º, inciso I da Lei Federal nº 9.985/00.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	78	Maio/2009	Rev. 0

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente”¹⁰¹.

Conforme o artigo 6º da Lei Federal nº 9.985/00, o SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições:

- ✓ Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;
- ✓ Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de coordenar o Sistema; e
- ✓ Órgãos executores: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes)¹⁰², o IBAMA, em caráter supletivo, os órgãos e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Com efeito, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi criado pela Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, tratando-se de autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que tem por finalidade:

“I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações

¹⁰¹ Artigo 4º da Lei Federal nº 9.985/00.

¹⁰² O Instituto Chico Mendes foi criado pela Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, que foi convertida na Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	79	Maio/2009	Rev. 0

tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade; e

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União”¹⁰³.

Importa mencionar que toda regulamentação e aplicação de legislação relacionada às Unidades de Conservação, no Brasil, estão sujeitas ao novo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e das de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais¹⁰⁴.

O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de Unidade de Conservação:

“I - Estação Ecológica;

II - Reserva Biológica;

III - Parque Nacional;

IV - Monumento Natural;

V - Refúgio de Vida Silvestre”.¹⁰⁵

Outrossim, constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de Unidade:

“I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

¹⁰³ Artigo 1º da Lei Federal nº 11.516/07.

¹⁰⁴ Artigo 7º, §1º e §2º da Lei Federal nº 9.985/00.

¹⁰⁵ Artigo 8º da Lei Federal nº 9.985/00.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	80	Maior/2009	Rev. 0

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural”.¹⁰⁶

O artigo 25 da Lei Federal nº 9.985/00 dispõe que todas as Unidades, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, deverão possuir zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos. Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos poderão ser definidos no ato de criação da UC ou posteriormente.

O órgão responsável pela administração da UC também poderá estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos.

Além disso, o artigo 27 da Lei Federal nº 9.985/00 estabelece que as UCs devem dispor de Plano de Manejo, cuja regulamentação contemple a área da UC, a zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com a finalidade de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

No mesmo sentido, insta ressaltar que o artigo 27 do Decreto Federal nº 99.274/90, que regulamenta as Leis Federais nº 6.902/81 e nº 6.938/81, determina que as atividades desenvolvidas nas áreas circundantes das UCs, em um raio de 10 (dez) quilômetros, e que possam afetar sua biota, estão subordinadas às normas editadas pelo CONAMA.

Considerando a necessidade de regulamentar o uso do entorno das UCs e visando à proteção dos ecossistemas existentes, o CONAMA elaborou a Resolução nº 13/90. De acordo com a referida Resolução, as atividades desenvolvidas em um raio de 10 (dez) quilômetros das UCs deverão ser licenciadas pelo órgão competente desde que concedida autorização do responsável pela administração da UC.

¹⁰⁶ Artigo 14 da Lei Federal nº 9.985/00.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	81	Maio/2009	Rev. 0

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) editou a Instrução Normativa nº 1, de 02 de janeiro de 2009, que dispõe sobre os procedimentos para concessão da autorização para atividades ou empreendimentos com potencial impacto sobre unidades de conservação e suas zonas de amortecimento.

3.11 Áreas Prioritárias para Conservação

O Decreto Federal nº 5.092, de 21 de maio de 2004, define regras para identificação de Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.

As áreas prioritárias serão instituídas por portaria ministerial, com fundamento nas áreas identificadas no *"Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO"* e serão discriminadas em mapa das áreas prioritárias para conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, considerando o conjunto de biomas, Amazônia, Cerrado e Pantanal, Caatinga; Mata Atlântica e Campos Sulinos, e Zona Costeira e Marinha.¹⁰⁷

As áreas a serem instituídas pela portaria ministerial serão consideradas para fins de criação de UCs, no âmbito do SNUC, pesquisa e inventário da biodiversidade, utilização, recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de extinção e repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado (artigo 4º do Decreto Federal nº 5.092/04).

Nesse sentido, a Portaria do MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007, reconhece as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a

¹⁰⁷ Artigo 1º do Decreto Federal nº 5.092/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	82	Maior/2009	Rev. 0

Biodiversidade para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal.

As ações referentes às Áreas Prioritárias para Conservação consistem em:

- “I - conservação in situ da biodiversidade;
- II - utilização sustentável de componentes da biodiversidade;
- III - repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado;
- IV - pesquisa e inventários sobre a biodiversidade;
- V - recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de extinção; e
- VI - valorização econômica da biodiversidade”.¹⁰⁸

A lista de áreas prioritárias deve ser revista periodicamente, em prazo não superior a 05 (cinco) anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais, pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), mediante Portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

As ações anteriormente transcritas devem ser implementadas considerando-se as seguintes classes de importância biológica e de priorização de ação:

“I - Classes de importância biológica:

- a) extremamente alta;
- b) muito alta;
- c) alta; e
- d) insuficientemente conhecida.

II - Classes de Prioridade de Ação:

- a) extremamente alta;
- b) muito alta; e

¹⁰⁸ Artigo 1º da Portaria MMA nº 09/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	83	Maio/2009	Rev. 0

c) alta”.

Conforme artigo 3º da Portaria MMA nº09/07, o MMA é responsável pela criação e gestão de banco de dados virtual e integrado sobre a biodiversidade brasileira, incorporando as bases de dados utilizadas no processo de atualização de áreas prioritárias, bem como pela alimentação contínua do mapa de importância biológica e inclusão de novas informações sobre biodiversidade.

A matéria é pertinente na medida em que, durante o trajeto do Poliduto Oeste Paulista, possivelmente haverá sobreposição deste para como algumas áreas prioritárias, interface esta que deverá ser observada pelo empreendedor quando da implantação do empreendimento.

Nesse sentido, insta mencionar as possíveis áreas prioritárias que poderão ser impactadas, direta ou indiretamente, pelo empreendimento em tela, quais sejam:

- ✓ Ma298 – Iguapeí-Duartina;
- ✓ Ma301 – Santa Rita do Passa Quatro;
- ✓ Ma323 – Mendonça/Novo Horizonte;
- ✓ Ma325 – Junqueirópolis;
- ✓ Ma331 – Aguapeí II;
- ✓ Ma335 – Aguapeí II;
- ✓ Ma336 – Buritama;
- ✓ Ma337 – Mirandópolis;
- ✓ Ma340 – Guzolândia;
- ✓ Ma346 – Foz do Tietê;
- ✓ Ma347 – Sud Mennucci;
- ✓ Ma352 – Itapura;
- ✓ Ma352 – Quadrilátero Ferrífero;
- ✓ Ma354 – Suzanópolis;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	84	Maio/2009	Rev. 0

- ✓ Ma357 – Ilha Solteira;
- ✓ Ma359 – Várzeas do Rio Paraná;
- ✓ Ce020 – Agudos-Piratininga;
- ✓ Ce025 – Bauru-Pederneiras¹⁰⁹.

As áreas prioritárias não implicam restrições legais à implantação do **Poliduto Oeste Paulista**, vez que apenas consistem em indicadores de áreas que exigem maior atenção do Poder Público para elaboração de políticas públicas de preservação ambiental.

Terras Indígenas

A Constituição Federal reconhece aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens¹¹⁰.

A Carta Magna considera terras tradicionais as ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições¹¹¹. Ademais, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes¹¹². As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União¹¹³.

De acordo com os estudos ambientais e antropológicos do **Poliduto Oeste Paulista**, foram identificadas as seguintes terras indígenas na área de influência do empreendimento, quais sejam:

¹⁰⁹ Disponível em: http://www.arcpplan.com.br/mma/areas_prioritarias_mar07_v21.pdf. Acesso em: 16/07/08, as 11hs e 24ms.

¹¹⁰ Artigo 231, caput da Constituição Federal.

¹¹¹ Artigo 231, §1º da Constituição Federal.

¹¹² Artigo 231, §2º da Constituição Federal.

¹¹³ Artigo 20, inciso XI da Constituição Federal.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	85	Maio/2009	Rev. 0

Terra Indígena Araribá

Diploma legal: Decreto Federal nº 308, de 29 de outubro de 1991, homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Araribá;

Municípios: Município de Avaí, Estado de São Paulo;

Extensão da área: 1.930,3369 há (um mil, novecentos e trinta hectares, trinta e três ares e sessenta e nove centiares) e perímetro de 25.543, 80m (vinte e cinco mil e quinhentos e quarenta e três metros e oitenta centímetros).

A Constituição Federal determina que não produzem efeitos jurídicos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, gerando a nulidade e a extinção do direito à indenização quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

A FUNAI, instituída pela Lei Federal nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, é o órgão federal com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade de estabelecer diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada na garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes, exercitando o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio¹¹⁴.

A situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional é regulamentada pelo Estatuto do Índio, instituído pela Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Para efeitos do Estatuto do Índio ficam estabelecidas as seguintes definições:

“I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

¹¹⁴ Artigo 1º, incisos I e VII da Lei Federal nº 5.371/67.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	86	Maio/2009	Rev. 0

II - Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem, contudo estarem neles integrados.”¹¹⁵

Outrossim, o artigo 4º da Lei Federal nº 6.001/73 considera índios:

- ✓ Isolados: quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;
- ✓ Em vias de integração: quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento;
- ✓ Integrados: quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

O Estatuto do Índio determina que as terras indígenas, por iniciativa e sob orientação da FUNAI, serão administrativamente demarcadas de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo¹¹⁶. A demarcação será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e junto ao Cartório de Registro de Imóveis (CRI) da comarca da situação das terras.

Importa citar que as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas¹¹⁷.

Muito relevante ressaltar que, em caráter excepcional, a União poderá intervir em área indígena, se não houver solução alternativa, para a realização de

¹¹⁵ Artigo 3º da Lei Federal nº 6.001/73.

¹¹⁶ Artigo 19 da Lei Federal nº 6.001/73 - Decreto Federal nº 1.775/96.

¹¹⁷ Artigo 18 da Lei Federal nº 6.001/73.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	87	Maio/2009	Rev. 0

obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional¹¹⁸. O ato de intervenção terá a assistência direta da FUNAI e a comunidade indígena removida será integralmente ressarcida dos prejuízos decorrentes da remoção, conforme preceitua o artigo 20, §4º da Lei Federal nº 6.001/73.

Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes¹¹⁹. Importa mencionar, outrossim, que o usufruto compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades¹²⁰.

Nos termos do artigo 24, §1º do Estatuto do Índio, o usufruto assegurado aos índios também compreende o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais nas terras ocupadas, que se estendem aos acessórios e seus acrescidos.

Vale mencionar que o reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas independe de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antigüidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis a serem tomadas pelos Poderes da República, nos casos em que houver omissão ou erro do referido órgão (artigo 25 da Lei Federal nº 6.001/73).

As terras indígenas, de que tratam a Lei Federal nº 6.001/73 e a Constituição Federal, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação da FUNAI, conforme dispõe o Decreto Federal nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.

A demarcação das terras ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que os

¹¹⁸ Artigo 20, §1º, “d” da Lei Federal nº 6.001/73.

¹¹⁹ Artigo 22, caput da Lei Federal nº 6.001/73.

¹²⁰ Artigo 24 da Lei Federal nº 6.001/73.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	88	Maio/2009	Rev. 0

elaborará em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular da FUNAI.¹²¹

A FUNAI designará grupo técnico especializado, coordenado por antropólogo, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessário à delimitação da terra indígena¹²².

Após a conclusão dos trabalhos de identificação e delimitação, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado à FUNAI, caracterizando a terra indígena a ser demarcada¹²³.

As regras para elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas foram estabelecidas pela Portaria do Ministério da Justiça/FUNAI nº 14, de 09 de janeiro de 1996, que prevê que o relatório deve ser fundamentado em elementos objetivos e abranger temas considerados relevantes, como habitação permanente, atividades produtivas, meio ambiente, reprodução física e cultural, levantamento fundiário e outros.

O referido relatório, para propiciar adequado processo demarcatório, deve especificar com clareza as já mencionadas quatro situações previstas no artigo 231, §1º da Constituição Federal, que conceituam as terras tradicionalmente habitadas pelos índios.

De acordo com o artigo 2º, §7º do Decreto Federal nº 1.775/96, aprovado o relatório pela FUNAI, esta fará publicar, no prazo de 15 (quinze) dias, resumo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localizar a área sob demarcação, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área, devendo a publicação ser fixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

Do início do procedimento demarcatório, até 90 (noventa) dias após a publicação do respectivo relatório, poderão o Estado e Municípios em que se localizar a área sob demarcação e demais interessados manifestar-se, apresentando à FUNAI razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais

¹²¹ Artigo 2º do Decreto Federal nº 1.775/96.

¹²² Artigo 2º, §1º do Decreto Federal nº 1.775/96.

¹²³ Artigo 2º, §6º do Decreto Federal nº 1.775/96.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	89	Mai/2009	Rev. 0

como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para demonstrar vícios, totais ou parciais, do relatório de que trata o parágrafo anterior (artigo 2º, §8º do Decreto Federal nº 1.775/96).

Nos 60 (sessenta) dias subsequentes ao encerramento dos referidos 90 (noventa) dias, a FUNAI encaminhará o respectivo procedimento ao Ministro da Justiça, juntamente com pareceres relativos às razões e provas apresentadas¹²⁴. Em até 30 (trinta) dias após o recebimento do procedimento, o Ministro deve decidir¹²⁵:

- ✓ Declarando, mediante portaria, os limites da terra indígena e determinando a sua demarcação;
- ✓ Prescrevendo todas as diligências que julgar necessárias, as quais deverão ser cumpridas no prazo de 90 (noventa) dias;
- ✓ Desaprovando a identificação e retornando os autos à FUNAI, mediante decisão fundamentada, circunscrita ao não atendimento do disposto no artigo 231, §1º da Constituição e demais disposições pertinentes.

A demarcação das terras indígenas, obedecido ao procedimento administrativo e nos termos do artigo 5º do Decreto Federal nº 1.775/96, deve ser homologada mediante Decreto do Poder Executivo. A terra demarcada e homologada deve ser registrada, em até 30 (trinta) dias após a homologação, no Cartório de Registro de Imóveis (CRI) da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União (SPU)¹²⁶.

As ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas estão dispostas no Decreto Federal nº 1.141, de 05 de maio de 1994.

As mencionadas ações devem ser efetivadas mediante programas nacionais e projetos específicos, de forma integrada entre si e em relação às demais ações

¹²⁴ Artigo 2º, §9º do Decreto Federal nº 1.775/96.

¹²⁵ Artigo 2º, §10 do Decreto Federal nº 1.775/96.

¹²⁶ Artigos 5º e 6º do Decreto Federal nº 1.775/96.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	90	Maio/2009	Rev. 0

desenvolvidas em terras indígenas, elaborados e executados pelos Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Cultura e do Desenvolvimento Agrário, ou por seus órgãos vinculados e entidades supervisionadas, em suas respectivas áreas de competência legal¹²⁷.

O artigo 9º do Decreto Federal nº 1.141/94 estabelece que as ações voltadas à proteção ambiental das terras indígenas e seu entorno destinam-se a garantir a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, contemplando:

I - diagnóstico ambiental, para conhecimento da situação, como base para as intervenções necessárias;

II - acompanhamento e controle da recuperação das áreas que tenham sofrido processo de degradação de seus recursos naturais;

III - controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas fora dos limites das terras indígenas que afetam;

IV - educação ambiental, dirigida às comunidades indígenas e à sociedade envolvente, visando à participação na proteção do meio ambiente nas terras indígenas e seu entorno;

V - identificação e difusão de tecnologias indígenas e não-indígenas, consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico."

Os órgãos envolvidos na execução das ações acima mencionadas promoverão programas permanentes de capacitação de recursos humanos para atuação junto às comunidades indígenas (artigo 21 do Decreto Federal nº 1.141/94).

A Constituição Estadual de São Paulo, por meio de seu artigo 282, dispôs que o Estado fará respeitar os direitos, bens materiais, crenças, tradições e todas as demais garantias conferidas aos índios na Constituição Federal.

¹²⁷ Artigo 2º do Decreto Federal nº 1.141/94.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	91	Maior/2009	Rev. 0

Nos termos do § 3º do artigo 282 da Constituição Paulista, o Estado protegerá as terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas integrantes do patrimônio cultural e ambiental estadual. Ademais, a lei disporá sobre formas de proteção do meio ambiente nas áreas contíguas às reservas e áreas tradicionalmente ocupadas por grupos indígenas¹²⁸.

3.12 Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural

A Constituição Federal Brasileira declara que os sítios arqueológicos e pré-históricos são bens da União¹²⁹ e que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (artigo 216):

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, dispõe que os bens mencionados só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o

¹²⁸ Artigo 283 da Constituição do Estado de São Paulo.

¹²⁹ Artigo 20, inciso X da Constituição Federal de 1988.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	92	Maior/2009	Rev. 0

artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo¹³⁰.

Os monumentos naturais, sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana, são equiparados aos bens dispostos no artigo 1º do referido Decreto-Lei Federal, sujeitando-se, portanto, ao tombamento.

As coisas tombadas não poderão, em nenhum caso ser destruídas, demolidas ou mutiladas, sem prévia autorização especial do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹³¹.

O Decreto-Lei Federal nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, estabelece em seu artigo único, que o Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto por qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, realizados pelo IPHAN, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 25/37.

Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza, existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o artigo 1º da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Referida norma também prevê que propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem dos objetos nelas incorporados¹³².

Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

“a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.

¹³⁰ Artigo 1º, §1º do Decreto-Lei Federal nº 25/37.

¹³¹ Artigo 17 do Decreto-Lei Federal nº 25/37.

¹³² Artigo 1º, § único, da Lei Federal nº 3.924/61.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	93	Maior/2009	Rev. 0

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios".¹³³

O artigo 3º da Lei Federal nº 3.924/61 dispõe que são proibidos, em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos acima enumerados, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas.

E mais, o artigo 8º da referida Lei Federal prevê o direito do particular de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, exercido mediante permissão do Governo da União, por meio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo o proprietário ou possuidor do solo obrigado a respeitá-lo.

Contudo, caso as escavações e estudos sejam realizados em terreno que não pertença ao requerente, será necessário o consentimento por escrito do proprietário do terreno ou de quem exerça o uso e gozo desse direito.

Insta mencionar que a Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, considera de interesse turístico as áreas especiais os bens de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica, especialmente os bens de valor

¹³³ Artigo 2º, da Lei Federal nº 3.924/61.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	94	Maio/2009	Rev. 0

histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico e as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram¹³⁴.

Concernente ao procedimento de tombamento, disciplinado pela Portaria IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986, este poderá ser iniciado por proposta de qualquer pessoa física ou jurídica, cabendo o exame do processo à Coordenadoria Jurídica do IPHAN¹³⁵.

Os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstos na Lei Federal nº 3.924/61, são estabelecidos pela Portaria IPHAN nº 07, de 01º de dezembro de 1988. O pedido de permissão deverá ser realizado por meio de requerimento de pessoa jurídica que tenha interesse em promover essas atividades.

Os pedidos de permissão e autorização, assim como a comunicação prévia, devem ser dirigidos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), acompanhados das seguintes informações:

I – indicação do nome, endereço, nacionalidade e currículo com cópia das publicações científicas que comprove a idoneidade técnica-científica do arqueólogo responsável e da equipe técnica;

II – delimitação da área abrangida pelo projeto;

III – relação, quando for o caso, dos sítios a serem pesquisados com indicação exata de sua localização;

IV – plano de trabalho científico que contenha:

1. definição dos objetivos;
2. conceituação e metodologia;
3. seqüência das operações a serem realizadas no sítio;
4. cronograma da execução;

¹³⁴ Artigo 1º, incisos I e IV, da Lei Federal nº 6.513/77.

¹³⁵ Artigos 2º e 14 da Portaria IPHAN nº 11/86.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	95	Maior/2009	Rev. 0

5. proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais;

6. meios de divulgação das informações científicas obtidas;

V – prova de idoneidade financeira do projeto;

VI – cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica;

VII – indicação, se o for o caso, da instituição científica que apoiará o projeto com respectiva declaração de endosso institucional”.¹³⁶

O IPHAN responderá aos pedidos referentes à pesquisa de campo e escavações em 90 (noventa) dias, salvo se insatisfatoriamente instruídos, reiniciando-se a contagem do prazo a partir do cumprimento da exigência (artigo 6º).

O artigo 11 da Portaria IPHAN nº 07/88, estabelece que os relatórios técnicos deverão ser redigidos em língua portuguesa e entregues ao Instituto acompanhados das seguintes informações:

“I – cadastro, segundo formulário próprio, dos sítios arqueológicos encontrados durante os trabalhos de campo;

II – meios utilizados durante os trabalhos, medidas adotadas para a proteção e conservação e descrição do material arqueológico, indicando a instituição responsável pela guarda e como será assegurado o desenvolvimento da proposta de valorização do potencial científico cultural e educacional;

III – planta(s) e fotos pormenorizadas do sítio arqueológico com indicação dos locais afetados pelas pesquisas e dos testemunhos deixados no local;

IV – foto do material arqueológico relevante;

¹³⁶ Artigo 5º, da Portaria IPHAN nº07/88.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	96	Mai/2009	Rev. 0

V – planta(s), desenhos e fotos das estruturas descobertas e das estratigráficas reconhecidas;

VI – planta(s) com indicação dos locais onde se pretende o prosseguimento das pesquisas em novas etapas;

VII – indicação dos meios de divulgação dos resultados”.

Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado ao IPHAN o relatório final dos trabalhos, que deverá conter as informações acima relacionadas e listagem dos sítios arqueológicos cadastrados durante o desenvolvimento do projeto. O mencionado relatório ainda deverá relacionar material arqueológico recolhido em campo, informar sua forma de acondicionamento e estocagem e indicar o responsável pela guarda e manutenção desse material.

O registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro é regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência à continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira¹³⁷.

Cumprе mencionar que as propostas para registro desses bens, acompanhadas de respectiva documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ademais, instituiu-se no âmbito do Ministério da Cultura, por meio do Decreto Federal nº 3.551/00, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando a implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio¹³⁸.

Ressalta-se que o IPHAN, por meio da Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, dispôs acerca dos estudos arqueológicos para elaboração de estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), prevendo que na fase de obtenção de licença prévia (LP) deverá ser identificada a contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo.

¹³⁷ Artigo 1º, §2º, do Decreto federal nº 3.551/00.

¹³⁸ Artigos 3º e 8º, do Decreto Federal nº 3.551/00.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	97	Maió/2009	Rev. 0

No caso do projeto do Poliduto afetar áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo, pelo menos em sua área de influência direta. Esse levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície (artigo 2º).

O resultado final esperado do levantamento é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, sob a rubrica “Diagnóstico”¹³⁹.

A avaliação dos impactos do **Poliduto Oeste Paulista** ao patrimônio arqueológico regional será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras, conforme disposto no artigo 3º da norma federal em comento.

De acordo com artigo 4º da Portaria IPHAN nº 230/02, a partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospeção e Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento, de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

Na fase de obtenção de licença de instalação (LI), deverá ser implantado o Programa de Prospeção proposto na fase de LP, o qual deverá prever prospeções intensivas nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do Poliduto e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infra-estrutura¹⁴⁰.

¹³⁹ Artigo 2º, I, da Portaria IPHAN nº 230/02.

¹⁴⁰ Artigo 5º, caput da Portaria IPHAN nº 230/02.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	98	Mai/2009	Rev. 0

Os objetivos, nesta fase, são estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico proposto pelo EIA, o qual deverá ser implantado na fase da Licença de Operação¹⁴¹.

Deste modo, tem-se o Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de estudo em detalhe, em detrimento de outros, e metodologia a ser empregada nos estudos¹⁴².

Na fase de obtenção da licença de operação (LO), o artigo 6º, caput, da Portaria IPHAN nº 230/02, determina que será executado o Programa de Resgate Arqueológico proposto no EIA e detalhado na fase de LI.

O artigo 6º, §1º, da mencionada Portaria prevê o seguinte para a LO:

“§1º - É nesta fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológicos nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico”.

Com isto, obtém-se um relatório detalhado, especificando as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresentando os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo. Assim, a perda física dos sítios arqueológicos poderá ser efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional¹⁴³.

A Portaria IPHAN nº 230/02 estabelece, ainda, que o desenvolvimento dos estudos arqueológicos mencionados, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa

¹⁴¹ Artigo 5º, §1º da Portaria IPHAN nº 230/02.

¹⁴² Artigo 5º, §2º da Portaria IPHAN nº 230/02.

¹⁴³ Artigo 6º, §2º da Portaria IPHAN nº 230/02.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	99	Mai/2009	Rev. 0

de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma (artigo 6º, §7º).

No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas¹⁴⁴.

No âmbito estadual, a Constituição Paulista dispõe em seu artigo 260 que constituem patrimônio cultural estadual os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem:

“I - as formas de expressão;

II - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

III - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

IV - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Além disso, o Poder Público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, CONDEPHAAT, na forma que a lei estabelecer¹⁴⁵.

Nesse sentido, a Lei Estadual nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, dispõe acerca da competência, organização e o funcionamento do CONDEPHAAT, subordinado diretamente ao Secretário da Cultura, Esportes e Turismo.

¹⁴⁴ Artigo 6º, §8º da Portaria IPHAN nº 230/02.

¹⁴⁵ Artigo 261 da Constituição do Estado de São Paulo.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	100	Mai/2009	Rev. 0

Compete ao CONDEPHAAT adotar todas as medidas para defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados¹⁴⁶, cabendo ao mesmo:

“I – propor às autoridades competentes o tombamento dos bens nele referidos, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária;

II – celebrar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio de que trata este artigo;

III – propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação;

IV – sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V – ter a iniciativa de projetar e executar às expensas do Estado as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares discriminados neste artigo;

VI – cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente;

VII – adotar outras providências previstas em regulamento”¹⁴⁷.

Concernente ao Colegiado do CONDEPHAAT, o Decreto Estadual nº 20.955¹⁴⁸, de 1 de junho de 1983 estabeleceu que o mesmo deverá ser composto por pessoas de comprovada idoneidade moral e com notórios conhecimentos

¹⁴⁶ Artigo 2º da Lei Estadual nº 10.247/68.

¹⁴⁷ Parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 10.247/68.

¹⁴⁸ Reorganizou a Secretaria da Cultura.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	101	Maio/2009	Rev. 0

relativos às finalidades do órgão, designados pelo Governador como representantes da Secretaria e dos órgãos e entidades a seguir discriminados¹⁴⁹:

- ✓ Secretaria da Cultura;
- ✓ Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria da Cultura;
- ✓ Departamento de Atividades Regionais da Cultura da Secretaria da Cultura;
- ✓ Subsecretaria do Patrimônio Artístico Nacional - SPHAN
- ✓ Cúria Metropolitana de São Paulo;
- ✓ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- ✓ Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção de São Paulo;
- ✓ Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo;
- ✓ Departamento de História das Universidades do Governo do Estado de São Paulo;
- ✓ Departamento de História da Arquitetura das Universidades do Governo do Estado de São Paulo;
- ✓ Departamento de Geografia das Universidades do Governo do Estado de São Paulo;
- ✓ Departamento de Ciências Sociais e de Antropologia das Universidades do Governo do Estado de São Paulo;
- ✓ Secretaria Especial do Meio Ambiente -SEMA, do Ministério do Interior;
- ✓ Institutos Históricos e Geográficos com sede do Estado de São Paulo.

O Decreto Estadual nº 13.426 de 1979, revogado parcialmente pelo Decreto Estadual nº 20.955/83, estabeleceu que os bens tombados não poderão

¹⁴⁹ Artigo 162 do Decreto Estadual nº 20.955/83.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	102	Mai/2009	Rev. 0

ser destruídos, demolidos, mutilados ou alterados, mais ainda, sem prévia autorização do Conselho, não podem ser reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa a ser imposta pelo mesmo Conselho, de até 20% (vinte por cento) do respectivo valor, neste incluído o do terreno, se for o caso, e, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis ao infrator¹⁵⁰.

Ressalte-se que nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação¹⁵¹.

No que tange ao tombamento de bens, será efetivado por Resolução do Secretário da Cultura e posterior inscrição do bem tombado no livro próprio, conforme o disposto no artigo 139 do mencionado Decreto Estadual.

Ademais, consoante ao estabelecido no artigo 140 do Decreto Estadual nº 13.426/79, para o tombamento dos bens móveis e imóveis o CONDEPHAAT manterá os seguintes Livros de Tombo, quais sejam:

- I - Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
- II - Livro do Tombo das Artes Aplicadas;
- III - Livro do Tombo das Artes;
- IV - Livro do Tombo das Artes Populares;
- V - Livro do Tombo Histórico”.

O tombamento dos bens pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de Direito Privado, inclusive ordens de instituições religiosas, far-se-á voluntária ou compulsoriamente e, no caso de bem móvel, os atos respectivos serão averbados no Registro de Títulos e Documentos¹⁵².

Nos termos do artigo 142 do Decreto Estadual nº 13.426/79, o tombamento dos bens inicia pela abertura do processo respectivo por solicitação do

¹⁵⁰ Artigo 134 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

¹⁵¹ Artigo 137 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

¹⁵² Artigo 141 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	103	Maio/2009	Rev. 0

interessado ou por deliberação do CONDEPHAAT, tomada *ex officio*. Ademais a deliberação do mencionado órgão ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo assegura a preservação do bem até a decisão final da autoridade, pelo que o fato será imediatamente comunicado à autoridade policial sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa para os devidos fins¹⁵³.

Não ocorrendo contestação, será o tombamento submetido à aprovação do Secretário da Cultura e uma vez publicada a Resolução no Diário Oficial do Estado, imediatamente inscrito no Livro do Tombo¹⁵⁴

Cumpra mencionar que a abertura do processo de tombamento, quando da iniciativa do proprietário, ou notificação deste nos demais casos, susta desde logo, qualquer projeto ou obra que importe em mutilação, modificação ou destruição dos bens em exame¹⁵⁵.

Por fim, a Resolução SMA nº 34, de 27 de agosto de 2003 dispôs sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA.

Nesse sentido, para a obtenção da Licença Prévia (LP), na fase das atividades técnicas do EIA, deverá o responsável pelo empreendimento ou atividade:

“I - Proceder a contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento ou atividade, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários.

II - Providenciar levantamento de dados arqueológicos na área de influência direta do empreendimento ou atividade, no caso de projetos em áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção.

¹⁵³ Parágrafo único do artigo 142 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

¹⁵⁴ §1º do artigo 142 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

¹⁵⁵ Artigo 146 do Decreto Estadual nº 13.426/79.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	104	Maior/2009	Rev. 0

III - Elaborar relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico ou de sua inexistência na área de estudo, sob a rubrica Diagnóstico”¹⁵⁶.

Nos termos do § 1º do artigo 2º da mencionada norma estadual, a avaliação dos impactos do empreendimento ou atividade no patrimônio arqueológico será realizada pelo IPHAN, com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras.

A partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as demais fases de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade, de forma a resguardar o patrimônio cultural e arqueológico da área¹⁵⁷.

Outrossim, para obtenção da Licença de Instalação (LI), deverá o responsável pelo empreendimento ou atividade:

I - Implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, aprovado pelo IPHAN, o qual deverá prever prospecções intensivas (aprimorando fases anteriores de intervenções no subsolo) nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico.

II - Estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento ou atividade e a extensão, profundidade, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do Programa de Resgate Arqueológico proposto no estudo ambiental, o qual deverá ser implantado antes da instalação do empreendimento.

III - Elaborar Programa de Resgate Arqueológico fundamentado em critérios precisos de significância científica dos sítios arqueológicos ameaçados que justifique a seleção dos sítios a serem objeto de

¹⁵⁶ Artigo 2º da Resolução SMA nº 34/03.

¹⁵⁷ §2º do artigo 2º da Resolução SMA nº 34/03.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	105	Maior/2009	Rev. 0

estudo em detalhe, em detrimento de outros, e a metodologia a ser empregada nos estudos.

IV - Executar o Programa de Resgate Arqueológico proposto no estudo ambiental detalhado na fase anterior, aprovado pelo IPHAN, antes do início das intervenções físicas na área.

V - Realizar os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

VI - Apresentar relatório detalhado, aprovado pelo IPHAN, que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresentados os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre arqueologia da área de estudo, permitindo-se que a perda física dos sítios arqueológicos seja efetivamente compensada pela incorporação dos conhecimentos produzidos à Memória Nacional¹⁵⁸.

Finalmente, conforme o disposto no artigo 4º da Resolução SMA nº 34/03, para obtenção da Licença de Operação (LO), deverá o responsável pelo empreendimento ou atividade:

“I - Concluir os estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, que impliquem trabalhos de laboratório e gabinete, como limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma e responsabilidade profissional.

II - Garantir a destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos, seja na

¹⁵⁸ Artigo 3º da Resolução SMA nº 34/03.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	106	Maior/2009	Rev. 0

modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso.

Cumpra ressaltar que, havendo a ocorrência de descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático em qualquer das fases de implantação do empreendimento ou atividade, o responsável pelo empreendimento ou atividade deverá comunicar o achado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN¹⁵⁹.

3.13 Patrimônio Espeleológico

A Constituição Federal Brasileira classifica as cavidades naturais subterrâneas como bens da União (artigo 20, inciso X). A proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional é tratada pelo Decreto Federal nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, que prevê que as cavidades naturais subterrâneas constituem patrimônio cultural brasileiro, e, como tal, serão preservadas e conservadas de modo a permitir estudos e pesquisas de ordem técnico-científica, bem como atividades de cunho espeleológico, étnico-cultural, turístico, recreativo e educativo.

Cavidade natural subterrânea é definida como todo e qualquer espaço subterrâneo penetrável pelo homem, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como “caverna”, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que a sua formação haja ocorrido por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou do tipo de rocha encaixante. Nesta designação estão incluídos todos os termos regionais, tais como gruta, lapa, toca, abismo, furna e buraco¹⁶⁰.

A utilização das cavidades naturais subterrâneas e de sua área de influência deve-se fazer consoante a legislação específica, e somente dentro de condições que assegurem sua integridade física e manutenção do respectivo equilíbrio ecológico.

¹⁵⁹ Artigo 5º da Resolução SMA nº 34/03.

¹⁶⁰ Artigo 1º, § único, do Decreto Federal nº 99.556/90.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	107	Mai/2009	Rev. 0

Insta mencionar que a área de influência de uma cavidade natural subterrânea há de ser definida por estudos técnicos específicos, obedecendo às peculiaridades e características de cada caso¹⁶¹.

Conforme artigo 3º do Decreto Federal nº 99.556/90, é obrigatória a elaboração de estudo de impacto ambiental para as ações ou empreendimentos de qualquer natureza, ativos ou não, temporários ou permanentes, previstos em áreas de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas ou de potencial espeleológico, os quais, de modo direto ou indireto, possam ser lesivos a essas cavidades, ficando sua realização, instalação e funcionamento condicionados à aprovação, pelo órgão ambiental competente, do respectivo relatório de impacto ambiental.

Compete à União, por intermédio do IBAMA, preservar, conservar, fiscalizar e controlar o uso do patrimônio espeleológico brasileiro, bem como fomentar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre as cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional (artigo 4º do Decreto Federal nº 99.556/90). Para efetivar esse dispositivo, o IBAMA poderá efetivar, na forma da lei, acordos, convênios, ajustes e contratos com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras.

Em 1986, o CONAMA resolveu criar uma Comissão Especial para tratar de assuntos relativos à preservação do Patrimônio Espeleológico. Referida comissão foi constituída por representantes das entidades abaixo relacionadas:

- ✓ Sociedade Brasileira de Espeleologia;
- ✓ Secretaria Especial do Meio Ambiente;
- ✓ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal;
- ✓ Governo do estado de Minas Gerais;
- ✓ Departamento Nacional de Produção Mineral.
- ✓ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- ✓ Sociedade Brasileira de Paleontologia;
- ✓ Sociedade Brasileira de Geologia.¹⁶²

¹⁶¹ Artigo 2º e respectivo parágrafo único, do Decreto Federal nº 99.556/90.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	108	Maio/2009	Rev. 0

A realização de diagnóstico da situação do patrimônio espeleológico nacional, por meio de levantamento e análise de dados, identificando áreas críticas e definindo ações e instrumentos necessários para a sua devida proteção e uso adequado, está prevista na Portaria IBAMA nº 887, de 15 de junho de 1990¹⁶³.

O artigo 4º da mencionada Portaria declara a obrigatoriedade de elaborar Estudo de Impacto Ambiental para ações ou empreendimentos de quaisquer natureza, ativos ou não, temporários ou permanentes, previstos ou existentes em áreas de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas ou de potencial espeleológico, que direta ou indiretamente possam ser lesivos a essas cavidades.

São proibidos o desmatamento, queimadas, uso de solo e subsolo ou ações de quaisquer natureza que coloquem em risco as cavidades naturais subterrâneas e sua área de influência, a qual compreenda os recursos ambientais, superficiais e subterrâneos, dos quais dependam sua integridade física ou seu equilíbrio ecológico (artigo 5º, da Portaria IBAMA nº 887/90).

O parágrafo 1º do artigo 5º supracitado dispõe que as ações e ou omissões consideradas nocivas ao patrimônio espeleológico, constituem-se atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, sujeitando os infratores às penalidades de ordem administrativa, civil e penal, sem prejuízo ao dever de reparação do dano.

Da mesma forma como previsto no Decreto Federal nº 99.556/90, a Portaria IBAMA nº 887/90 estabelece que área de influência de uma cavidade natural subterrânea será definida por estudos técnicos específicos, obedecendo às peculiaridades e características de cada caso. Ademais, até a definição dessa área, a mesma deverá ser identificada a partir da projeção em superfície do desenvolvimento linear da cavidade considerada, ao qual será somado um entorno adicional de proteção de, no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) metros¹⁶⁴.

O IBAMA, por meio da Portaria nº 57, de 05 de junho de 1997, instituiu o Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas – CECAN, com a finalidade de propor, normatizar, fiscalizar e controlar o uso do patrimônio

¹⁶² Inciso III, da Resolução CONAMA nº 09/86.

¹⁶³ Artigo 1º, da Portaria IBAMA nº 887/90.

¹⁶⁴ Artigo 6º, § único, da Portaria IBAMA nº 887/90.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	109	Maio/2009	Rev. 0

espeleológico brasileiro, bem como fomentar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre as cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional¹⁶⁵.

Compete ao CECAV recomendar modelos de manejo, bem como instrumentos legais e técnicos de proteção às cavidades naturais subterrâneas. O CECAV também possui competência para emissão de licenças para projetos de pesquisa e demais solicitações de uso do Patrimônio Espeleológico nacional, observando a legislação específica¹⁶⁶.

Por sua vez, o CONAMA, pela Resolução nº 347, de 10 de setembro de 2004, institui o Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (CANIE) e estabelece, para fins de proteção ambiental das cavidades naturais subterrâneas, os procedimentos de uso e exploração do patrimônio espeleológico nacional¹⁶⁷.

Para efeito dessa Resolução CONAMA ficam estabelecidas as seguintes definições:

“I - cavidade natural subterrânea é todo e qualquer espaço subterrâneo penetrável pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, furna e buraco, incluindo seu ambiente, seu conteúdo mineral e hídrico, as comunidades bióticas ali encontradas e o corpo rochoso onde as mesmas se inserem, desde que a sua formação tenha sido por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou do tipo de rocha encaixante.

II - cavidade natural subterrânea relevante para fins de anuência pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no processo de licenciamento - aquela que apresente significativos atributos ecológicos, ambientais, cênicos,

¹⁶⁵ Artigos 1º e 3º, da Portaria IBAMA nº 57/97.

¹⁶⁶ Artigos 4º, inciso III, e 5º, da Portaria IBAMA nº 57/97.

¹⁶⁷ Artigo 1º, da Resolução CONAMA nº 347/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	110	Maio/2009	Rev. 0

científicos, culturais ou socioeconômicos, no contexto local ou regional em razão, entre outras, das seguintes características:

- a) dimensão, morfologia ou valores paisagísticos;
- b) peculiaridades geológicas, geomorfológicas ou mineralógicas;
- c) vestígios arqueológicos ou paleontológicos;
- d) recursos hídricos significativos;
- e) ecossistemas frágeis; espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção;
- f) diversidade biológica; ou
- g) relevância histórico-cultural ou socioeconômica na região.

III - patrimônio espeleológico: o conjunto de elementos bióticos e abióticos, socioeconômicos e histórico-culturais, subterrâneos ou superficiais, representados pelas cavidades naturais subterrâneas ou a estas associadas;

IV - área de influência sobre o patrimônio espeleológico: área que compreende os elementos bióticos e abióticos, superficiais e subterrâneos, necessários à manutenção do equilíbrio ecológico e da integridade física do ambiente cavernícola;

V - plano de manejo espeleológico: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da área, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da cavidade natural subterrânea; e

VI - zoneamento espeleológico: definição de setores ou zonas em uma cavidade natural subterrânea, com objetivos de manejo e

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	111	Maior/2009	Rev. 0

normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos do manejo sejam atingidos".¹⁶⁸

Incumbe ao IBAMA realizar a gestão do CANIE, criando os meios necessários para sua execução. O empreendedor que vier a requerer licenciamento ambiental deverá realizar o cadastramento prévio no CANIE dos dados do patrimônio espeleológico mencionados no processo de licenciamento, independentemente do cadastro ou registro existentes em outros órgãos¹⁶⁹.

Importa mencionar que a localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou degradadores do patrimônio espeleológico ou de sua área de influência, dependerão de prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação vigente (artigo 4º, caput, da Resolução nº 347/04).

As autorizações ou licenças ambientais, na hipótese de cavidade natural subterrânea relevante ou de sua área de influência, dependerão, no processo de licenciamento, de anuência prévia do IBAMA, que deverá se manifestar no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de outras manifestações exigíveis¹⁷⁰.

A área de influência sobre o patrimônio espeleológico será definida pelo órgão ambiental competente que poderá, para tanto, exigir estudos específicos, às expensas do empreendedor e, conforme já mencionado, até que se efetive essa definição, a área de influência das cavidades naturais subterrâneas será a projeção horizontal da caverna acrescida de um entorno de 250 (duzentos e cinquenta) metros, em forma de poligonal convexa¹⁷¹.

O artigo 5º da Resolução CONAMA nº 347/04 estabelece que na análise do grau de impacto ao patrimônio espeleológico afetado, o órgão licenciador deve considerar, entre outros aspectos:

- ✓ Suas dimensões, morfologia e valores paisagísticos;

¹⁶⁸ Artigo 2º, da Resolução CONAMA nº 347/04.

¹⁶⁹ Artigo 3º, §1º e §4º, da Resolução CONAMA nº 347/04.

¹⁷⁰ Artigo 4º, §1º, da Resolução CONAMA nº 347/04.

¹⁷¹ Artigo 4º, §2º e §3º, da Resolução CONAMA nº 347/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	112	Maio/2009	Rev. 0

- ✓ Suas peculiaridades geológicas, geomorfológicas e mineralógicas;
- ✓ A ocorrência de vestígios arqueológicos e paleontológicos;
- ✓ Recursos Hídricos;
- ✓ Ecossistemas frágeis ou espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção;
- ✓ A diversidade biológica; e
- ✓ Sua relevância histórico-cultural ou sócio-econômica na região.

Tratando-se ainda de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente causadores de significativa alteração e degradação do patrimônio espeleológico, para os quais se exija EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação, conforme previsto no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00¹⁷² e já abordado no presente capítulo.

O apoio mencionado poderá constituir-se em estudos e pesquisas desenvolvidas, preferencialmente na região do empreendimento, que permitam identificar áreas para a implantação de Unidades de Conservação de interesse espeleológico¹⁷³.

Com efeito, o órgão ambiental competente fará articulação junto aos órgãos de patrimônio histórico-cultural e mineral para, por meio de termo de cooperação, proteger os patrimônios espeleológico, arqueológico e paleontológico e alimentar o banco de dados do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas¹⁷⁴.

Cumprir observar que na ocorrência de sítios arqueológicos e paleontológicos junto à cavidade natural subterrânea, o IBAMA comunicará aos órgãos competentes responsáveis pela gestão e proteção desses componentes (artigo 12 da Resolução CONAMA nº 347/04).

¹⁷² Artigo 8º, da Resolução CONAMA nº 347/04.

¹⁷³ Artigo 8º, §1º, da Resolução CONAMA nº 347/04.

¹⁷⁴ Artigo 11 da Resolução CONAMA nº 347/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	113	Maio/2009	Rev. 0

3.14 Compensação Ambiental

A Lei Federal nº 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) estabelece que nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral¹⁷⁵.

Nos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento¹⁷⁶.

Cumpra-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378/04, julgada parcialmente procedente pelo Supremo Tribunal Federal, em 09 de abril de 2008, que declarou inconstitucional tanto a vinculação da compensação ambiental aos custos para implantação do empreendimento, como estabelecimento de piso mínimo de 0,5% (meio por cento).

Neste sentido, o percentual devido para a compensação ambiental não mais incide sobre o valor total dos custos para implantação do empreendimento, e sim sobre o grau de impacto do empreendimento sobre os meios bióticos, físicos e socioeconômicos da região, apurado de acordo com o estudo de impacto ambiental e seu relatório.

Assim, o órgão ambiental licenciador, no caso a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo – SMA, deverá definir, especificamente para o Poliduto Oeste Paulista, o valor da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor no procedimento de licenciamento ambiental, segundo metodologia própria de gradação de impactos ambientais.

¹⁷⁵ Artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00.

¹⁷⁶ Artigo 36, §1º da Lei Federal nº 9.985/00.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	114	Maio/2009	Rev. 0

Compete, ainda, à SMA, definir as Unidades de Conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser sugerida a criação de novas Unidades¹⁷⁷.

O artigo 36, §3º da Lei do SNUC prevê que, quando o empreendimento afetar Unidade de Conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento somente poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a Unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação ambiental.

O Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 9.985/00, determina que para os fins de fixação da compensação ambiental, o órgão ambiental licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir do EIA/RIMA realizado quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais¹⁷⁸.

O artigo 32 do Decreto Federal nº 4.340/02 estabelece que deverá ser instituída, no âmbito dos órgãos licenciadores, câmaras de compensação ambiental, compostas por representantes do órgão, com finalidade de analisar e propor a aplicação da compensação ambiental, para aprovação da autoridade competente, de acordo com os estudos ambientais realizados e percentuais definidos.

De acordo com o artigo 33 do Decreto Federal nº 4.340/02, a aplicação dos recursos da compensação ambiental nas UCs, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

I - regularização fundiária e demarcação das terras;

II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;

¹⁷⁷ Artigo 36, §2º da Lei Federal nº 9.985/00.

¹⁷⁸ Artigo 31 do Decreto Federal nº 4.340/02.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	115	Maio/2009	Rev. 0

IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento.”

Com efeito, o CONAMA estabeleceu diretrizes aos órgãos ambientais para cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental por meio da Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006.

De acordo com o artigo 2º dessa Resolução, a SMA deverá estabelecer o grau de impacto ambiental causado pela implantação do **Poliduto Oeste Paulista**, fundamentado em base técnica específica que possa avaliar os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais identificados no processo de licenciamento, de acordo com o EIA/RIMA.

Para estabelecimento do grau de impacto ambiental serão considerados somente os impactos ambientais causados aos recursos ambientais¹⁷⁹, excluindo-se os riscos da operação do empreendimento, não podendo haver redundância de critérios.

Para o cálculo da compensação ambiental, serão considerados os custos totais¹⁸⁰ previstos para implantação do empreendimento e metodologia de gradação de impacto ambiental definida pelo órgão ambiental competente (artigo 3º, *caput* da Resolução CONAMA nº 371/06).

O artigo 3º, §1º da Resolução CONAMA nº 371/06, estabelece que os investimentos destinados à melhoria da qualidade ambiental e à mitigação dos impactos causados pelo empreendimento, exigidos pela legislação ambiental, integrarão os seus custos totais para efeito do cálculo da compensação ambiental.

Já os investimentos destinados à elaboração e implementação dos planos, programas e ações, não exigidos pela legislação ambiental, mas estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para mitigação e melhoria da qualidade

¹⁷⁹ Artigo 2º, inciso IV da Lei Federal nº 9.985/00, define “recurso ambiental: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora”;

¹⁸⁰ Com o advento da liminar parcial para a ADIN nº 3378/04, o cálculo da compensação ambiental é feito a partir do grau de impacto do empreendimento sobre os meios físico, biótico e sócio-econômico.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	116	Maio/2009	Rev. 0

ambiental, não integrarão os custos totais para efeito do cálculo da compensação ambiental.

Para efeito do cálculo da compensação ambiental, o empreendedor deve apresentar a previsão do custo total de implantação do empreendimento¹⁸¹ antes da emissão da Licença de Instalação (LI)¹⁸². O percentual estabelecido para a compensação ambiental deverá ser definido quando da emissão da Licença Prévia (LP), não sendo exigível o desembolso da compensação ambiental antes da emissão da LI¹⁸³.

O artigo 10 da Resolução CONAMA nº 371/06 determina que o empreendedor, observados os critérios supra transcritos, deverá apresentar no EIA/RIMA sugestões de Unidades de Conservação a serem beneficiadas ou criadas.

Importa mencionar que as sugestões apresentadas pelo empreendedor ou por qualquer interessado não vinculam a SMA, devendo este justificar as razões de escolha da(s) Unidade(s) de Conservação a serem beneficiadas e atender o disposto na Resolução CONAMA nº 371/06¹⁸⁴.

Os órgãos ambientais responsáveis pela gestão dos recursos de compensação ambiental deverão dar publicidade, bem como informar anualmente aos conselhos de meio ambiente respectivos, a aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental apresentando, no mínimo, o empreendimento licenciado, o percentual, o valor, o prazo de aplicação da compensação, as unidades de conservação beneficiadas, e as ações nelas desenvolvidas (artigo 12 da Resolução CONAMA nº 371/06).

Ainda, o artigo 14 da Resolução nº 371/06 estabelece que não serão reavaliados os valores combinados ou pagos, nem haverá obrigatoriedade de destinação de recursos complementares constantes em acordos, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), contratos, convênios, atas ou qualquer outro documento formal firmados pelos órgãos ambientais, a título de compensação ambiental.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Artigo 4º da Resolução CONAMA nº 371/06.

¹⁸³ Artigo 5º e §1º da Resolução CONAMA nº 371/06.

¹⁸⁴ Artigo 10, §2º da Resolução CONAMA nº 371/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	117	Maior/2009	Rev. 0

Importa ressaltar que o valor da compensação ambiental fica fixado em 0,5%¹⁸⁵ (meio por cento) dos custos previstos para a implantação do empreendimento até que o órgão ambiental estabeleça e publique metodologia para definição do grau de impacto ambiental.

Reitere-se que, com a declaração de inconstitucionalidade da fixação de percentual mínimo para compensação ambiental¹⁸⁶, a SMA deverá definir o valor devido pelo **Poliduto Oeste Paulista** durante o procedimento de licenciamento ambiental, segundo parâmetros a serem ainda estabelecidos pelo órgão licenciador.

Nesse sentido, no âmbito estadual, a Resolução SMA nº 56, de 27 de dezembro de 2006, estabeleceu a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental.

Nos termos do artigo 2º da Resolução SMA nº 56/06, a compensação ambiental será exigível dos empreendimentos de significativo impacto ambiental, no percentual mínimo de 0,5%¹⁸⁷ (meio por cento) dos custos totais previstos para sua implantação, assim informados no processo de licenciamento ambiental.

Outrossim, a gradação de impacto ambiental será realizada com base nas seguintes premissas, a saber¹⁸⁸:

- ✓ Considerar somente os impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais;
- ✓ Não considerar análises de risco;
- ✓ Todas informações necessárias ao cálculo do grau de impacto ambiental devem constar no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental;

¹⁸⁵ Atentar para julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378 a qual declara inconstitucional percentagem estabelecida pelo §1º do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, em 09 de abril de 2008.

¹⁸⁶ Artigo 15 da Resolução CONAMA nº 371/06.

¹⁸⁷ Atentar para julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3378 a qual declara inconstitucional percentagem estabelecida pelo §1º do artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, em 09 de abril de 2008.

¹⁸⁸ Artigo 4º da Resolução SMA nº 56/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	118	Maio/2009	Rev. 0

- ✓ Não deve interferir no processo decisório do licenciamento ambiental, sendo aplicada apenas àqueles empreendimentos considerados ambientalmente viáveis;
- ✓ Deve ser replicável e objetiva;
- ✓ Deve possibilitar, a partir do estabelecimento de critérios claros, que o empreendedor, com os dados levantados no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, possa calcular o grau de impacto ambiental de seu empreendimento.

O percentual relativo à compensação ambiental, considerados todos os fatores de compensação ambiental, será proposto pelo DAIA e encaminhado à Câmara de Compensação Ambiental, para análise e manifestação, caso o empreendimento seja considerado ambientalmente viável¹⁸⁹.

Ressalte-se que referida Câmara de Compensação Ambiental foi criada por meio da Resolução SMA nº 18, de 3 de março de 2004, alterada pela Resolução SMA nº 19, de 13 de abril de 2007.

A Câmara de Compensação do Estado de São Paulo foi implementada junto ao Gabinete do Secretário de Meio Ambiente, coordenada pelo Secretário Adjunto¹⁹⁰, tendo como objetivo analisar e propor a aplicação e destino dos recursos provenientes da compensação ambiental de empreendimentos e atividades cujo licenciamento esteja condicionado à apresentação e aprovação de EIA/RIMA¹⁹¹.

Outrossim, conforme o disposto no artigo 2º da referida norma estadual, compete à Câmara de Compensação Ambiental analisar as propostas formalizadas durante o processo de licenciamento ambiental, compatibilizando-as com as prioridades para a gestão das Unidades de Conservação localizadas no Estado de São Paulo.

¹⁸⁹ Artigo 5º da Resolução SMA nº 56/06.

¹⁹⁰ Conforme o disposto no artigo 95, inciso V do Decreto Estadual nº 53.027/08, que reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

¹⁹¹ Artigo 1º da Resolução SMA nº 18/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	119	Maio/2009	Rev. 0

Compete, ainda, de acordo com o disposto no Decreto Federal nº 4.340/02, e Resolução CONAMA nº 371/06, indicar as Unidades de Conservação a serem beneficiadas, o montante e destinação dos recursos e os prazos para efetivação dos depósitos para aprovação da autoridade competente¹⁹².

Cumpra mencionar que a Câmara de Compensação Ambiental poderá propor, motivadamente, alteração de unidade de conservação já contemplada no processo de licenciamento para aprovação do titular da Pasta, conforme estabelecido no parágrafo único da Resolução SMA nº 18/04.

No que tange à sua composição, o artigo 4º da Resolução SMA em tela estabelece:

I - Secretário Adjunto da Pasta;

II - Assessor de Projetos Especiais;

III - Coordenador de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais- CPRN, e seu respectivo suplente;

IV - Coordenador de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - CPLEA, e seu respectivo suplente;

V - Diretor-Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, e seu respectivo suplente;

VI - Diretor Geral do Instituto Florestal-IF, e seu respectivo suplente;

VII - Diretor Geral do Instituto de Botânica - IBT, e seu respectivo suplente;

VIII - Diretor Geral do Instituto Geológico - IG, e seu respectivo suplente;

IX - um representante indicado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente- ONSEMA, na qualidade de observador, e seu respectivo suplente".

¹⁹² Artigo 2º da Resolução SMA nº 18/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	120	Maio/2009	Rev. 0

Por fim, a Resolução SMA nº 18/04 dispõe que a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental, nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, existentes ou a serem criadas, deverá obedecer à seguinte ordem de prioridades:

“I - regularização fundiária e demarcação de terras;

II - elaboração, revisão ou implantação de Plano de Manejo;

III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade de conservação, compreendendo sua área de amortecimento;

IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação; e

V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de amortecimento”¹⁹³.

Por outro lado, nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

“I - elaboração do Plano de Manejo ou nas atividades de proteção da unidade;

II - realização de pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;

III - implantação de programas de educação ambiental; e

IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para o uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada”¹⁹⁴.

¹⁹³ Artigo 3º da Resolução SMA nº 18/04.

¹⁹⁴ Parágrafo único do artigo 3º da Resolução SMA nº 18/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	121	Maio/2009	Rev. 0

Por fim, o artigo 6º da Resolução SMA nº 56/06 estabeleceu critérios para gradação de impactos negativos e não mitigáveis, para fins de cálculo da compensação ambiental.

Importa ressaltar, outrossim, que para empreendimentos lineares assim compreendidos os dutos, empreendimento este objeto do presente estudo, aplicar-se-á os seguintes critérios, quais sejam¹⁹⁵:

“(…)

II - Ocorrência de espécies de flora ameaçadas de extinção: nos casos em que haja ocorrência de espécies de flora ameaçadas de extinção nas áreas diretamente afetada (ADA) e de influência direta (AID), conforme definido no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;

III - Ocorrência de espécies de fauna ameaçadas de extinção: nos casos em que haja ocorrência de espécies de fauna ameaçadas de extinção nas áreas diretamente afetada (ADA) e de influência direta (AID) de implantação do empreendimento, conforme definido no EIA/RIMA e demais documentos integrantes do processo de licenciamento ambiental, observadas as listas de espécies de publicações oficiais;

(…)

VII - Fragmentação da vegetação nativa: nos casos em que a supressão de vegetação decorrente da implantação do empreendimento implicar na fragmentação de remanescente de vegetação nativa maior que 10 ha (dez hectares), sem adoção de mecanismos para restabelecimento da conectividade;

VIII - Implantação em Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral ou em sua zona de amortecimento: nos casos em que a implantação do empreendimento, considerada a Área

¹⁹⁵ Artigo 8º da Resolução SMA nº 56/06.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	122	Maior/2009	Rev. 0

Diretamente Afetada (ADA), ocorra em Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral ou em sua zona de amortecimento, assim estabelecida em seu plano de manejo, ou em um raio de 10 km (dez quilômetros) dos limites, caso a mesma ainda não possua plano de manejo;

IX - Implantação em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais: nos casos em que a implantação do empreendimento, considerada a Área Diretamente Afetada (ADA), incida em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM, conforme definida pela Lei Estadual no 9.866, de 22 de novembro de 1997, e criada através de legislação específica;

X - Implantação em áreas ambientalmente frágeis: nos casos em que a implantação do empreendimento incida em várzeas, mangues e restingas, conforme previstas na Lei Federal no 4.771, de 15 de Setembro de 1965, e suas alterações;

(...)

XII - Existência de cavernas ou fenômenos cársticos: quando existirem cavernas na Área de Influência Direta - AID do empreendimento, conforme definidas no artigo 1º, Parágrafo único, do Decreto Federal no 99.556, de 01/10/90, ou fenômenos cársticos tais como dolinas, depressões fechadas, sumidouros, ressurgências e condutos;

(...)”.

Assim, a Resolução SMA nº 56/06 deverá ser observada para a definição da compensação ambiental do **Poliduto Oeste Paulista**, assim como demais legislação acima exposta.

Os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa no Estado de São Paulo são definidos pela Resolução SMA nº 85, de 11 de dezembro de 2008. Conforme disposto no artigo 4º, são condições para a concessão da autorização:

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	123	Maio/2009	Rev. 0

"I – A vegetação comprovadamente não abrigue espécies da fauna e flora silvestres ameaçadas de extinção, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção solicitada não ponha em risco a sobrevivência destas espécies;

II – Inexistir alternativa técnica e locacional à obra ou empreendimento proposto;

III – A vegetação não forme corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração."

Caso concedida a autorização, a compensação ambiental considerará, conforme o artigo 5º da mesma Resolução, as escalas de classificação presentes no mapa "Áreas prioritárias para incremento de conectividade", do Programa BIOTA FAPESP¹⁹⁶, e será implantada mediante recuperação de áreas degradadas ou na forma de preservação de área equivalente à estipulada para compensação (artigo 6º).

A compensação será efetuada preferencialmente nas áreas prioritárias para implantação e manutenção da conectividade com classificação de 5 a 8 (artigo 6º, parágrafo 1º). Não havendo possibilidade, a compensação acontecerá nos seguintes locais:

"I – Áreas constantes do Banco de Áreas para Recuperação Florestal da Secretaria do Meio Ambiente;

II – Áreas públicas, desde que não sejam alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua reparação, não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do Poder Público;

III – Áreas particulares, desde que não sejam alvo de obrigações judiciais ou administrativas determinando sua reparação,

¹⁹⁶ Dentro da escala de 6 a 8, será compensada área equivalente a 6 (seis) vezes a área autorizada; na escala de 3 a 5, será compensada área 2 (duas) vezes maior que a autorizada; e dentro da escala de 1 a 2 será seguida a legislação vigente.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	124	Maior/2009	Rev. 0

não apresentem passivos ambientais e mediante anuência do proprietário, comprovada a dominialidade da área.”¹⁹⁷

Considerando o “Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo”, elaborado pelo Instituto Florestal da SMA, a concessão de autorização para supressão de vegetação nativa em municípios com baixo índice de cobertura vegetal nativa¹⁹⁸ será de uma vez a área autorizada, obrigatoriamente dentro do mesmo município (artigo 8º da Resolução SMA nº 85/08).

Por fim, segundo o artigo 9º da Resolução em análise, os dispositivos acima mencionados não se aplicam para supressão de vegetação nativa em estágio pioneiro, árvores isoladas ou obras de interesse público.

3.15 Redução de Gases de Efeito Estufa

O aquecimento global é atualmente considerado o mais urgente dos problemas ambientais vividos pela humanidade. O *4º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC)*, divulgado em novembro de 2007, concluiu que o aquecimento do sistema climático é inequívoco, sendo muito provável que esse fenômeno seja causado pela liberação de gases de efeito estufa na atmosfera por ações antrópicas¹⁹⁹.

Segundo o Relatório do IPCC, a temperatura da Terra pode subir de 1,8°C até 4°C até 2100, provocando a elevação do nível do mar entre 18cm a 58cm. Além disso, os eventos climáticos extremos, como tufões e secas, devem se tornar mais intensos e freqüentes.

A regulamentação da proteção do sistema climático é recente e está em plena evolução. Ao final da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92)*, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, foi assinada a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas*, como resposta

¹⁹⁷ Artigo 6º, parágrafo 2º, da Resolução SMA nº 85/08.

¹⁹⁸ Municípios cuja cobertura vegetal nativa seja menor que 5% de seu território.

¹⁹⁹ Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Climate Change 2007: Synthesis Report. Unedited copy prepared for COP-13.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	125	Maior/2009	Rev. 0

ao 1º Relatório de Avaliação do IPCC que constatou a ocorrência de aumento da temperatura no globo.

Por meio da conclusão dessa Convenção, os países se comprometeram a realizar esforços no sentido de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, impedindo os efeitos nocivos das mudanças climáticas à vida no planeta.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº01, de 03.02.94.

Ao longo dos anos que sucederam a assinatura da Convenção sobre Mudanças Climáticas, sua implementação foi aperfeiçoada por reuniões anuais de seus Estados-Partes, denominadas *Conferências das Partes da Convenção (COPs)*.

O Protocolo de Quioto é resultado da 3ª *Conferência das Partes da Convenção (COP-3)*, ocorrida em 1997, que visou conferir maior efetividade às ações propostas na Convenção, quantificando as obrigações às quais os países signatários se comprometeram em 1992.

Na COP-3, decidiu-se que os países devem reduzir conjuntamente 5,2% das emissões realizadas no ano de 1990, no período de compromisso entre 2008 e 2012. Cumpre ressaltar que apenas os países desenvolvidos e aqueles “em transição” para uma economia de mercado, elencados no Anexo I da Convenção, seriam obrigados a reduzir suas emissões, devido a sua significativa colaboração para o cenário climático atual.

Os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, China e Índia, devem colaborar de forma voluntária para a consecução do objetivo da Convenção e do Protocolo. Essa idéia se consubstancia no princípio adotado pela Convenção da “responsabilidade comum, porém diferenciada dos países”.

O Protocolo de Quioto foi ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 144, de 1º.05.02.

Após oito anos de sua conclusão, em 16 de fevereiro de 2005 o Protocolo de Quioto finalmente entrou em vigor, devido à ratificação de 57 países

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	126	Maior/2009	Rev. 0

responsáveis por 55% das emissões de gases de efeito estufa no planeta no ano base de 1990.

O primeiro período de compromisso, em que os países Anexo I devem comprovar o alcance das metas de redução, teve início em 2008 e se encerra em 2012.

Embora os países em desenvolvimento não tenham metas de redução para o primeiro período de compromisso, no regime pós-2012 esses países, dentre os quais o Brasil, deverão, obrigatoriamente, apresentar ações de redução dos gases de efeito estufa de forma mensurável, verificável e passível de ser informada, conforma acordado no Plano de Ação de Bali.

De fato, a decisão 1/CP.13 prevê que os países, buscando intensificar a ação nacional e internacional de mitigação da mudança climática deverão considerar, dentre outras ações:

1. (b) (i) Ações ou compromissos mensuráveis, passíveis de serem informadas e verificáveis apropriados nacionalmente, incluindo limitação quantificada de emissão e objetivos de redução por todos os países desenvolvidos, enquanto assegurada a compatibilidade de esforços entre eles, levando em consideração diferenças entre suas circunstâncias nacionais.

1. (b) (ii) Ações de mitigação apropriadas nacionalmente pelos países em desenvolvimento no contexto do desenvolvimento sustentável, apoiadas e possibilitadas por tecnologia, financiamento e capacitação, de maneira mensurável, passível de ser informada e verificável (grifo nosso)²⁰⁰.

²⁰⁰ 1.(b) "Enhanced national/international action on mitigation of climate change, including, inter alia, consideration of:

(i) Measurable, reportable and verifiable nationally appropriate mitigation commitments or actions, including quantified emissions limitation and reduction objectives, by all developed country Parties, while ensuring the comparability of efforts among them, taking into account differences in their national circumstances;

(ii) Nationally appropriate mitigation actions by developing country Parties in the context of sustainable development, supported and enabled by technology, financing and capacity-building, in a measurable, reportable and verifiable manner; (...)"

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	127	Maio/2009	Rev. 0

3.16 Emissões de Ruídos

A Resolução CONAMA nº 01, de 08 de março de 1990, dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais.

A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos na Resolução CONAMA nº 01/90.

São considerados prejudiciais à saúde e ao sossego público, os ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10.152 – Níveis de Ruído ambiente em recintos de edificação visando o conforto dos usuários, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

As entidades e órgãos públicos (federais, estaduais e municipais) competentes, no uso do respectivo poder de polícia, disporão de acordo com o estabelecido na mencionada Resolução CONAMA, sobre a emissão ou proibição da emissão de ruídos produzidos por quaisquer meios ou de qualquer espécie, considerando sempre os locais, horários e natureza das atividades emissoras, com vistas a compatibilizar o exercício das atividades com a preservação da saúde e do sossego público.

Referida Resolução CONAMA nº 01/90 estabelece que as emissões de ruídos decorrentes de empreendimentos e atividades devem obedecer aos níveis previstos na NBR 10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Essa Resolução prevê que na execução dos projetos de construção ou de reformas de edificações, o nível de som produzido não poderá ultrapassar os níveis estabelecidos pela NBR 10.152 – Níveis de Ruído para Conforto Acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

O Poliduto Oeste Paulista deverá atentar aos seguintes padrões de emissão (decibéis) de ruídos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas:

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	128	Mai/2009	Rev. 0

Área	Diurno	Noturno
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista predominantemente residencial	55	50
Área mista com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

Níveis de ruídos máximos permitidos para cada ambiente (NRB 10.151, ABNT, 2000).

Ademais, o CONAMA instituiu, em caráter nacional, o Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora - "SILÊNCIO", sob a coordenação do IBAMA, e que tem por objetivo:

(...)

d) Incentivar a fabricação e uso de máquinas, motores, equipamentos e dispositivos com menor intensidade de ruído quando de sua utilização na indústria, veículos em geral, construção civil, utilidades domésticas, etc.;

e) Incentivar a capacitação de recursos humanos e apoio técnico e logístico dentro da política civil e militar para receber denúncias e tomar providências de combate para receber denúncias e tomar providências de combate a poluição sonora urbana em todo o Território Nacional;

f) Estabelecer convênios, contratos e atividades afins com órgãos e entidades que, direta ou indiretamente, possa contribuir para o desenvolvimento do Programa SILÊNCIO.²⁰¹

Em sede estadual, a Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente, determina que, para garantir a execução do Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente, instituído pela mesma norma, o órgão ambiental poderá exigir do empreendedor plano completo de desenvolvimento de suas atividades, no qual constarão informações sobre emissão de ruídos²⁰².

²⁰¹ Artigo 1º, da Resolução CONAMA nº 02/90.

²⁰² Artigo 14, parágrafo único, inciso I, da Lei Estadual nº 997/76.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	129	Maió/2009	Rev. 0

O Regulamento dessa mesma Lei Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, estabelece, em seu artigo 115, que os padrões de condicionamento e projeto referentes à emissão de ruídos serão estabelecidos por decretos específicos. Nesse ponto, cumpre ressaltar que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo adota as normas ABNT/NBR, acima mencionadas.

3.17 Monitoramento Ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendendo princípios como o acompanhamento do estado da qualidade ambiental (artigo 2º, inciso VII).

A Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986, que dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para EIA/RIMA, prevê que o estudo de impacto ambiental deve desenvolver atividades técnicas como elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos do empreendimento, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados nesses trabalhos²⁰³.

Consoante previsão do artigo 8º da Resolução CONAMA nº 01/86, correrão por conta do empreendedor do Poliduto as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, compreendendo os estudos técnicos e científicos, acompanhamento e monitoramento dos impactos.

O relatório de impacto ambiental deverá refletir as conclusões do EIA e conterá, no mínimo, o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos²⁰⁴.

Com efeito, a Resolução CONAMA nº 333, de 25 de abril de 2003 instituiu a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental cujo escopo é o de propor

²⁰³ Artigo 6º, inciso IV da Resolução CONAMA nº 01/86.

²⁰⁴ Artigo 9º, inciso VII da Resolução CONAMA nº 01/86.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	130	Maio/2009	Rev. 0

normas e padrões de qualidade das águas, do ar e do solo, bem como normas e critérios para o licenciamento ambiental de atividades potencial ou efetivamente poluidoras²⁰⁵.

Ademais, conforme a Resolução CONAMA nº 390/07 que dispõe acerca da composição das Câmaras Técnicas do CONAMA para o biênio 2007/2009, a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental deverá ser composta pelos seguintes órgãos, quais sejam:

“V - Controle e Qualidade Ambiental:

a) Entidades de Trabalhadores e da Sociedade Civil: Entidades Ambientalistas de Âmbito Nacional-VIDAGUA;

b) Entidades Empresariais: Confederação Nacional do Transporte;

c) Governos Municipais: da Região Sul;

d) Governos Estaduais:

1. de Minas Gerais; e

2. do Espírito Santo;

e) Governo Federal:

1. Ministério das Cidades;

2. Ministério do Meio Ambiente”²⁰⁶.

No âmbito estadual, o artigo 193 da Constituição do Estado de São Paulo dispõe que o Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de:

“IV - realizar periodicamente auditorias nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras”.

²⁰⁵ Artigo 1º da Resolução CONAMA nº 333/03.

²⁰⁶ Inciso V do parágrafo único do artigo 1º da Resolução CONAMA nº 390/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	131	Maior/2009	Rev. 0

O Decreto Estadual nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamentou a Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997²⁰⁷, dispôs em seu §5º do artigo 2º que os empreendimentos ou atividades que, por ocasião da renovação de suas Licenças de Operação, comprovarem a eficiência dos seus sistemas de gestão e auditoria ambientais, poderão ter o prazo de validade da nova licença ampliado, em até um terço do prazo anteriormente concedido, a critério do órgão competente do SEAQUA.

Com efeito, o Decreto Estadual nº 53.027, de 26 de maio de 2008, que reorganizou a SMA, estabeleceu que o Centro de Monitoramento e Informações do Departamento de Fiscalização e Monitoramento, por meio de seu corpo técnico, deverá realizar o monitoramento dos efeitos, na flora e na fauna, de projetos, programas, atividades, empreendimentos e/ou obras que causem impactos ambientais²⁰⁸.

3.18 Educação Ambiental

A Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, define educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e à sustentabilidade²⁰⁹.

A educação ambiental é considerada componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de processo educativo, de modo formal e informal²¹⁰.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

²⁰⁷ Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

²⁰⁸ Artigo 48, inciso I, alínea "a" do Decreto Estadual nº 53.027, de 26 de maio de 2008.

²⁰⁹ Artigo 1º da Lei Federal nº 9.795/99.

²¹⁰ Artigo 2º da Lei Federal nº 9.795/99.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	132	Maio/2009	Rev. 0

- ✓ Ao Poder Público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- ✓ Aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- ✓ Às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;
- ✓ À sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais²¹¹.

O artigo 7º da Lei Federal nº 9.795/99 prevê que a Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Assim, a Política Nacional de Educação Ambiental prevê que todos têm direito à educação ambiental, competindo às empresas, instituições públicas e privadas, a promoção de programas destinados à capacitação de trabalhadores, visando à melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente de trabalho.

A Resolução CONAMA nº 327, de 25 de abril de 2003, resolveu instituir a Câmara Técnica de Educação Ambiental, estabelecendo as seguintes finalidades: “/

²¹¹ Artigo 3º, incisos I, III e V da Lei Federal nº 9.795/99.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	133	Maio/2009	Rev. 0

- *propor indicadores de desempenho e de avaliação das ações de educação ambiental decorrentes das políticas, programas e projetos de governo; II - propor diretrizes para elaboração e implementação das políticas e programas estaduais de educação ambiental; III - assessorar as demais Câmaras Técnicas, no que tange a educação ambiental; e IV propor ações de educação ambiental nas políticas de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental*.²¹²

Referida Câmara, conforme a Resolução CONAMA nº 390/07 que dispõe sobre a nova composição das Câmaras Técnicas do CONAMA para o biênio 2007/2009, deverá ser composta por no mínimo um representante dos órgãos e entidades a seguir relacionadas:

“IX - Educação Ambiental:

a) Entidades de Trabalhadores e da Sociedade Civil: Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste-OCA BRASIL

b) Entidades Empresariais: Confederação Nacional do Comércio;

c) Governos Municipais: da Região Sudeste;

d) Governos Estaduais:

1. da Bahia;

2. do Ceará.

e) Governo Federal:

1. Ministério da Cultura; e

2. Ministério do Esporte”²¹³.

²¹² Artigo 1º, incisos I, II, III e IV, da Resolução CONAMA nº 327/03.

²¹³ Artigo 1º, parágrafo único, inciso IX da Resolução CONAMA nº 390/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	134	Maio/2009	Rev. 0

Na esfera estadual, o artigo 193 da Constituição Estadual de São Paulo dispôs que o Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegurada a participação da coletividade, com o fim de:

“XV - promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente”.

Com efeito, a Política Estadual de Educação Ambiental foi instituída por meio da Lei Estadual nº 12.780, de 30 de novembro de 2007.

Referida norma estadual conceituou educação ambiental como processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade da vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra²¹⁴.

Caracteriza, ainda, educação ambiental como componente essencial e permanente da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades dos processos de gestão ambiental²¹⁵.

Cumprе mencionar que o Decreto Estadual nº 12.780/07 estabeleceu caber às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas a promoção de programas destinados à formação dos trabalhadores e empregadores, visando à melhoria e controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como repercussões do processo produtivo no meio ambiente²¹⁶.

Mais ainda, cabe ao setor privado inserir a Educação Ambiental no licenciamento ambiental, assim como no planejamento e execução de obras, atividades, processos produtivos, empreendimentos e exploração de recursos

²¹⁴ Artigo 3º do Decreto Estadual nº 12.780/07.

²¹⁵ Artigo 5º do Decreto Federal nº 12.780/07.

²¹⁶ Artigo 7º, inciso III do Decreto Estadual nº 12.780/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	135	Maio/2009	Rev. 0

naturais de qualquer espécie, sob o enfoque da sustentabilidade e melhoria da qualidade ambiental e saúde pública²¹⁷.

Como objetivos fundamentais da educação ambiental, o artigo 9º do Decreto Estadual em comento estabeleceu:

- ✓ a construção de uma sociedade ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diversa, politicamente atuante e socialmente justa;
- ✓ o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, históricos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, tecnológicos e
- ✓ éticos;
- ✓ a garantia da democratização e a socialização das informações socioambientais;
- ✓ a participação da sociedade na discussão das questões socioambientais fortalecendo
- ✓ o exercício da cidadania e o desenvolvimento de uma consciência crítica e ética;
- ✓ o incentivo à participação comunitária ativa, permanente e responsável na proteção, preservação e conservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- ✓ o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do Estado e do País, em níveis micro e macrorregionais;
- ✓ a promoção da regionalização e descentralização de programas, projetos e ações de Educação Ambiental;
- ✓ o incentivo à formação de grupos voltados para as questões socioambientais nas instituições públicas, sociais e privadas;

²¹⁷ Artigo 7º, inciso IV do Decreto Estadual nº 12.780/07.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	136	Mai/2009	Rev. 0

✓ o fortalecimento da integração entre ciência e tecnologia, em especial o estímulo à adoção de práticas sustentáveis que minimizem os impactos negativos sobre o ambiente;

✓ o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

✓ o desenvolvimento de programas, projetos e ações de Educação Ambiental integrados ao ecoturismo, mudanças climáticas, ao zoneamento ambiental, à gestão dos resíduos sólidos e do saneamento ambiental, ao gerenciamento costeiro, à gestão da qualidade dos recursos hídricos, e uso do solo, do ar, ao manejo dos recursos florestais, à administração das unidades de conservação e das áreas especialmente protegidas, ao uso e ocupação do solo, à preparação e mobilização de comunidades situadas em áreas de risco tecnológico, risco geológico e risco hidrológico, ao desenvolvimento urbano, ao planejamento dos transportes, ao desenvolvimento das atividades agrícolas e das atividades industriais, ao desenvolvimento de tecnologias, ao consumo e à defesa do patrimônio natural, histórico e cultural;

✓ o estímulo à criação, o fortalecimento e a ampliação, promovendo a comunicação e cooperação em nível local, regional, nacional e internacional das:

- a) redes de Educação Ambiental;
- b) núcleos de Educação Ambiental;
- c) coletivos jovens de meio ambiente;
- d) coletivos educadores e outros coletivos organizados;
- e) Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COMVIDAS;
- f) fóruns;
- g) colegiados;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	137	Maior/2009	Rev. 0

h) câmaras técnicas;

i) comissões.

Outrossim, visando implementar a Política Estadual de Educação Ambiental, por meio de ações integradas às diretrizes da SMA, promovendo a participação do Estado nos diversos programas nacionais e internacionais de educação ambiental, bem como estabelecendo canais de comunicação entre o SEAQUA, o Decreto Estadual nº 53.027/08²¹⁸ criou a Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente – SMA.

3.19 Normas da ANP aplicáveis ao empreendimento

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP foi instituída pela Lei Federal nº 9.478/97, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

A ANP é autarquia especial integrante da Administração Pública Federal Indireta, vinculada ao Ministério de Minas e Energia²¹⁹.

Nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 9.478/97, a ANP tem como finalidade promover a regulação, contratação e fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, cabendo-lhe:

“I - implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta Lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo o território nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

(...)

²¹⁸ Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente – SMA do Estado de São Paulo.

²¹⁹ Artigo 7º da Lei Federal nº 9.478/97.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	138	Maio/2009	Rev. 0

V - autorizar a prática das atividades de refinação, processamento, **transporte**, importação e exportação, na forma estabelecida nesta Lei e sua regulamentação;

VI - estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos nesta Lei;

VII - fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

VIII - instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de **dutos** e de terminais;

(...)

IX - fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, dos derivados e do gás natural e de preservação do meio ambiente (grifamos)".

Na execução de suas atividades, a ANP observará os princípios estabelecidos no artigo 3º do Anexo I do Decreto Federal nº 2.455/98, a saber:

"I - satisfação da demanda atual da sociedade, sem comprometer o atendimento da demanda das futuras gerações;

II - prevenção de potenciais conflitos por meio de ações e canais de comunicação que estabeleçam adequado relacionamento com agentes econômicos do setor de petróleo, demais órgãos do governo e a sociedade;

III - regulação para uma apropriação justa dos benefícios auferidos pelos agentes econômicos do setor, pela sociedade e pelos consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo;

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	139	Maio/2009	Rev. 0

IV - regulação pautada na livre concorrência, na objetividade, na praticidade, na transparência, na ausência de duplicidade, na consistência e no atendimento das necessidades dos consumidores e usuários;

V - criação de condições para a modicidade dos preços dos derivados de petróleo, dos demais combustíveis e do gás natural, sem prejuízo da oferta e da qualidade;

VI - fiscalização exercida no sentido da educação e orientação dos agentes econômicos do setor, bem como da prevenção e repressão de condutas violadoras da legislação pertinente, das disposições estabelecidas nos contratos e nas autorizações;

VII - criação de ambiente que incentive investimentos na indústria do petróleo e nos segmentos de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível;

VIII - comunicação efetiva com a sociedade”.

Conforme o disposto no artigo 5º do anexo I de referido Decreto Federal, a ANP terá a seguinte estrutura organizacional, a saber:

- ✓ Diretoria;
- ✓ Procuradoria-Geral;
- ✓ Superintendências de Processos Organizacionais.

A ANP fiscalizará as atividades da indústria do petróleo e distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível, no sentido da educação e orientação dos agentes do setor, bem como da prevenção e repressão de condutas violadoras da legislação pertinente, dos contratos e das autorizações²²⁰.

²²⁰ Artigo 16 do anexo I do Decreto Federal nº 2.455/98.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	140	Maio/2009	Rev. 0

A Lei Federal nº 9.478/97 estabeleceu como monopólio da União, nos termos do artigo 177 da Constituição Federal²²¹, o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e de gás natural²²².

Ressalte-se que as atividades econômicas supracitadas deverão ser reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, conforme o disposto no artigo 5º da lei federal em comento.

Nesse sentido, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto acima, poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural sejam para suprimento interno ou para importação e exportação²²³.

A ANP baixará normas sobre a habilitação dos interessados e as condições para autorização e transferência de sua titularidade, observado o atendimento aos requisitos de proteção ambiental e segurança de tráfego²²⁴.

A instalação e operação do **Poliduto Oeste Paulista**, que deverá transportar álcool e derivados claros de petróleo, deverão ser autorizadas pela ANP, nos termos do procedimento que se passa a analisar.

A Resolução ANP nº 170, de 26 de novembro de 2004, alterada pela Resolução ANP nº 38, de 24 de novembro de 2004 estabelece a regulamentação para construção, ampliação e operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive liquefeito, biodiesel e misturas óleo diesel/biodiesel, as quais dependem de expressa autorização da ANP.

Consoante ao disposto no § 1º do artigo 1º é considerada instalação de transporte ou de transferência, dentre outros, os dutos, incluindo os sistemas

²²¹ Artigo 177, inciso IV da Constituição Federal: Constitui monopólio da União o transporte do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

²²² Artigo 4º, inciso IV da Lei Federal nº 9.478/97.

²²³ Artigo 56 da Lei Federal nº 9.478/97.

²²⁴ Parágrafo único do artigo 56 da Lei Federal nº 9.478/97.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	141	Maior/2009	Rev. 0

indispensáveis à operação das mesmas, tais como: estações de bombeamento ou compressão, tanques de armazenagem e sistemas de controle.

Referida autorização será concedida pela ANP em 2 (duas) etapas, quais sejam²²⁵:

- ✓ Autorização de Construção (AC);
- ✓ Autorização de Operação (AO).

O pedido da Autorização de Construção (AC) será encaminhado à ANP, instruído com as seguintes informações:

I - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou diretores;

II - Comprovação de inscrição nas Fazendas Federal e Estadual;

III - Sumário do projeto da instalação, apresentando o serviço pretendido, as capacidades de movimentação e armazenagem discriminadas para cada etapa de implantação do projeto, além de dados técnicos básicos pertinentes a cada tipo de instalação;

IV - Planta ou esquema preliminar das instalações;

V - Cronograma físico-financeiro de implantação do empreendimento;

VI - Licença de Instalação (LI) expedida pelo órgão ambiental competente²²⁶.

No que tange ao prazo para apreciação dos documentos apresentados pela empresa solicitante, a ANP os analisará em, no máximo, 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega²²⁷.

²²⁵ Artigo 2º da Resolução ANP nº 170/04.

²²⁶ Artigo 3º da Resolução ANP nº 170/04.

²²⁷ Artigo 4º da Resolução ANP nº 170/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	142	Maior/2009	Rev. 0

Ressalte-se que a ANP, a seu critério, poderá exigir que a empresa solicitante assine um Termo de Compromisso anteriormente à concessão da Autorização de Construção (AC), conforme o disposto no artigo 7º da Resolução Federal em tela.

Ademais, nos termos do artigo 9º da Resolução ANP nº 170/04, o pedido da Autorização de Operação (AO) será encaminhado à ANP, contendo a seguinte documentação, a saber:

“I - Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente;

II - Atestado de Comissionamento da obra expedido por entidade técnica especializada, societariamente independente da empresa solicitante, enfocando a segurança das instalações e certificando que as mesmas foram construídas segundo normas técnicas adequadas;

III - Sumário do Plano de Manutenção das instalações de transporte e do Sistema de Garantia da Qualidade para a fase de operação”.

Por fim, a ANP analisará a documentação apresentada e deliberará sobre a Autorização de Operação (AO), em um prazo máximo de 30 (trinta) dias²²⁸.

Cumprir informar que a empresa autorizada deverá manter atualizados o Plano de Manutenção e o Sistema de Garantia da Qualidade, visando à operação segura de suas instalações, que poderão ser fiscalizados a qualquer tempo pela ANP ou, por solicitação desta, através de entidade técnica especializada, societariamente independente da empresa autorizada, e contratada por esta última²²⁹.

Mais ainda, deverá comunicar imediatamente à ANP a ocorrência de qualquer evento decorrente de suas atividades que possa acarretar riscos à saúde

²²⁸ Artigo 10 da Resolução ANP nº 170/04.

²²⁹ Artigo 12 da Resolução ANP nº 170/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	143	Maior/2009	Rev. 0

pública, à segurança de terceiros e ao meio ambiente, indicando as causas de sua origem, bem como as medidas tomadas para sanar ou reduzir o seu impacto²³⁰.

No caso de interrupção, redução ou de qualquer outro evento que possa afetar temporariamente a continuidade ou a qualidade dos serviços, a empresa autorizada notificará imediatamente a ANP e os usuários atingidos, informando o problema e a estimativa do tempo necessário ao restabelecimento das condições normais²³¹.

Por fim, cumpre mencionar a Resolução ANP nº 31, de 26 de outubro de 2006, a qual adotou a Norma NBR 17505 – Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis – e suas atualizações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para concessão de Autorização de Construção (AC) ou Autorização de Operação (AO), bem como quando da ampliação ou regularização das instalações destinadas ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis.

²³⁰ Artigo 13 da Resolução ANP nº 170/04.

²³¹ Artigo 14 da Resolução ANP nº 170/04.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	144	Maio/2009	Rev. 0

3.20 Relação da legislação aplicável ao empreendimento

LEIS FEDERAIS	
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	
Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965	Institui o Código Florestal.
Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967	Dispõe sobre a proteção à fauna.
Lei Federal nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967	Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.
Lei Federal 5.917, de 10 de setembro de 1973	Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências
Lei Federal nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973	Dispõe sobre o Estatuto do Índio.
Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de locais de Interesse Turístico, e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979	Dispõe sobre parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei Federal nº 7.029, de 13 de setembro de 1982	Dispõe sobre o transporte dutoviário de álcool e dá outras providências.
Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e dá outras providências.
Lei Federal n.º 7.754, de 14 de abril de 1989	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
Lei Federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	145	Maio/2009	Rev. 0

LEIS FEDERAIS	
<u>Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999</u>	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000</u>	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001</u>	Estatuto da Cidade.
Lei Federal n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Lei Federal n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007	Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.

DECRETOS FEDERAIS	
Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 99.556, de 1 de outubro de 1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 750, de 10 de fevereiro de 1993	Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 1.141, de 5 de maio de 1994.	Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.
Decreto Federal nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.	Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	146	Maio/2009	Rev. 0

DECRETOS FEDERAIS	
Decreto Federal nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998	Implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.
Decreto Federal nº 3.520, de 21 de junho de 2000.	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e dá outras providências.
Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002	Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 , estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Decreto Federal nº 5.092, de 21 de maio de 2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
Decreto Federal n.º 5.445, de 12 de maio de 2005	Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
Decreto Federal nº 5.975, de 30 de novembro de 2006	Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	147	Maio/2009	Rev. 0

DECRETOS FEDERAIS	
Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

DECRETOS-LEGISLATIVOS	
Decreto-Legislativo nº 01, de 3 de fevereiro de 1994.	Aprova o texto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em Nova Iorque, em 9 de maio de 1992.

DECRETOS-LEI FEDERAIS	
Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941	Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA)	
Resolução CONAMA nº 01, de 23 de janeiro de 1986	Estabelece definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação do Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987	Dispõe sobre a Audiência Pública.
Resolução CONAMA nº 10, de 16 de março de 1988	Dispõe sobre a regulamentação das APAs.
Resolução CONAMA nº 01, de 8 de março de 1990	Dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais.
Resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990	Estabelece normas quanto ao entorno das Unidades de Conservação visando a proteção dos ecossistemas existentes.
Resolução CONAMA nº 1, de 31 de janeiro de 1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado de São Paulo.
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997	Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente.
Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	148	Maio/2009	Rev. 0

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA)	
Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Resolução CONAMA nº 327, de 25 de abril de 2003	Institui a Câmara Técnica de Educação Ambiental.
Resolução CONAMA nº 333, de abril de 2003	Institui a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental.
Resolução CONAMA nº 347, de 10 de setembro de 2004	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico.
Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.
Resolução CONAMA nº 388, de 23 de fevereiro de 2007	Dispõe sobre a convalidação das Resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º § 1º da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
Resolução CONAMA nº 390, de 14 de maio de 2007	Dispõe sobre a nova composição das Câmaras Técnicas do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA para o biênio 2007/2009, e dá outras providências.

PORTARIAS DO INSTITUTO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)	
Portaria IBAMA nº 1.522, de 19 de dezembro de 1989.	Reconhece como Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção a relação que se apresenta.
Portaria IBAMA nº 887, de 15 de junho de 1990	Dispõe sobre a realização de diagnóstico da situação do patrimônio espeleológico nacional, através de levantamento e análise de dados, identificando áreas críticas e definindo ações e instrumentos necessários para a sua devida proteção e uso adequado.
Portaria IBAMA nº 37-N, de 3 de abril de 1992	Reconhece como Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção a relação que se apresenta.
Portaria IBAMA nº 57, de 5 de junho de 1997	Institui o "CENTRO NACIONAL DE ESTUDO, PROTEÇÃO E MANEJO DE CAVERNAS –CECAV.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	149	Maio/2009	Rev. 0

PORTARIAS DO INSTITUTO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)	
Portaria IBAMA nº 113, de 25 de setembro de 1997	Estabelece a obrigação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de minerais, produtos e subprodutos da fauna, flora e pesca.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA)	
Instrução Normativa nº 96, de 30 de março de 2006	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Naturais.
Instrução Normativa IBAMA nº 146, de 10 de janeiro de 2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6938/81 e pelas Resoluções Conama nº 001/86 e nº 237/97.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)	
Instrução Normativa nº 01, de 2 de janeiro de 2008	Estabelecer os procedimentos para a concessão de autorização para atividades ou empreendimentos com potencial impacto para unidades de conservação instituídas pela União, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes, sujeitos a licenciamento ambiental.

PORTARIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)	
Portaria FUNAI nº 14, de 9 de janeiro de 1996	Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	150	Maio/2009	Rev. 0

PORTARIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO (FUNAI)	
PORTARIA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)	
Portaria IPHAN nº 11, de 11 de setembro de 1986	Resoluções sobre a Instauração do Processo de Tombamento.
Portaria IPHAN nº 07, de 01º de dezembro de 1988	Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961.
Portaria IPHAN n.º 230, de 17 de dezembro de 2002	Dispõe sobre a fase de obtenção de Licença Prévia no EIA/RIMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)	
IN MMA nº 3, de 27 de maio de 2003	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa à Instrução Normativa.
IN MMA nº 6, de 23 de setembro de 2008	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes do Anexo I a Instrução Normativa.

PORTARIA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)	
Portaria MMA nº 09, de 23 de janeiro de 2007	Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona.

PORTARIAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP	
Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998	Estabelece a regulamentação para a construção, a ampliação e a operação de instalações de transporte ou de transferência de petróleo, seus derivados, gás natural, inclusive líquidofeito, biodiesel e misturas óleo diesel/biodiesel.
Portaria ANP nº 115, de 5 de julho de 2000	Regulamenta o livre acesso a dutos de transporte destinados à movimentação de petróleo e seus derivados.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	151	Maio/2009	Rev. 0

PORTARIAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP	
Portaria ANP nº 261, de 13 de dezembro de 2000	Regulamenta as normas para o envio de informações sobre movimentações de petróleo e seus derivados à ANP, realizadas pelas empresas operadoras de instalações de transporte ou de transferência.
Portaria ANP nº 110, de 19 de julho de 2002	Adota a Norma NBR 7505 – Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis e suas atualizações, da ABNT, para o projeto de instalações destinadas à armazenagem de petróleo, seus derivados líquidos, álcool combustível ou outros combustíveis automotivos sujeitas à Autorização de Construção (AC) da Agência Nacional do Petróleo – ANP.
Portaria ANP nº 3, de 10 de janeiro de 2003	Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural, biodiesel e de mistura óleo diesel/biodiesel no que couber.

RESOLUÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP	
Resolução ANP nº 31, de 26 de outubro de 2006	Adota a Norma NBR 17505 – Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis – e suas atualizações, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para a concessão de Autorização de Construção (AC) ou Autorização de Operação (AO), bem como quando da ampliação ou regularização das instalações destinadas ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis.
Resolução ANP nº 38, de 23 de novembro de 2004	Altera a ementa da Portaria ANP nº 170 , de 27 de novembro 1998.

LEIS ESTADUAIS	
Constituição Estadual de São Paulo	

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	152	Maio/2009	Rev. 0

LEIS ESTADUAIS	
Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968	Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo Artigo 128 da Constituição Estadual e dá outras providências.
Lei nº 118, de 29 de junho de 1973	Autoriza a constituição de uma sociedade por ações, sob denominação de CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas, e dá providências correlatas.
Lei nº 997, de 31 de maio de 1976	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
Lei Estadual nº 4.920, de 17 de dezembro de 1985	Transforma em Reserva Biológica a área de matas da Estação Experimental de Zootecnia de Andradina.
Lei Estadual nº 4.960, de 06 de julho de 1986	Transforma em Reserva Biológica as matas da Estação Experimental de Pindorama.
Lei Estadual nº 5.536, de 20 de janeiro de 1987	Declara área de proteção ambiental a região urbana e rural do Município de Ibitinga.
Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Lei Estadual nº 8.316, de 05 de junho de 1993	Cria a Estação Ecológica do Noroeste Paulista em São José do Rio Preto e Mirassol, no Estado de São Paulo.
Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
Lei nº 9.866, de 28 de novembro de 1997	Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências.
Lei Estadual nº 10.773, de 01 de março de 2001	Declara Área de Proteção Ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Batalha.
Lei Estadual nº 10.780, de 09 de março de 2001	Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo.
Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental.

DECRETOS ESTADUAIS

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	153	Maio/2009	Rev. 0

DECRETOS ESTADUAIS	
Decreto Estadual nº 6.529, de 02 de julho de 1934	Cria o Departamento de Estradas de Rodagem subordinado diretamente ao Secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.
Decreto Estadual nº 19.032, de 23 de dezembro de 1949	Cria a Estação Experimental Tupi, na cidade de Piracicaba, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 21.363-D, de 29 de abril de 1952	Transfere do patrimônio da Secretaria da Viação e Obras Públicas para a Secretaria da Agricultura, uma gleba de terra na Serra do Itapeti.
Decreto Estadual nº 28.153, de 23 de abril de 1957	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio do Estado e declara reservada para proteção de mananciais e rios e para a conservação da flora e fauna, uma gleba de terras devolutas, situada na Comarca de Capão Bonito.
Decreto Estadual nº 37.539, de 04 de maio de 1960	Cria a Estação Ecológica de São José do Rio Preto e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 46.230, de 04 de maio de 1960	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de Botucatu, necessário à instalação do Horto Florestal da Secretaria da Agricultura.
Decreto Estadual nº 38.424, de 06 de maio de 1961	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de Bauru, necessário à preservação de reservas florestais e proteção da fauna.
Decreto Estadual nº 38.957, de 25 de agosto de 1961	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de São Carlos, destinado à preservação de reservas florestais e proteção da fauna.
Decreto Estadual nº 43.193, de 03 de abril de 1964	Declara reserva florestal do Estado de São Paulo as terras situadas no 6º Perímetro do município de Bananal, glebas 8 e 9, necessárias à conservação das matas e preservação da flora e da fauna.
Decreto Estadual nº 45.967-D, de 28 de janeiro de 1966	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de Valinhos, necessário ao Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura.
Decreto Estadual nº 8.468, de 8 de setembro de 1976	Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente.
Decreto Estadual nº 13.426, de 16 de março de 1979	Cria a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 18.997, de 15 de junho de 1982	Cria a Estação Ecológica de Jataí e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 20.955, de 01 de junho de 1983	Reorganiza a Secretaria de Estado da Cultura e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 20.960, de 08 de junho de 1983	Declara área de proteção ambiental a regiões situadas em diversos municípios, dentre os quais Corumbataí, Botucatu e Tejuapá.
Decreto Estadual nº 22.335, de 07 de junho de 1984	Cria a Estação Ecológica de Itirapina e dá providências correlatas.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	154	Maio/2009	Rev. 0

DECRETOS ESTADUAIS	
Decreto Estadual nº 24.151, de 24 de outubro de 1985	Dá nova destinação à gleba de terras com área de 698,17 ha, Declarada devoluta, localizada no município e comarca de Capão Bonito.
Decreto Estadual nº 24.932, de 24 de março de 1986	Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 24.932, de 24 de março de 1986	Institui o Sistema Estadual do Meio Ambiente, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 26.882, de 11 de março de 1987	Declara Área de Proteção Ambiental regiões das Bacias Hidrográficas do Rio Piracicaba e do Rio Juqueri-Mirim e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 39.473, de 07 de novembro de 1994	Estabelece normas de utilização das várzeas no Estado de São Paulo.
Decreto Estadual nº 42.838, de 04 de fevereiro de 1998	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção e as Provavelmente Ameaçadas de Extinção no Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 43.296, de 02 de julho de 1998	Cria o Parque Estadual do Aguapeí e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 46.708, de 22 de abril de 2002	Aprova o Regulamento da ARTESP.
Decreto Estadual nº 46.819, de 11 de junho de 2002	Transforma o Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade e todo seu acervo histórico, científico e cultural, localizado nos Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 47.099, de 19 de setembro de 2002	Transforma a Estação Experimental de Pederneiras, localizada no Município de Pederneiras, em Floresta Estadual de Pederneiras, nos termos do art. 17, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, objetivando o desenvolvimento de atividades científicas, econômicas, sociais e recreacionais, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002	Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo para análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	155	Maio/2009	Rev. 0

DECRETOS ESTADUAIS	
Decreto Estadual nº 49.566, de 25 de abril de 2005	Dispõe sobre a intervenção de baixo impacto ambiental em áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal.
Decreto Estadual nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006	Cria o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 12.780, de 30 de novembro de 2007	
Decreto Estadual nº 52.762, de 28 de fevereiro de 2008	Regulamenta a Lei nº 10.780, de 9 de março de 2001, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 53.027, de 26 de maio de 2008	Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e dá outras providências correlatas.
Decreto Estadual nº 53.494, de 02 de outubro de 2008	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas, as quase ameaçadas, as colapsadas, sobreexploradas, ameaçadas de sobreexploração e com dados insuficientes para avaliação no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Decreto Estadual nº 54.079, de 04 de março de 2009	Altera os artigos 5º, 6º e 9º, acrescenta o artigo 9ºA e modifica os anexos do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e dá providências correlatas.

DECRETOS-LEI ESTADUAIS	
Decreto-Lei Estadual nº 13.626, de 21 de outubro de 1943	Dispõe sobre normas para o traçado de estradas de rodagem estaduais.
Decreto-Lei Estadual nº 16.546, de 24 de dezembro de 1946	Dispõe sobre a reorganização do DER.

RESOLUÇÕES CONJUNTAS – SMA IBAMA/SP	
Resolução Conjunta SMA IBAMA/SP nº 1, de 17 de fevereiro de 1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração de Mata Atlântica.

RESOLUÇÕES – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA)	
Resolução SMA nº 01, de 02 de janeiro de 1990	Regulamenta a tramitação do EIA/RIMA, obra, atividade pública, atividade privada, Secretaria do Meio Ambiente - SMA.
Resolução SMA nº 40, de 29 de dezembro de 1992	Dispõe sobre as exigidas complementações ao EIA e RIMA apresentados à SMA.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	156	Maio/2009	Rev. 0

RESOLUÇÕES – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA)	
Resolução SMA nº 55, de 13 de outubro de 1995	Cria, na Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais CPRN, um Grupo Técnico de apoio às unidades de licenciamento, com atribuição de analisar e emitir pareceres técnicos.
Resolução SMA nº 32, de 06 de setembro de 2002	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento em Áreas de Proteção Ambiental – APAs.
Resolução SMA nº 34, de 27 de agosto de 2003	Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA, e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 18, de 03 de março de 2004	Dispõe sobre a criação da Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA nº 54, de 30 de novembro de 2004	Dispõe sobre procedimentos para licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA nº 26, de 23 de agosto de 2005	Define a forma com que são aceitas certidões das Prefeituras Municipais nos procedimentos de licenciamento ambiental.
Resolução SMA nº 56, de 27 de dezembro de 2006	Estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental.
Resolução SMA nº 18, de 11 de abril de 2007	Disciplina procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.
Resolução SMA nº 19, de 13 de abril de 2007	Dá nova redação aos artigos 2º, 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução SMA nº 18, de 04.03.2004, que dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental.
Resolução SMA nº 40, de 21 de setembro de 2007	Dispõe sobre a execução do Projeto Estratégico Desmatamento Zero e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 42, de 26 de setembro de 2007	Institui o Projeto Estratégico Mata Ciliar e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 13, de 22 de fevereiro de 2008	Dispõe sobre a concessão de autorização para supressão de vegetação nativa para implantação de obras de interesse público.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	157	Maio/2009	Rev. 0

RESOLUÇÕES – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SMA)	
Resolução SMA nº 14, de 13 de março de 2008	Dispõe sobre os procedimentos para supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana.
Resolução SMA nº 30, de 24 de abril de 2008	Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Resolução SMA nº 14, de 13 de março de 2008.
Resolução SMA nº 62, de 11 de setembro de 2008	Dispõe sobre a suspensão temporária da emissão de autorização de supressão de vegetação do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo.
Resolução SMA nº 71, de 29 de setembro de 2008	Altera a Resolução SMA-42 de 26-09-2007 que institui o Projeto Estratégico Mata Ciliar e dá providências correlatas.
Resolução SMA nº 85, de 11 de dezembro de 2008	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa no Estado de São Paulo.
Resolução SMA nº 09, de 26 de fevereiro de 2009	Dispõe sobre as situações de ocorrências de restingas consideradas de preservação permanente no Estado de São Paulo.
Resolução SMA nº 12, de 09 de março de 2009	Dispõe sobre a apresentação de certidões municipais de uso e ocupação do solo e sobre o exame e manifestação técnica pelas Prefeituras Municipais nos processos de licenciamento ambiental realizados no âmbito do SEAQUA e dá outras providências.

RESOLUÇÕES CONJUNTAS – SMA IBAMA/SP	
Resolução Conjunta SMA IBAMA/SP nº 1, de 17 de fevereiro de 1994	Define vegetação primária e secundária nos estágios pioneiro, inicial, médio e avançado de regeneração de Mata Atlântica.

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CONSEMA	
Deliberação CONSEMA nº 50, de 20 de novembro de 1992	Aprova norma de convocação de Audiências Públicas
Deliberação CONSEMA nº 34, de 27 de novembro de 2001	Dispõe sobre audiências públicas para fins de licenciamento ambiental
Deliberação CONSEMA nº 33, de 17 de novembro de 2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito do DAIA e da CPRN/SMA.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	158	Maio/2009	Rev. 0

PORTARIAS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS - DEPRN	
Portaria DEPRN nº 17, de 30 de março de 1998	Estabelece a documentação inicial e o novo procedimento para instrução de processos para licenciamento no âmbito do DEPRN.
Portaria DEPRN nº 42, de 23 de outubro de 2000	Estabelece os procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para instrução de processos de licenciamento no âmbito do DEPRN.
Portaria DEPRN nº 51, de 30 de novembro de 2005	Estabelece o procedimento simplificado e geral para instrução de processos no âmbito do DEPRN.

Estudo de Impacto Ambiental - EIA	3. Análise da Legislação Incidente	Poliduto Oeste Paulista	
	159	Maio/2009	Rev. 0